

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 16 de Junho de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1070 • Director: Carlos Brito

## Reuniu o Comité Central do PCP

# PCP FORÇA INDISPENSÁVEL PARA UMA NOVA POLÍTICA



Na sua reunião plenária de anteontem, o Comité Central do PCP analisou os resultados eleitorais para o Parlamento Europeu, as perspectivas de desenvolvimento da luta política e definiu objectivos e tarefas partidárias para o futuro próximo

Centrais

## O sandinismo e a Nicarágua hoje

• Artigo de Henrique de Sousa

Pág. 19

## SPGL: na hora de pôr alguns pontos nos ii

• Artigo de Edgar Correia

Pág. 18

## CC do PCP solidário com trabalhadores da Lisnave/ /Solisnor

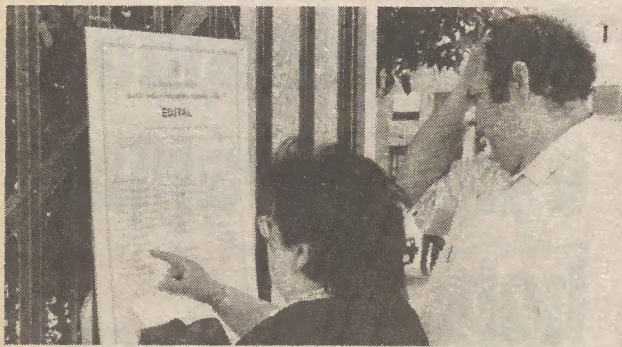
Pág. 32

e  
agora

vamos construir  
a Festa!

Págs. 24 e 25





Realizam-se eleições para o Parlamento Europeu

## RESUMO

8  
Quarta-feira

As cooperativas de laticínios pretendem negociar com o Governo a compra da UCAL, que se encontra em processo de falência; o objectivo é travar a expansão da Parmalat, que já arrendou as instalações daquela empresa ■ A Procuradoria-Geral da República dá razão aos professores: o Ministério da Educação estava a pagar as horas extraordinárias abaixo do valor legal e os professores têm direito a retroactivos ■ Um novo sismo de magnitude 3,5 na escala de Richter volta a sacudir o Sul da Colômbia; foi a réplica mais forte do abalo de segunda-feira, que causou 250 mortos e 500 desaparecidos ■ Os EUA preparam-se para decretar um bloqueio aéreo ao Haiti, com a justificação de isolar a ditadura militar imposta por um golpe que derribou o presidente eleito Jean-Bertrand Aristid ■ Oliver North, um dos principais implicados no escândalo Irangate, será candidato do Partido Republicano a um lugar no Senado nas eleições parciais de Novembro próximo; apesar de repudiado pela direcção do seu partido, North derrotou nas primárias da Virgínia o homem indicado pela hierarquia republicana, James Miller.

9  
Quinta-feira

Segundo um Decreto-Lei aprovado em Conselho de Ministros, os bancos e outras instituições financeiras vão passar a ter de informar, com a máxima transparência, os clientes quanto às condições praticadas nas suas operações; o documento visa definir a informação mínima que as instituições de crédito devem prestar sobre as taxas de juro e outros encargos das operações de crédito ■ Conductor alcoolizado atropela mortalmente, nos arredores de Sobral de Monte Agraço, a locutora da RTP Alice Cruz, que contava 54 anos ■ O chefe do governo italiano, Silvio Berlusconi, que ameaçara ontem governamentalizar a televisão estatal RAI (acrescentando-a às três cadeias de televisão que já controla), recua perante o coro de protestos e afirma que fora "mal interpretado" ■ A Casa Branca nomeia Elisabeth Frawley Bagley para o cargo de embaixadora dos EUA em Portugal; a designação carece de confirmação pelo Senado.

10  
Sexta-feira

O Futebol Clube do Porto vence o Sporting por 2-1 no segundo jogo para decidir o vencedor da Taça de Portugal, realizado no Jamor por entre incidentes protagonizados por uma parte do público que arremessou pedras e garrafas para a tribuna do estádio ■ O chefe do governo espanhol, o socialista Filipe Gonzalez, admite à emissora Cadena Ser que o ex-presidente do Banesto, Mário Conde, lhe pediu para intervir junto de Cavaco Silva, no sentido de regularizar a situação do banco espanhol no Totta & Açores; Gonzalez reconheceu ter cedido ao pedido e falado com o Primeiro-Ministro português em várias ocasiões: Recorde-se, a propósito, que Cavaco Silva começou por negar qualquer conhecimento da situação, quando rebentou o escândalo do Totta & Açores ■ Pela primeira vez em Portugal, um tribunal (neste caso o Cível de Setúbal), assume a responsabilidade de recusar a movimentação de processos novos entrados a partir de 1 de Junho, atendendo à situação de rotura em que se encontra, devido à acumulação de processos pendentes ■ Tony Blair, candidato da ala direita, John Prescott, apoiado pela ala esquerda, e Margaret Beckett são os três candidatos à sucessão de John Smith na liderança do Partido Trabalhista britânico; a revelação foi feita pelo presidente do Labour, David Blunkett.

11  
Sábado

19 marchas populares desfilam pela Avenida da Liberdade, enquadradas nas Festas de Lisboa que prevêm ainda, arraiáis por toda a cidade ■ Um incêndio de grandes proporções consome vasta área de floresta na serra de Monchique, desconhecendo-se a origem do sinistro ■ Realizam-se eleições para o Parlamento Europeu em diversos países da Comunidade, cujos resultados só serão divulgados de domingo para segunda-feira ■ Em referendo, a Áustria vota a sua adesão à Comunidade Europeia, com a vitória do "sim" a atingir os 66,39% ■ Os EUA apertam o cerco ao Haiti, anunciando a supressão dos voos comerciais e das transacções financeiras com este país, assim como a evacuação de residentes e de pessoal diplomático ■ Afonso Dhlakama termina a sua visita a Washington, levando a promessa de um milhão de dólares de ajuda dos EUA para transformar a Renamo num partido político ■ A criminalidade na Alemanha registou, o ano passado, um salto de 2,7%, um aumento sem precedentes desde o final da II Guerra Mundial; o anúncio foi feito pelo ministro do Interior.

12  
Domingo

Realizam-se eleições para o Parlamento Europeu em Portugal; resultados provisórios dão 34,8% ao PS (9 mandatos), 34,3% ao PSD (9 mandatos), 12,4% ao CDS (3 mandatos) e 11,2% à CDU (3 mandatos); a abstenção atingiu o recorde de 64,4% ■ Moshood Abiola, líder da oposição nigeriana, autoproclama-se chefe de Estado; entretanto o governo militar reafirma a intenção de levar até ao fim o seu programa "para o estabelecimento de uma democracia durável na Nigéria". Abiola foi o candidato mais votado nas eleições de Junho de 1993, anuladas pelo governo militar antes de conhecidos os resultados finais ■ O "presidente" do Haiti, Emile Jonassaint (que não é reconhecido pela comunidade internacional) proclama o estado de emergência em todo o país e incita os seus compatriotas à "união e à resistência" contra qualquer invasão; estas medidas surgem na sequência do anúncio, por Bill Clinton, das novas sanções americanas contra o Haiti.

13  
Segunda-feira

Nas eleições para o Parlamento Europeu realizadas nos vários países da Comunidade nos últimos dias, os resultados mostram uma pesada derrota do PSOE, em Espanha, e do Partido Conservador, em Inglaterra ■ A Coreia do Norte anuncia que se vai retirar imediatamente da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), sendo impossível, a partir de agora, inspecções às instalações nucleares do país ■ "Desaparecem" seis timorenses que cumpriam pena na prisão da comarca de Dili, por alegado envolvimento na manifestação de 12 de Novembro de 1992

14  
Terça-feira

Reúne o Comité Central do Partido Comunista Português, que analisa os resultados eleitorais ■ Cavaco Silva, que participa em Cartagena, na Colômbia na IV Cimeira Ibero-Americana, faz declarações sobre os resultados das «europeias» em Portugal e manifesta descontentamento com os que o PSD obteve na Madeira ■ O Secretariado Nacional do PS marca reunião da Comissão Nacional e prepara os «Estados Gerais» ■ O ministro Valente de Oliveira apresenta à Associação de Municípios proposta de transferência para as autarquias de competências nas áreas de transportes, acção social escolar e cobranças de impostos ■ O Tribunal Constitucional decide pela inconstitucionalidade do decreto que obriga ao porte do Bilhete de Identidade.



resultado da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu, embora ficando aquém das necessidades e potencialidades, é positivo no quadro em que foi obtido e como condição de base para o prosseguimento da

luta e para as novas batalhas que os comunistas e os seus aliados têm pela frente.

Estas novas batalhas terão lugar, especialmente, no terreno político e social, mas a preparação para elas passa pelo reforço do Partido, como elemento chave do sucesso.

No plano político, as eleições "europeias" trouxeram de novo para o primeiro plano a questão da alternativa democrática.

Explicitaram através do voto do eleitorado a rejeição da bipolarização a que o PSD e o PS com as suas gigantescas máquinas de propaganda têm tentado reduzir a vida política no nosso país.

Acentuaram a falta de credibilidade da pretensão do PS se apresentar como alternativa sózinho, tanto em razão de aritmética eleitoral, como em razão das suas propostas políticas que em questões essenciais pouco se distinguem do PSD.

Como bem salientou, o Comité Central, na reunião da passada terça-feira, "os resultados eleitorais confirmaram o PCP e os seus aliados na CDU como uma importante força política nacional e com um peso social, político e eleitoral indispensável e decisivo para uma alternativa democrática ao Governo e à política do PSD."

Este resultado faz por isso mesmo, também, alguma luz sobre a iniciativa e o afã do PS em provocar uma revisão da Constituição "ainda este ano", que privilegie o "aperfeiçoamento do sistema eleitoral para a Assembleia da República", no quadro de "uma reforma do sistema político".

Não foi por acaso que António Guterres destacou esta matéria na sua declaração sobre os resultados eleitorais, na noite da contagem dos votos, procurando com descarado oportunismo utilizar a preocupante abstenção verificada (mais de 64 por cento) como argumento a favor das suas teses e propostas.

Ao constatar, mais uma vez, que o eleitorado lhe recusa a miragem da "nova maioria" absoluta, para o seu partido, António Guterres parece querer chegar a ela pela revisão da Constituição e a alteração da lei eleitoral, isto é, tenta obter na secretaria o resultado que não consegue obter no campo.

Os perigos para a vida e o sistema democráticos decorrentes de uma revisão da Constituição, cuja constitucio-

nalidade, enquanto revisão ordinária, tem sido posta em causa e que nenhuma razão de urgência justifica, não se ficam, porém, pelas questões eleitorais.

Na análise a que procedeu sobre esta matéria, o Comité Central depois de lembrar que o PS só com o PSD pode fazer a revisão constitucional que deseja, salienta que "está em causa igualmente, em face da política do PSD e dos seus planos de revisão constitucional, a consagração dos direitos económico-sociais, em especial os direitos dos trabalhadores, o direito à educação e o seu carácter "progressivamente gratuito", o direito à saúde e o seu carácter "tendencialmente gratuito", o direito à segurança social."

As malfetorias que um processo precipitado de revisão da Constituição, como o que o PS defende e o PSD deseja, não são só estes, claro. Mas estes aspectos são, só por si,

*Só um grande espírito de resistência e de luta traduzido em acções concretas, que não devem tardar, poderá levar os trabalhadores e os sindicatos a arrancar ao Governo e ao patronato alguma satisfação para as suas reivindicações essenciais.*

suficientemente graves para justificar o alerta que o PCP dirige aos trabalhadores e à opinião democrática do país.

Só um expressivo movimento de opinião pública pode conter as tentações do PS para se lançar nos braços do PSD, cedendo-lhe em aspectos importantes no domínio dos direitos sócio-económicos, a troca de alterações na legislação eleitoral que sirvam as ambições dos dois partidos.

Importa também fazer um grande alerta em relação à actuação do Governo de Cavaco Silva no terreno social.

As importantes reivindicações dos trabalhadores e do movimento sindical colocadas ao Governo e ao grande patronato nas jornadas e lutas dos passados meses de Março, Abril e Maio continuam sem resposta.

A actualidade destas grandes reivindicações, em relação ao emprego, aos salários, aos direitos e à segurança social, tornou-se, se possível, ainda

mais gritante em face da continuada degradação da situação.

O ridículo aumento de 120\$00 por mês do Abono de Família concretizado pelo Governo em plena campanha eleitoral e o barulho que teve o descaradamente de fazer em torno dessa medida, bem como, a proposta eleitoralista de Cavaco Silva para o combate ao desemprego na comunidade europeia, são passos ilustrativos dos critérios propagandísticos que o Governo continua a usar no domínio social para disfarçar a crueldade das suas medidas antipopulares.

Só um grande espírito de resistência e de luta traduzido em acções concretas, que não devem tardar, poderá levar os trabalhadores e os sindicatos a arrancar ao Governo e ao patronato alguma satisfação para as suas reivindicações essenciais.

Só com grande espírito de resistência e de luta, os trabalhadores e os sindicatos poderão conter novas ofensivas patronais e sindicais, nomeadamente no domínio dos despedimentos colectivos, cuja nova ameaça já se verifica na Lisnave e na Setenave.

Oportunamente, o Comité Central salientou: "O reforço da organização e das lutas de massas continuam a ser o eixo central da resistência à política de direita e o caminho seguro para abrir espaço à construção de uma alternativa democrática.

O reforço do PCP e da intervenção dos comunistas no combate à política do Governo e do PSD e da defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações estiveram no centro das atenções do Comité Central.

Merece destaque nos planos de trabalho dos comunistas: o Balanço Geral da Organização, a Iniciativa sobre células nos locais de trabalho e outras organizações viradas para a intervenção dos trabalhadores, a ampla difusão do "Avante!" e do "Militante" e a Festa do "Avante!" que será a grande tarefa dos próximos meses.

Salienta-se especialmente entre os projectos de intervenção política dos comunistas, aprovados pelo Comité Central, o grande debate a realizar com o país em torno da necessidade de uma nova política para Portugal, que compreenderá múltiplas iniciativas e acções viradas para as massas e que culminará com uma Iniciativa nacional a realizar no primeiro trimestre do próximo ano.

Desiludindo mais uma vez os destractores e os intriguistas, o PCP sai das eleições de 12 de Junho, unido, confiante, combativo e pronto para as novas batalhas.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.ª A, 1100 Lisboa  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lr. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para: Editorial «Avante!» — acompanhado de cheque ou vale de correio.



## Sermão aos peixes

As eleições para o PE trouxeram, uma vez mais, para primeiro plano o papel da C. Social e o conteúdo da sua intervenção eleitoral. Não cabe no espaço deste texto a necessária análise aprofundada aos comportamentos e práticas dos principais OCS. Tratou-se de uma impressionante e ampla operação de manipulação na qual as sondagens ocuparam lugar destacado. Por isso só a elas me referirei e, mesmo assim, reportando-me apenas às publicadas no «Expresso».

Sabe-se que as sondagens são cada vez mais formas de influência do voto, formas de propaganda eleitoral. Quem mais dinheiro tiver mais e melhores resultados pode obter nas (ou através das) sondagens. São célebres as sondagens que o «Expresso» usa dar à luz nestas alturas: a partir de uma empresa especializada em arranjar resultados favoráveis ao PS e desfavoráveis à CDU, o «Expresso» obtém, em cada campanha, as sondagens de que precisam a sua primeira página e os seus objectivos. O facto de os resultados reais nunca coincidirem com as previsões publicadas parece não incomodar

minimamente nem quem encomenda a sondagem nem quem a executa fielmente. Passadas as eleições não se fala mais nisso, o «Expresso» esquece e pronto.

Ficou célebre uma sondagem publicada por esse semanário, em 1985, e na qual se previa, na cidade de Lisboa, 27% para o PS e 17% para a CDU — e contados os votos, o resultado foi exactamente o inverso. Célebre também ficou, há seis meses, a «previsão» do «Expresso» que, com requintes de crueldade política, roubava à CDU e oferecia ao PS as Câmaras de Loures e da Amadora — e, uma vez mais, a contagem dos votos, crudelíssima, «tirou» ao PS e deu à CDU ao PS. Célebres ficarão, igualmente, as duas mais recentes «previsões» do «Expresso»: uma publicada em 21.5 e segundo a qual, em 12.6, o PS colheira 39,4% dos votos e a CDU 9%; a segunda, publicada quinze dias depois, oferecendo 39,5% ao PS e concedendo, somática, uns míseros 7,2% à CDU (foi certamente na base destas «previsões» que o atento director do

conhecido semanário prognosticou, na véspera das eleições, uns 7 ou 8% para a CDU).

É de crer que o «Expresso» comente o fracasso das suas previsões da mesma forma que o fez em situações anteriores: com um profundo, total silêncio. Se assim for é pena. É pena que o «Expresso» não venha, frontalmente, dizer qualquer coisa do género: «A CDU, ficando 3 ou 4 pontos acima do que prevíamos, obteve um resultado que julgávamos inatingível e que, por isso, deve ser considerado bom.» A inteligência, a sensibilidade e os direitos dos leitores do «Expresso» (entre os quais me incluo) merecem, no mínimo, isso.

Aqui chegados, e se calhar por estarmos em Junho, constato encontrar-me numa situação algo semelhante à que um dia viveu Santo António, que é, na capital, o mais popular de todos os Santos Populares. Isto é: o «Expresso» quedar-se-á surdo e mudo face ao meu «sermão». Pelo que é aos peixes que o dirijo.

■ José Casanova

## Fáceis deslumbramentos do PS

Pouco passava das 19 e 30 horas, de domingo, quando Jorge Coelho, um dos homens fortes da direcção do PS, apareceu a cantar de galo.

Falou de «uma vitória esmagadora», apresentou o PS como «a principal força política do país» e proclamou que o resultado eleitoral «confirmava a justeza da estratégia do Secretário-Geral», António Guterres, num evidente remoque aos amigos do Presidente.

Falando pouco depois, António Vitorino, embora com maior contenção verbal, navegou nas mesmas águas.

Julgou-se que o PS estava munido de uma análise sólida dos resultados que lhe permitia fazer estas declarações retumbantes.

Nada disso.

Erão tão só as conhecidas ligeirezas e precipitações da Direcção do PS e sobretudo a sua sofreguidão de poder embarcar no canto de sereia das sondagens, das do próprio dia e nas que martelaram a campanha eleitoral.

De certa maneira, a direcção do PS fez a figura de aprendiz de feiticeiro e acabou por ser vítima da engrenagem de propaganda por ela própria desencadeada.

Fez, acima de tudo, um papel sumamente ridículo.

O que é que prova agora o verdadeiro resultado obtido — a magra vantagem de 4 décimas, quase um empate técnico com o PSD — em relação à «decantada estratégia do Secretário-Geral»?

E o que é que vão fazer ao Jorge Coelho, o protagonista desta falsa cajadada?

O Secretário-Geral do PS é que teve um trabalho para adaptar o seu discurso todo preparado para assinalar a arrancada para «uma nova maioria»,

na linha do ímpeto triunfalista de Coelho, à realidade desmancha-prazeres dos números que iam saindo do computador.

Foi assim, nesta reconversão do discurso da «vitória», que António Guterres, depois de longos rodeios sobre o ensino, a saúde, a habitação, o sistema político, os transportes, os estados gerais (alguns de graves implicações), acabou por concluir que «tinha condições iguais às do PSD para conseguir uma nova maioria».

Terá?

De qualquer maneira o que é significativo é a dolorosa passagem do deslumbramento da «vitória esmagadora» para o triste reconhecimento do empate realmente verificado.

O fácil deslumbramento do PS perante as falsas aparências criadas pela sua própria propaganda não é um fenómeno da última noite da contagem dos votos.

É uma pecha velha.

É uma pecha que levou sucessivos secretários-gerais do PS a convencerem-se que seria possível a obtenção de uma maioria eleitoral absoluta para o seu partido sozinho. O resultado é conhecido: a sua melhor expressão é precisamente a sucessão dos secretários-gerais.

António Guterres é mais um. O que especialmente se lhe censura é não ser capaz de aprender com a experiência dos outros e obstinar-se em não reconhecer o que os números demonstram: que sem entendimento com o PCP não há alternativa democrática à direita.

Ao menos aprenda com o povo, quando diz: «quem muito abarca, pouco abraça». Mas também não tenha ilusões com o abraço do urso...

■ Carlos Brito

## Eurico, o anticomunista

O deputado e dirigente nacional do PS, Eurico de Figueiredo, resolveu debitar do alto da sua coluna no «Expresso» uma grotesca catilinária contra o PCP, verdadeiramente digna do outro Eurico.

Encharcada em raiva e arrogância, a prosa de Eurico de Figueiredo percorria em 64 linhas a via sacra dos habituais itens da calúnia e da provocação anti-PCP, aí incluindo coisas como a muito inovadora tentativa de culpabilizar e criminalizar politicamente os comunistas portugueses por erros, desgraças ou tragédias ocorridas há muitas décadas a milhares de quilómetros de Portugal ou como a elegante pergunta-insinuação sobre se «será que o PCP, se tomar o poder, nos vai obrigar a falar russo?», aliás incorporada num vasto lote de «questões» que Eurico de Figueiredo, julgando-se tabelião encartado da democracia, sentenciava que o PCP «terá de responder se quer de facto entender-se com os socialistas».

A respeito desta zona da sua catilinária, fique apenas Eurico de Figueiredo a saber que não nos intimida com os enxovalhos e falsificações que pretende projectar sobre o nosso passado pela simples razão de que nele temos tanta honra e orgulho que até estaremos sempre disponíveis para confrontá-lo com o de qualquer outra corrente política nacional.

E só desejamos que Eurico de Figueiredo tenha o juízo bastante para não pedir chuva, porque de contrário são mais que muitos os esqueletos que vão saltar do armário da sua família política: desde as ilusões e contactos com o marcelismo até às confessadas articulações com o golpismo spinolista passando por um certo governo que em 1976 se opunha ao reconhecimento do direito à greve aos trabalhadores da função pública, para já não falar agora de outros rosários sobejamente conhecidos.

E se pretende instituir o estu- porado critério da culpabiliza-

ção interna por acontecimentos externos, longínquos ou mais recentes, então também ficará bem aviado. Vai ter de falar, por exemplo, do socialista Leon Blum e da Guerra de Espanha, dos socialistas franceses e dos plenos poderes a Petain e da sua participação em governos que conduziram as guerras da Indochina e da Argélia, do apoio e cumplicidade de muitos partidos socialistas com dezenas de agressões e invasões perpetradas pelos Estados Unidos, das amizades de Berlusconi com Craxi e Mitterrand, do estendal de corrupção fomentado e patrocinado pelos governos socialistas na Grécia, na França e na Espanha.

Finalmente, para que ninguém nos acuse de sectarismo e de desproporcionada agressividade, batemos palmas a duas primorosas afirmações de Eurico de Figueiredo.

A primeira é que, segundo ele, os consensos entre o PS e o PSD decorrem, pura e simples-

mente, de que «em todas as sociedades humanas estáveis há incomparavelmente mais consensos que divergências». Com este arrasador e sofisticado argumento de carácter civilizacional, ficamos a saber que o futuro nos reserva novas catudupas de «consensos» entre os «queridos inimigos».

A segunda é que o PCP se deveria «refundar, renunciando ao passado comunista e começando vida nova», e «transformando-se num Partido Socialista sem presunção». E aqui chegados, só podemos rendermos perante este incedível gosto pela diferença e perante esta generosa visão do pluralismo que conduziriam a sociedade portuguesa e o sistema político ao superior progresso de passar a ter, não um, mas dois PS, com a exaltante e atractiva diferença de um ter de o ser «sem presunção» e de outro (o já existente) ter certamente muita presunção.

■ Vítor Dias

# A bem da NATO

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO reuniram a semana passada em Istambul, na Turquia. O objectivo central do conclave era definir a posição da NATO face à oferta feita à Rússia para aderir à Parceria para a Paz (programa de ampliação da área de influência da NATO aos países da Europa de Leste).

Sabe-se que a Rússia de Boris Ieltsin quer entrar para a Parceria, mas exige condições que estejam de acordo com o estatuto de grande potência.

Fá-lo de molde a que no terreno interno possa «justificar» este passo inimaginável há alguns anos.

O MNE da Rússia pediu tempo. Ieltsin garantiu que a Rússia se aproxima da NATO. Disso ninguém duvida; pelo menos no que se refere à Rússia de Ieltsin e de Kozirev. A ver vamos se os desejos de Ieltsin se concretizam...

Ora tudo isto se passou na Turquia sem que as doridas almas ocidentais com os direitos humanos se tivessem chocado pelo facto do país hóspede tratar os direitos humanos à cacetada e à metralhadora.

A Turquia é um país *sui generis*. Está na NATO. Mas foi quase sempre um país de generais ditadores impondo repressões ferozes e fazendo enforçar e condenar a longos anos de prisão os seus opositores políticos. Mesmo assim, tal como o Portugal de Salazar, a Turquia era e é aliada do chamado Ocidente democrático. Na guerra do Golfo participou orgulhosa ao lado dos EUA e do Ocidente, sendo, por isso, recompensada com reuniões como esta.

A Turquia invadiu em 1974 Chipre e continua a ocupar metade da ilha contra todas as resoluções da ONU. E, no entanto, os EUA, a França, a RFA, a Grã-Bretanha não se incomodam e participam com a Turquia na estratégia militar de defesa do Ocidente. Há 20 anos que a minúscula ilha de Chipre é espezinhada pelas botas dos militares turcos, sem que ninguém ponha velas pelas vítimas...

Para além da ocupação de Chipre, os governantes turcos (militares ou civis) movem uma guerra de extermínio ao povo curdo.

Falar curdo, defender a nação curda e a existência do povo curdo com mais de 30 milhões de cidadãos dentro da Turquia é suficiente para ser preso, torturado e condenado a longos anos de cárcere.

Os curdos enquanto povo e nação sempre existiram. É, pois, natural que lutem pela sua identidade nacional e pelo direito a autodeterminar-se e neste contexto inclusive pelo direito à criação do seu Estado. O governo turco que exige uma intervenção militar na Bósnia, onde no passado dominou colonialmente, prossegue dentro do seu próprio país uma guerra de extermínio curdo.

No passado dia 2 de Março do corrente ano a Assembleia Nacional reuniu para levantar a imunidade parlamentar a vários deputados do Partido Democrático acusados de apoiar os «separatistas» curdos. No final da sessão os dois deputados foram presos, maltratados pela polícia, mesmo antes da decisão de levantamento da imunidade parlamentar.

Concomitantemente, o governo levou a cabo toda uma série de atentados contra sedes do Partido Democrático, ordenou execuções de muitos dos seus activistas, o que fez com que o P.D. não pudesse concorrer às últimas eleições locais.

Foi este país, com esta política repressiva e opressiva que os colegas de Durão Barroso visitaram.

No ar o cheiro de sangue das vítimas dos povos turcos, cipriotas e curdos não os apoquentou. A bem da NATO e do Ocidente. Com esta reunião os governantes turcos vão poder continuar a contar com o Ocidente para realizarem a sua política de extermínio dos curdos, de ocupação de Chipre e de dar tratos de polé aos direitos humanos na Turquia.

D.L.





# Uma nova política para Um novo rumo para a

Eleições para o Parlamento Europeu

**CDU**

PCP-PEV

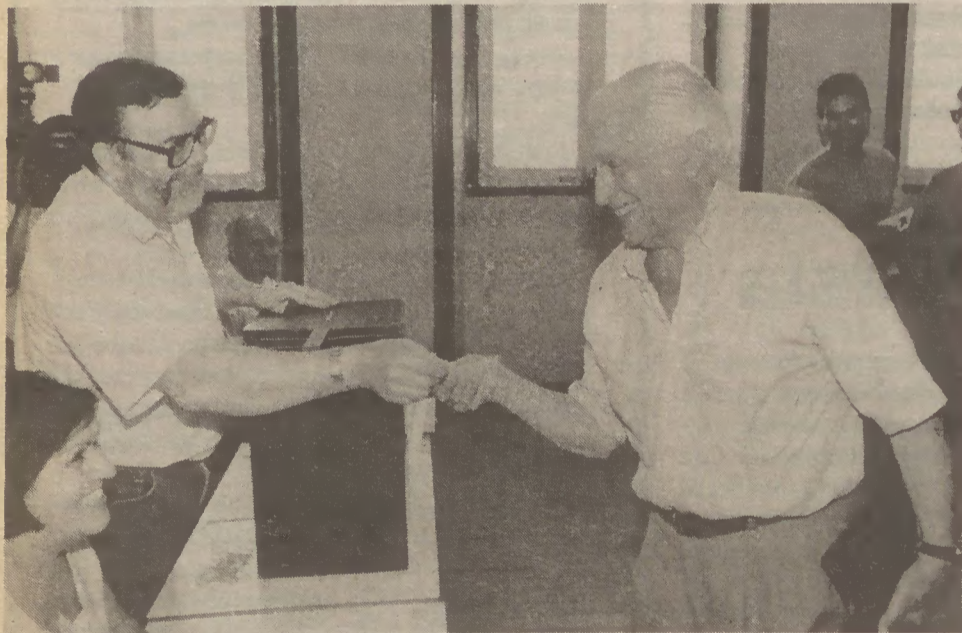


Com um elevado nível de abstenção, que em muito se deveu ao facto de se terem realizado no decorrer do maior feriado do ano, as eleições de domingo confirmaram «a necessidade de uma nova política para Portugal e de um novo rumo para a Comunidade Europeia», considerou Carlos Carvalhas, numa primeira declaração na noite da contagem dos votos, cujo texto publicamos.

mente os resultados das europeias salientando que o PSD sofreu «a segunda derrota em seis meses».

Por outro lado, aquele dirigente comunista, afirmando que sem o PCP não há solução política para o País, referiu que a Coligação Democrática Unitária foi penalizada pela elevada abstenção na Área Metropolitana de Lisboa, onde a CDU concentra quase metade do seu eleitorado.

Luis Sá, o cabeça de Lista da CDU, comentou igual-







# na Portugal a Europa

## Declaração de Carlos Carvalhas

Em conferência de imprensa na noite de domingo, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, afirmou que o resultado das eleições «confirma a necessidade de uma nova política para Portugal e de um novo rumo para a comunidade europeia - duas ideias que constituíram as linhas mestras da campanha eleitoral da CDU», acrescentando de seguida:

«O resultado perspectiva a possibilidade de uma alternativa à direita e salienta o papel imprescindível do PCP para que uma tal alternativa tenha concretização numa verdadeira alternativa democrática.

«A apreciação mais detalhada do resultado eleitoral implica que se confira uma atenção muito especial ao crescimento da abstenção, que atingiu cerca de 64 por cento.

«Esta percentagem de abstenção, que bate de longe todos os recordes nacionais, traduz naturalmente uma grande decepção com a União Europeia, atingida por uma grave crise e debatendo-se em agudas contradições, e a desaprovação da política de integração que tem sido seguida, e se tem caracterizado pelo aumento do desemprego e pelo declínio do nosso aparelho produtivo; traduz o descontentamento e o mal-estar que alastra no país em virtude da grave crise económico-social; é o previsível resultado da data escolhida para o acto eleitoral pelo PSD e o PS, em oposição, aliás, à data de 9 de Junho proposta pelo PCP.

O PCP salienta que o resultado da CDU foi afectado por uma maior abstenção nos distritos de Lisboa e de Setúbal, onde a CDU tem uma grande concentração de votos. Foi, além disso, alcançado em condições desfavoráveis, onde pesaram discriminações e uma campanha de denegrimiento das suas propostas e dos seus candidatos por pseudo-comentadores independentes mas de facto profundamente comprometidos com a luta partidária, bem como pela divulgação sistemática de sondagens fraudulentas extremamente desvantajosas para a CDU.

Neste quadro, o positivo resultado alcançado pela CDU ficou a dever-se: à seriedade da sua campanha orientada para a abordagem dos problemas concretos do nosso povo e do nosso país; à clareza das suas propostas visando tanto a defesa de uma nova política para Portugal como um novo rumo para a comunidade europeia; à prioridade conferida ao contacto directo com as populações; ao grande empenhamento dos candidatos, das organizações do Partido, da juventude e dos activistas da CDU.

A todos eles dirigimos nesta ocasião uma grande e paternal saudação.

Saudamos também os nossos parceiros de coligação, o PEV, a ID e os numerosos independentes que lutam ao nosso lado.

Saudamos finalmente as portuguesas e os portugueses que nos honraram com a confiança do seu voto, que em todas as circunstâncias trabalharemos para merecer.

Em face das declarações ouvidas, designadamente a dirigentes do PS, alertamos para a superficialidade e a precipitação com que se pode pretender retirar dos resultados das eleições argumentos a favor das suas pretensões hegemónicas e bipolarizadoras e de uma perigosa aventura de revisão da Constituição e de «reforma do sistema político» que, como se sabe, no nosso país tem conduzido sempre a



guinadas à direita e noutros países a desastrosas consequências políticas, como aconteceu na Itália.

Tendo em conta a profunda crise em que o país está mergulhado e também as decepções e as aspirações que estes resultados eleitorais evidenciam, o PCP vai promover um grande debate com o país, compreendendo múltiplas iniciativas, em torno da necessidade de uma nova política para Portugal.

Prosseguindo e intensificando a sua acção política geral, dinamizando a intervenção das massas e a sua resistência à política da direita, reforçando a sua organização, o PCP continuará a trabalhar incansavelmente pela concretização de uma alternativa democrática».





# Parlamento Europeu Baralhar e dar de novo

O tempo é de negociações. Uma vez conhecidos os resultados eleitorais; digeridas as vitórias, derrotas e empates de cada força política; analisadas as causas e efeitos do sentido dos votos; mais ou menos explicadas as razões da continuada subida da abstenção, em cada Estado-membro da União Europeia deitam-se agora contas ao que será o futuro Parlamento Europeu.

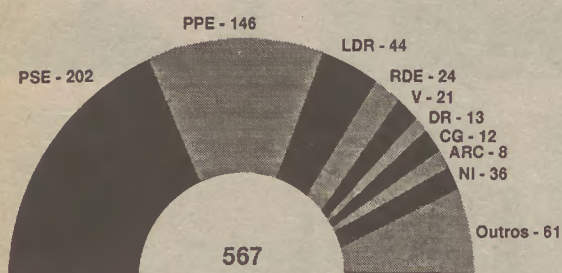
Se os novos eurodeputados se limitassem a tomar assento de acordo com a anterior arrumação do PE, a composição dos grupos políticos seria a que reproduzimos nos quadros em separado. Acontece no entanto que os referidos quadros não passam de uma extrapolação do que foi o Parlamento na passada legislatura, estando longe de traduzir a complexidade de forças desde agora presentes na Assembleia de Estrasburgo. É que, ao contrário do que alguns analistas pretendem fazer crer, a composição do PE mudou e não foi pouco.

Segundo os dados disponíveis até ao momento, é possível concluir que, à excepção da Itália onde o fenómeno 'Força Itália' alcançou nova vitória e da Alemanha em que a CDU do chanceler Kohl bateu o SPD, os partidos no Poder sofreram sérias derrotas. O caso mais flagrante é

Partido Popular, de Aznar (28 eleitos). Significativo foi igualmente o resultado da Esquerda Unida, com 9 deputados eleitos, da Convergência e União (Catalunha) com 3 e da Coligação Nacionalista, como 2 deputados.

Também em França os resultados da maioria governamental

## Grupos políticos no Parlamento Europeu



Fonte: Eurostat

o do Reino Unido, onde os tori-es de John Major foram largamente ultrapassados pelos trabalhistas (os primeiros elegeram 8 deputados, os segundos 62 e os liberais democratas, que fazem a sua estreia no PE, elegeram 2 deputados).

Em Espanha, os grandes derrotados foram os socialistas do PSOE de Filipe Gonzalez (22 deputados), ultrapassados pelo

(UDF/RPR) ficaram aquém do esperado (28 eleitos), enquanto os socialistas de Michel Rocard se ficaram pelos 15 deputados, a excassos votos da 'Outra Europa' de Philippe Villiers (13) e da 'Energia Radical' (13), de direita. Já o PCF manteve o número de eleitos (7), ao contrário dos 'Verdes', que não conseguiram eleger ninguém. Ainda em França, os fascistas da 'Frente

## Saudação a Julio Anguita

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, enviou ao secretário-geral do Partido Comunista de Espanha, Julio Anguita, um telegrama de felicitações, que a seguir transcrevemos, pelos resultados alcançados nas recentes eleições.

Camarada Julio Anguita

É com grande satisfação que lhe transmito as calorosas felicitações dos comunistas portugueses pelos excelentes resultados alcançados nas eleições de 12 de Junho para o Parlamento Europeu e na Andaluzia. Confirmando o nosso profundo interesse no desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre os nossos dois partidos, envio-lhe fraternais saudações.

Carlos Carvalhas  
13/6/94

## Nova vitória da abstenção

### Taxas de participação nas eleições para o Parlamento Europeu

	Bélgica*	Dinamarca	Alemanha	Grécia* <sup>(1)</sup>	Espanha <sup>(2)</sup>	França	Irlanda	Itália	Luxemb.*	Holanda	Portugal <sup>(2)</sup>	UK	EUR12
1979	91,6	47,1	65,7	78,6	-	60,7	63,6	85,5	88,9	57,8	-	31,6	63
1984	92,2	52,3	56,8	77,2	68,9	56,7	47,6	83,9	87	50,5	72,2	32,6	61
1989	90,7	46,1	62,4	79,9	54,8	48,7	68,3	81,5	87,4	47,2	51,1	36,2	58,5
1994	87	52	58	71	59,6	55	37	74,8	90	35,6	35,7	36,2	56,5

<sup>(1)</sup> 1981 em vez de 1979

<sup>(2)</sup> 1987 em vez de 1984

\* voto obrigatório

A abstenção foi a grande vencedora das eleições para o Parlamento Europeu. Sejam quais forem as interpretações que se dêem às motivações de voto dos eleitores dos doze países membros da União Europeia, parece inegável que na maioria dos países o interesse pela UE está longe de figurar nas prioridades dos cidadãos. Uma realidade expressa em números que contrasta cada vez mais com os discursos entusiastas de federalistas declarados ou encapitados de aquém e além fronteiras, a exigir a reflexão sobre que 'União' está a ser construída, de quem e para quem.

De acordo com os resultados oficiais, como se pode ver no

quadro anexo, as eleições europeias realizadas de 9 a 12 de Junho registaram uma nova baixa de participação, incluindo em países em que o voto é obrigatório, como é o caso da Bélgica e da Grécia. A Holanda e Portugal foram os países com as mais elevadas taxas de abstenção (64,4 e 64,3 por cento, respectivamente), seguidos de perto pelo Reino Unido (63,8 por cento) e pela Irlanda (63 por cento). O Luxemburgo, onde o voto é obrigatório, foi o país com menor abstenção (10 por cento).

De registar que desde as eleições europeias de 1979 às eleições de 1994 a abstenção não parou de aumentar, passando de 37 por cento para 43,5 por cento.

Nacional' de Jean-Marie Le Pen conseguiram manter mais ou menos a sua votação, elegendo 11 deputados.

Na Dinamarca, o partido social-democrata que dirige a coligação governamental perdeu igualmente terreno, enquanto os movimentos anti-Maastricht aumentaram todos a sua votação. Situação idêntica se registou na Grécia, Holanda, Bélgica, Luxemburgo e Portugal, enquanto na Irlanda os 'Verdes' conseguiram eleger deputados pela primeira vez.

Com os resultados alcançados, em que avulta a emergência de novas (e pequenas) forma-

ções políticas, o mínimo que se pode dizer é que a constituição de grupos políticos no Parlamento Europeu é agora ainda mais complexa do que no passado.

A fazer fé no presidente do Grupo Socialista, Jean-Pierre Cot, esta formação continuará a ser a mais numerosa ('ganhou' os trabalhistas britânicos, perdendo no entanto deputados espanhóis, italianos, franceses e dinamarqueses). Já o Partido Popular Europeu ganhou com os alemães e espanhóis, mas perdeu com os britânicos, italianos e franceses. Em aberto está a questão dos membros do RPR,

que antes das eleições declararam desejar integrar o PPE.

Por decidir está ainda o lugar a ocupar pela 'Força Itália', cujos eleitos serão determinantes na força relativa dos grupos. As suas pretensões de aderir ao PPE têm fortes opositores, o que poderá levar o movimento de Berlusconi para o Grupo Liberal, onde a sua aceitação também não é pacífica.

A mesma questão se coloca para os deputados da 'Aliança Nacional'. Até os grupos de direita vêem com maus olhos o abrir de portas aos neonazis...

À esquerda a situação não está mais definida. Qual o futu-

ro do Grupo Coligação de Esquerda? Onde se vão sentar os italianos, os espanhóis, os gregos? E os 'Verdes'? Qual a futura composição do Grupo Arco-Iris?

Feitas as contas, há no PE forças bastantes para que a esquerda mais consequente possa formar um importante grupo político. Mas haverá vontade política para o fazer? Esta uma questão a que o futuro próximo dará resposta. Até lá, todas as arrumações possíveis não passam de meros exercícios matemáticos, o que, como se sabe, nem sempre dá bons resultados políticos.

## Deputados ao Parlamento Europeu

### Repartição por Estado-membro e grupos políticos

#### Eleições de 1994

Participação 1989: 58,5%

Participação 1994: 56,5%

Fonte: Eurostat Estimativas

Data: 13/6/94

### Composição do PE na data acima indicada. Sem prejuízo da composição do PE na sessão constitutiva de 19.7.94

	PSE	PPE	LDR	V	RDE	ARC	CG	DR	NI	Outros	Total
Bélgica	6	7	6	2	0	1	0	3	0	0	25
Dinamarca	3	3	5	1	0	4	0	0	0	0	16
Alemanha	40	47	0	12	0	0	0	0	0	0	99
Grécia	10	9	0	0	0	0	3	0	1	2	25
Espanha	22	30	2	0	0	1	0	0	9	0	64
França	16	7	8	0	14	0	6	10	0	26	87
Irlanda	1	4	1	2	7	0	0	0	0	0	15
Itália	19	8	1	3	0	0	0	0	23	33	87
Luxemburgo	2	3	1	0	0	0	0	0	0	0	6
Holanda	8	10	10	1	0	0	0	0	2	0	31
Portugal	10	1	8	0	3	0	3	0	0	0	25
Reino Unido	65	17	2	0	0	2	0	0	1	0	87
<b>Total</b>	<b>202</b>	<b>146</b>	<b>44</b>	<b>21</b>	<b>24</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>36</b>	<b>61</b>	<b>567</b>

PSE Grupo do Partido dos Socialistas Europeus

PPE Grupo do Partido Popular Europeu

LDR Grupo dos Reformistas Democráticos Liberais

V Grupo Verde no PE

RDE Grupo da Aliança Democrática Europeia

ARC Grupo Arco-Iris no PE

CG Grupo Coligação de Esquerda no PE

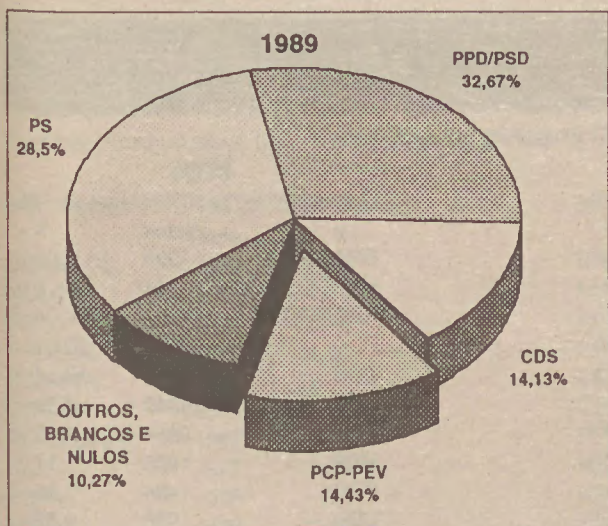
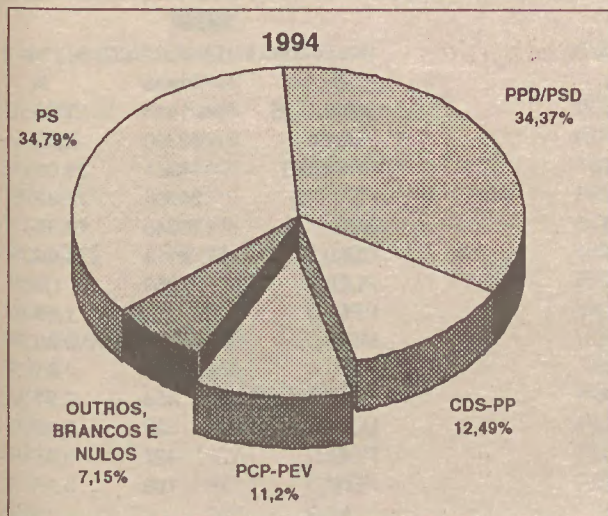
DR Grupo da Direita Europeia

NI Não Inscritos



PARLAMENTO EUROPEU

Resultados eleitorais de 1989 e 1994



TOTAL NO PAÍS

Escrutínio provisório - 13/06/94 13 horas e 55 minutos  
FREGUESIAS APURADAS 4212 FREGUESIAS POR APURAR 9

1994				1989			
INSC 8477843 VOTANTES 3024132 35,67%				INSC 8038525 VOTANTES 4121998 51,28%			
	Votos	%	Mandatos		Votos	%	Mandatos
BRANCOS	42245,71	1,61		BRANCOS	66041	1,6	
NULOS	47717	1,58		NULOS	65879	1,6	
PS	1052004	34,79	9	PPD/PSD	1346751	32,67	9
PPD/PSD	1039262	34,37	9	PS	1174829	28,5	7
CDS-PP	377586	12,49	3	<b>CDU</b>	<b>594794</b>	<b>14,43</b>	<b>4</b>
<b>PCP-PEV</b>	<b>339264</b>	<b>11,22</b>	<b>3</b>	CDS	582398	14,13	3
PCTP/MRPP	23672	0,78		PPM	83981	2,04	
UDP	18805	0,62		MDP	56628	1,37	
PSR	17718	0,59		UDP	44747	1,09	
MPT	12440	0,41		PSR	31544	0,77	
P XXI	12215	0,4		PDC	29372	0,71	
PSN	11064	0,37		PCTP/MRPP	26222	0,64	
PPM	8236	0,27		POUS	11191	0,27	
PDA	6937	0,23		FER	7621	0,18	
PRD	5800	0,19					
MUT	2585	0,09					

O número de mandatos é o mínimo já assegurado

Distrito a Distrito

AVEIRO

FREGUESIAS APURADAS 201 FREGUESIAS POR APURAR 7

1994			1989		
INSC 526986 VOTANTES 184169 34,95%			INSC 492527 VOTANTES 241502 49,03%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	3362	1,83	BRANCOS	3707	1,53
NULOS	2541	1,38	NULOS	3193	1,32
PPD/PSD	75068	40,76	PPD/PSD	96769	40,07
PS	60384	32,79	PS	65978	27,32
CDS-PP	31224	16,95	CDS	44700	18,51
<b>PCP-PEV</b>	<b>6552</b>	<b>3,56</b>	<b>CDU</b>	<b>13146</b>	<b>5,44</b>
PSR	797	0,43	PPM	4317	1,79
PSN	748	0,41	MDP	2888	1,2
UDP	619	0,34	PDC	2121	0,88
P XXI	569	0,31	UDP	1556	0,64
PCTP/MRPP	559	0,3	PSR	1249	0,52
MPT	534	0,29	PCTP/MRPP	944	0,39
PPM	486	0,26	POUS	560	0,23
PDA	352	0,19	FER	374	0,15
PRD	260	0,14			
MUT	114	0,06			

BRAGA

FREGUESIAS APURADAS 511 FREGUESIAS POR APURAR 1

1994			1989		
INSC 611267 VOTANTES 247251 40,45%			INSC 552094 VOTANTES 306081 55,44%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	2649	1,07	BRANCOS	3367	1,1
NULOS	3222	1,3	NULOS	4331	1,41
PPD/PSD	94230	38,11	PPD/PSD	106399	34,76
PS	92841	37,55	PS	99588	32,54
CDS-PP	35340	14,29	CDS	53298	17,41
<b>PCP-PEV</b>	<b>11879</b>	<b>4,8</b>	<b>CDU</b>	<b>22677</b>	<b>7,41</b>
UDP	1119	0,45	PPM	4710	1,54
PCTP/MRPP	1081	0,44	MDP	2895	0,95
PSR	906	0,37	UDP	2004	0,65
P XXI	784	0,32	PDC	1916	0,63
PSN	706	0,29	PSR	1895	0,62
MPT	664	0,27	PCTP/MRPP	1388	0,45
PDA	614	0,25	POUS	1086	0,35
PPM	581	0,23	FER	527	0,17
PRD	411	0,17			
MUT	224	0,09			

BEJA

FREGUESIAS APURADAS 98 FREGUESIAS POR APURAR 0

1994			1989		
INSC 151064 VOTANTES 54650 36,18%			INSC 152951 VOTANTES 76434 49,97%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	717	1,31	BRANCOS	1304	1,71
NULOS	1177	2,15	NULOS	1472	1,93
<b>PCP-PEV</b>	<b>21216</b>	<b>38,82</b>	<b>CDU</b>	<b>33511</b>	<b>43,84</b>
PS	17104	31,3	PS	19359	25,33
PPD/PSD	7344	13,44	PPD/PSD	11417	14,94
CDS-PP	2876	5,26	CDS	3615	4,73
PCTP/MRPP	2005	3,67	PCTP/MRPP	1308	1,71
UDP	595	1,09	UDP	1120	1,47
PPM	308	0,56	PSR	982	1,28
MPT	244	0,45	MDP	799	1,05
PSN	237	0,43	PPM	657	0,86
P XXI	220	0,4	PDC	397	0,52
PDA	204	0,37	POUS	286	0,37
PSR	179	0,33	FER	207	0,27
PRD	156	0,29			
MUT	68	0,12			

BRAGANÇA

FREGUESIAS APURADAS 296 FREGUESIAS POR APURAR 2

1994			1989		
INSC 148678 VOTANTES 54531 36,68%			INSC 145128 VOTANTES 66784 46,02%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	696	1,27	BRANCOS	944	1,41
NULOS	1177	2,15	NULOS	1676	2,51
PPD/PSD	23829	43,37	PPD/PSD	25918	38,81
PS	18106	33,03	PS	16942	25,37
CDS-PP	7914	14,44	CDS	15026	22,5
<b>PCP-PEV</b>	<b>1291</b>	<b>2,35</b>	<b>CDU</b>	<b>2502</b>	<b>3,75</b>
PSR	232	0,42	PDC	804	1,2
PCTP/MRPP	232	0,42	PPM	756	1,13
P XXI	223	0,41	MDP	642	0,96
PSN	212	0,39	PSR	480	0,72
PDA	212	0,39	PCTP/MRPP	389	0,58
UDP	208	0,38	UDP	322	0,48
PPM	195	0,36	POUS	209	0,31
MPT	152	0,28	FER	174	0,26
PRD	89	0,16			
MUT	52	0,09			



## Resultados eleitorais de 1989 e 1994

### CASTELO BRANCO

FREGUESIAS APURADAS 159 FREGUESIAS POR APURAR 0

1994			1989		
INSC 199742 VOTANTES 75448 37,77%			INSC 197670 VOTANTES 98435 49,80%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	1289	1,71	BRANCOS	1835	1,86
NULOS	1656	2,19	NULOS	2192	2,23
PS	30995	41,08	PPD/PSD	34238	34,78
PPD/PSD	26370	34,95	PS	32504	33,02
CDS-PP	8374	11,1	CDS	13817	14,04
PCP-PEV	3828	5,07	CDU	7819	7,94
PCTP/MRPP	535	0,71	PPM	1542	1,57
UDP	357	0,47	MDP	965	0,98
P XXI	333	0,44	PDC	804	0,82
PSR	300	0,4	PSR	722	0,73
PSN	298	0,39	PCTP/MRPP	677	0,69
MPT	286	0,38	UDP	674	0,68
PRD	283	0,38	POUS	377	0,38
PPM	252	0,33	FER	269	0,27
PDA	222	0,29			
MUT	70	0,09			

### COIMBRA

FREGUESIAS APURADAS 207 FREGUESIAS POR APURAR 0

1994			1989		
INSC 374959 VOTANTES 121558 32,42%			INSC 359361 VOTANTES 167584 46,63%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	2576	2,12	BRANCOS	3521	2,1
NULOS	2023	1,66	NULOS	2929	1,75
PS	50113	41,23	PS	60410	36,05
PPD/PSD	42685	35,11	PPD/PSD	53316	31,81
CDS-PP	12362	10,17	CDS	22119	13,2
PCP-PEV	7610	6,26	CDU	13995	8,35
PSR	822	0,68	PPM	3475	2,07
P XXI	688	0,57	MDP	2260	1,35
PCTP/MRPP	535	0,44	PSR	1387	0,83
MPT	494	0,41	PDC	1248	0,74
PSN	484	0,4	UDP	1106	0,66
UDP	363	0,3	PCTP/MRPP	999	0,6
PPM	284	0,23	POUS	550	0,33
PDA	243	0,2	FER	269	0,16
PRD	185	0,15			
MUT	91	0,07			

### ÉVORA

FREGUESIAS APURADAS 88 FREGUESIAS POR APURAR 0

1994			1989		
INSC 149885 VOTANTES 57449 38,33%			INSC 148510 VOTANTES 83403 56,16%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	908	1,58	BRANCOS	1614	1,94
NULOS	925	1,61	NULOS	1383	1,66
PCP-PEV	21630	37,65	CDU	34965	41,92
PS	15164	26,4	PS	17217	20,64
PPD/PSD	11000	19,15	PPD/PSD	16871	20,23
CDS-PP	4023	7	CDS	5581	6,69
PCTP/MRPP	1750	3,05	PCTP/MRPP	1174	1,41
UDP	572	1	PPM	1092	1,31
PSR	267	0,46	MDP	1024	1,23
MPT	239	0,42	PSR	833	1
PSN	236	0,41	UDP	829	0,99
PPM	206	0,36	PDC	392	0,47
P XXI	200	0,35	POUS	250	0,3
PRD	142	0,25	FER	178	0,21
PDA	101	0,18			
MUT	86	0,15			

### FARO

FREGUESIAS APURADAS 78 FREGUESIAS POR APURAR 0

1994			1989		
INSC 299425 VOTANTES 91869 30,68%			INSC 281871 VOTANTES 126728 44,96%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	1982	2,16	BRANCOS	3082	2,43
NULOS	1854	2,02	NULOS	2475	1,95
PS	36266	39,48	PS	43463	34,3
PPD/PSD	28770	31,32	PPD/PSD	38363	30,27
CDS-PP	9327	10,15	CDU	17052	13,46
PCP-PEV	9221	10,04	CDS	12313	9,72
PCTP/MRPP	1001	1,09	MDP	2016	1,59
UDP	720	0,78	PPM	1977	1,56
MPT	519	0,56	UDP	1558	1,23
PSR	486	0,53	PCTP/MRPP	1322	1,04
P XXI	476	0,52	PSR	1195	0,94
PSN	379	0,41	PDC	1049	0,83
PPM	272	0,3	POUS	554	0,44
PRD	269	0,29	FER	309	0,24
PDA	220	0,24			
MUT	107	0,12			

### GUARDA

FREGUESIAS APURADAS 336 FREGUESIAS POR APURAR 0

1994			1989		
INSC 174389 VOTANTES 67663 38,80%			INSC 172137 VOTANTES 88779 51,57%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	1056	1,56	BRANCOS	1414	1,59
NULOS	1470	2,17	NULOS	2300	2,59
PPD/PSD	27638	40,85	PPD/PSD	34681	39,06
PS	23487	34,71	PS	24698	27,82
CDS-PP	9986	14,76	CDS	16645	18,75
PCP-PEV	1819	2,69	CDU	4113	4,63
PSR	295	0,44	PDC	1068	1,2
PCTP/MRPP	277	0,41	PPM	968	1,09
PSN	271	0,4	MDP	791	0,89
P XXI	271	0,4	PSR	723	0,81
UDP	238	0,35	PCTP/MRPP	454	0,51
PPM	219	0,32	UDP	399	0,45
PDA	210	0,31	POUS	327	0,37
MPT	207	0,31	FER	198	0,22
PRD	147	0,22			
MUT	72	0,11			

### LEIRIA

FREGUESIAS APURADAS 148 FREGUESIAS POR APURAR 0

1994			1989		
INSC 364423 VOTANTES 111716 30,66%			INSC 348333 VOTANTES 161406 46,34%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	2598	2,33	BRANCOS	3325	2,06
NULOS	1983	1,78	NULOS	2844	1,76
PPD/PSD	48675	43,57	PPD/PSD	71077	44,04
PS	31621	28,3	PS	38158	23,64
CDS-PP	16998	15,22	CDS	26050	16,14
PCP-PEV	6412	5,74	CDU	10940	6,78
PSR	553	0,5	PPM	2357	1,46
PCTP/MRPP	473	0,42	MDP	1885	1,17
P XXI	456	0,41	PDC	1424	0,88
PSN	408	0,37	UDP	998	0,62
MPT	386	0,35	PSR	951	0,59
UDP	341	0,31	PCTP/MRPP	652	0,4
PDA	272	0,24	POUS	445	0,28
PPM	258	0,23	FER	300	0,19
PRD	190	0,17			
MUT	92	0,08			

### LISBOA

FREGUESIAS APURADAS 215 FREGUESIAS POR APURAR 0

1994			1989		
INSC 1826519 VOTANTES 593432 32,49%			INSC 1742684 VOTANTES 923587 53,00%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	9923	1,67	BRANCOS	15080	1,63
NULOS	8400	1,42	NULOS	12924	1,4
PS	204367	34,44	PS	250971	27,17
PPD/PSD	166242	28,01	PPD/PSD	238922	25,87
PCP-PEV	100280	16,9	CDU	183465	19,86
CDS-PP	75586	12,74	CDS	136415	14,77
PSR	6057	1,02	PPM	30730	3,33
PCTP/MRPP	5213	0,88	MDP	18015	1,95
MPT	4075	0,69	UDP	12066	1,31
UDP	3989	0,67	PSR	8496	0,92
P XXI	2864	0,48	PDC	6996	0,76
PSN	2166	0,36	PCTP/MRPP	6021	0,65
PPM	1710	0,29	POUS	1946	0,21
PRD	1179	0,2	FER	1540	0,17
PDA	902	0,15			
MUT	479	0,08			

### PORTALEGRE

FREGUESIAS APURADAS 86 FREGUESIAS POR APURAR 0

1994			1989		
INSC 115472 VOTANTES 45005 38,97%			INSC 117317 VOTANTES 64353 54,85%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	885	1,97	BRANCOS	1395	2,17
NULOS	860	1,91	NULOS	1166	1,81
PS	17139	38,08	PS	20919	32,51
PPD/PSD	10917	24,26	CDU	15600	24,24
PCP-PEV	8807	19,57	PPD/PSD	15465	24,03
CDS-PP	4097	9,1	CDS	5805	9,02
PCTP/MRPP	902	2	PPM	872	1,36
UDP	286	0,64	PCTP/MRPP	735	1,14
P XXI	209	0,46	PSR	646	1
PSN	199	0,44	UDP	556	0,86
MPT	171	0,38	MDP	503	0,78
PSR	151	0,34	PDC	342	0,53
PPM	125	0,28	POUS	200	0,31
PDA	114	0,25	FER	149	0,23
PRD	99	0,22			
MUT	44	0,1			



## PORTO

FREGUESIAS APURADAS 385 FREGUESIAS POR APURAR 0

1994			1989		
INSC 1360022 VOTANTES 532954 39,19%			INSC 1258537 VOTANTES 693185 55,08%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	6866	1,29	BRANCOS	8030	1,16
NULOS	6010	1,13	NULOS	8151	1,18
PS	212400	39,85	PS	234932	33,89
PPD/PSD	194216	36,44	PPD/PSD	234830	33,88
CDS-PP	61125	11,47	CDS	94424	13,62
<b>PCP-PEV</b>	<b>37771</b>	<b>7,09</b>	<b>CDU</b>	<b>70793</b>	<b>10,21</b>
PSR	2574	0,48	PPM	14382	2,07
UDP	2313	0,43	MDP	8714	1,26
PCTP/MRPP	2205	0,41	UDP	5917	0,85
P XXI	1865	0,35	PSR	4023	0,58
MPT	1431	0,27	PDC	3324	0,48
PSN	1293	0,24	PCTP/MRPP	3113	0,45
PPM	1007	0,19	POUS	1580	0,23
PDA	871	0,16	FER	972	0,14
PRD	723	0,14			
MUT	284	0,05			

## SANTARÉM

FREGUESIAS APURADAS 191 FREGUESIAS POR APURAR 0

1994			1989		
INSC 388174 VOTANTES 135568 34,92%			INSC 375712 VOTANTES 187424 49,89%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	3084	2,27	BRANCOS	4557	2,43
NULOS	2616	1,93	NULOS	3747	2
PS	48079	35,46	PPD/PSD	58740	31,34
PPD/PSD	42779	31,56	PS	53871	28,74
<b>PCP-PEV</b>	<b>17285</b>	<b>12,75</b>	<b>CDU</b>	<b>29199</b>	<b>15,58</b>
CDS-PP	15665	11,56	CDS	23884	12,74
PCTP/MRPP	1582	1,17	PPM	3230	1,72
UDP	875	0,65	MDP	2228	1,19
PSR	675	0,5	UDP	1909	1,02
MPT	623	0,46	PCTP/MRPP	1773	0,95
PSN	560	0,41	PSR	1773	0,95
P XXI	525	0,39	PDC	1461	0,78
PPM	410	0,3	POUS	619	0,33
PDA	348	0,26	FER	433	0,23
PRD	301	0,22			
MUT	161	0,12			

## SETÚBAL

FREGUESIAS APURADAS 81 FREGUESIAS POR APURAR 0

1994			1989		
INSC 620744 VOTANTES 205676 33,13%			INSC 570121 VOTANTES 290839 51,01%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	3491	1,7	BRANCOS	4987	1,71
NULOS	2820	1,37	NULOS	4155	1,43
<b>PCP-PEV</b>	<b>71720</b>	<b>34,87</b>	<b>CDU</b>	<b>112014</b>	<b>38,51</b>
PS	63099	30,68	PS	69059	23,74
PPD/PSD	36577	17,78	PPD/PSD	51663	17,76
CDS-PP	16479	8,01	CDS	23245	7,99
PCTP/MRPP	3557	1,73	MDP	6235	2,14
UDP	2482	1,21	UDP	5784	1,99
PSR	1598	0,78	PPM	5644	1,94
MPT	903	0,44	PCTP/MRPP	2638	0,91
P XXI	824	0,4	PSR	2506	0,86
PSN	674	0,33	PDC	1675	0,58
PPM	540	0,26	POUS	673	0,23
PRD	441	0,21	FER	561	0,19
PDA	271	0,13			
MUT	200	0,1			

## VIANA DO CASTELO

FREGUESIAS APURADAS 290 FREGUESIAS POR APURAR 0

1994			1989		
INSC 218131 VOTANTES 82033 37,61%			INSC 208348 VOTANTES 105684 50,72%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	1144	1,39	BRANCOS	1690	1,6
NULOS	1304	1,59	NULOS	1890	1,79
PPD/PSD	33218	40,49	PPD/PSD	40795	38,6
PS	24909	30,36	PS	25942	24,55
CDS-PP	14270	17,4	CDS	20489	19,39
<b>PCP-PEV</b>	<b>4402</b>	<b>5,37</b>	<b>CDU</b>	<b>8552</b>	<b>8,09</b>
PSR	399	0,49	PPM	1439	1,36
PCTP/MRPP	385	0,47	MDP	1365	1,29
P XXI	348	0,42	PDC	945	0,89
PPM	311	0,38	PSR	827	0,78
UDP	302	0,37	UDP	594	0,56
PSN	279	0,34	PCTP/MRPP	579	0,55
PDA	277	0,34	POUS	295	0,28
MPT	226	0,28	FER	282	0,27
PRD	182	0,22			
MUT	77	0,09			

## VILA REAL

FREGUESIAS APURADAS 266 FREGUESIAS POR APURAR 0

1994			1989		
INSC 218347 VOTANTES 83601 38,29%			INSC 208565 VOTANTES 104093 49,91%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	862	1,03	BRANCOS	1282	1,23
NULOS	1753	2,1	NULOS	2285	2,2
PPD/PSD	37773	45,18	PPD/PSD	48727	46,81
PS	28196	33,73	PS	26492	25,45
CDS-PP	10160	12,15	CDS	15101	14,51
<b>PCP-PEV</b>	<b>2136</b>	<b>2,55</b>	<b>CDU</b>	<b>4446</b>	<b>4,27</b>
P XXI	370	0,44	PPM	1360	1,31
PCTP/MRPP	348	0,42	MDP	951	0,91
PDA	326	0,39	PDC	938	0,9
UDP	320	0,38	PSR	784	0,75
PSR	297	0,36	PCTP/MRPP	600	0,58
PPM	296	0,35	UDP	520	0,5
PSN	255	0,31	POUS	344	0,33
MPT	250	0,3	FER	263	0,25
PRD	184	0,22			
MUT	75	0,09			

## VISEU

FREGUESIAS APURADAS 371 FREGUESIAS POR APURAR 1

1994			1989		
INSC 346016 VOTANTES 113506 32,80%			INSC 337860 VOTANTES 155962 46,16%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	2035	1,79	BRANCOS	2337	1,5
NULOS	2142	1,89	NULOS	3407	2,18
PPD/PSD	47881	42,18	PPD/PSD	67202	43,09
PS	33101	29,16	PS	34942	22,4
CDS-PP	21932	19,32	CDS	33472	21,46
<b>PCP-PEV</b>	<b>2959</b>	<b>2,61</b>	<b>CDU</b>	<b>6074</b>	<b>3,89</b>
PSR	490	0,43	PPM	2197	1,41
PCTP/MRPP	463	0,41	PDC	1727	1,11
PSN	459	0,4	MDP	1411	0,9
P XXI	405	0,36	PSR	1112	0,71
UDP	362	0,32	UDP	846	0,54
PPM	343	0,3	PCTP/MRPP	590	0,38
PDA	326	0,29	POUS	366	0,23
MPT	303	0,27	FER	279	0,18
PRD	185	0,16			
MUT	120	0,11			

## AÇORES

FREGUESIAS APURADAS 150 FREGUESIAS POR APURAR 0

1994			1989		
INSC 183572 VOTANTES 67287 36,65%			INSC 181992 VOTANTES 73814 40,56%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	970	1,44	BRANCOS	894	1,21
NULOS	1073	1,59	NULOS	1064	1,44
PPD/PSD	37702	56,03	PPD/PSD	36706	49,73
PS	18923	28,12	PS	22846	30,95
CDS-PP	5348	7,95	CDS	7253	9,83
<b>PCP-PEV</b>	<b>1047</b>	<b>1,56</b>	<b>CDU</b>	<b>1936</b>	<b>2,62</b>
PDA	409	0,61	PPM	967	1,31
PSR	323	0,48	MDP	468	0,63
P XXI	250	0,37	PSR	381	0,52
MPT	244	0,36	PCTP/MRPP	342	0,46
UDP	227	0,34	PDC	303	0,41
PCTP/MRPP	218	0,32	UDP	301	0,41
PSN	217	0,32	POUS	226	0,31
PPM	156	0,23	FER	127	0,17
PRD	123	0,18			
MUT	57	0,08			

## MADEIRA

FREGUESIAS APURADAS 53 FREGUESIAS POR APURAR 0

1994			1989		
INSC 198862 VOTANTES 98477 49,52%			INSC 186807 VOTANTES 105921 56,70%		
	Votos	%		Votos	%
BRANCOS	1734	1,76	BRANCOS	1676	1,58
NULOS	2711	2,75	NULOS	2295	2,17
PPD/PSD	46348	47,06	PPD/PSD	64652	61,04
PS	25710	26,11	PS	16538	15,61
CDS-PP	14500	14,72	CDS	9146	8,63
UDP	2517	2,56	UDP	5688	5,37
<b>PCP-PEV</b>	<b>1399</b>	<b>1,42</b>	<b>CDU</b>	<b>1995</b>	<b>1,88</b>
PSN	983	1	PPM	1309	1,24
MPT	489	0,5	PSR	579	0,55
PDA	443	0,45	MDP	573	0,54
PCTP/MRPP	351	0,36	PCTP/MRPP	524	0,49
P XXI	335	0,34	PDC	438	0,41
PSR	317	0,32	POUS	298	0,28
PPM	277	0,28	FER	210	0,2
PRD	251	0,25			
MUT	112	0,11			



## Alerta da Amnistia Internacional

# Prisioneiros timorenses desaparecem de Díli

A Amnistia Internacional (AI) confirmou terça-feira o desaparecimento da cadeia de Díli de seis timorenses que cumpriam penas de prisão impostas pelos tribunais indonésios, devido à sua alegada participação em manifestações anti-governamentais. Em comunicado entregue à Agência Lusa em Macau, a Amnistia Internacional diz recear que os seis timorenses tenham sido torturados e posteriormente transferidos para uma unidade militar indonésia.

A AI exige das autoridades indonésias a divulgação imediata do paradeiro dos seis timo-

renses desaparecidos e reclama que os presos sejam assistidos clinicamente e acompanhados por observadores independentes.

Familiares dos presos citados pela Amnistia Internacional indicaram que os nacionalistas

**Os prisioneiros desaparecidos eram acusados pela Indonésia de terem participado em manifestações anti-governamentais e receia-se que a sua ausência da prisão de Díli signifique a transferência para prisões em Jacarta**

foram algemados e levados cerca das nove horas do dia 10 de Junho, para local desconhecido, por uma brigada móvel da policia da prisão da comarca de Díli.

Desde então, a policia e os militares indonésios em Díli

têm negado fornecer as famílias dos presos quaisquer informações acerca do seu paradei-

ro, bem como da sua integridade física.

Entre os desaparecidos, encontra-se Gregório Saldanha, que cumpria uma pena de prisão perpétua por alegado envolvimento na manifestação no Cemitério de Santa Cruz, em 12 de Novembro de 1991.

Os presos timorenses, segundo apurou a Agência Lusa, são habitualmente visitados pelos familiares às quintas-feiras e os seis nacionalistas, agora desaparecidos, encontravam-se na

cadeia da comarca de Díli no dia 09.

São os seguintes os timorenses desaparecidos no dia 10 de Junho da cadeia da comarca de Díli: Gregório da Cunha Saldanha, 31 anos, solteiro, condenado a prisão perpétua; Francisco Miranda Branco, 44 anos, casado, sete filhos, condenado a 15 anos de prisão; Jacinto das Neves Raimundo Alves, 37 anos, casado, cinco filhos, condenado a dez anos de prisão; Saturnino da Costa Belo, 29 anos, solteiro, condenado a 12 anos de prisão; Juvêncio de Jesus Martins, 35 anos, solteiro, condenado a seis anos e oito meses de prisão; e Filomeno da Silva Pereira, 37 anos, solteiro, condenado a cinco anos e cinco meses de prisão.

Entretanto uma comissão parlamentar indonésia apelou ao Governo de Jacarta para que se preocupe mais com os direitos humanos em Timor-Leste, anuncia o jornal "Jakarta Post".

O apelo está contido no relatório da comissão para as rela-



Timor não pode ser esquecido

ções inter-parlamentares e foi lido na tribuna da Câmara de Deputados por Salvador Ximenes Soares, um deputado indonésio de origem timorense.

Segundo a imprensa, o documento lido no Parlamento indonésio convida ainda o Governo a prestar mais atenção às opiniões dos dirigentes locais timorenses do que às opiniões dos países estrangeiros.

Por último pede-se a abertura do território de Timor-Leste à visita de organizações internacionais dos direitos humanos, tais como Asia Watch e Amnistia Internacional, e não apenas aos representantes da ONU.

A directora executiva de Asia Watch, a senhora Sidney Jones, encontra-se actualmente na Indonésia mas, segundo

revelou à France Presse, não foi autorizada a deslocar-se a Timor-Leste.

Por outro lado, o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros indonésio, Irawan Abidin, anunciou hoje que o relator especial da ONU para a tortura e as execuções arbitrárias, o senegalês Bacre Waly N'Diaye, visitará Timor-Leste em Julho, em data a fixar.

## Resíduos sólidos urbanos indevidamente depositos em lixeiras

Mais de metade dos cerca de três milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos produzidos em Portugal, em 1993, foram inadequadamente depositos em lixeiras, denunciou terça-feira o Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

O relatório das conclusões do Curso "Resíduos Sólidos Urbanos: Métodos de Equacionamento" divulgado esta semana, pretende "alertar os meios de decisão e a opinião pública para a urgência da implementação de medidas prioritárias no âmbito da gestão integrada dos resíduos sólidos em Portugal".

Os participantes do curso realizado no último mês de Março salientam que a deposição inadequada de resíduos sólidos em lixeiras tem consequências negativas em termos ambientais e de saúde pública, em detri-

mento da qualidade de vida da população.

"Apesar da legislação existente (nacional e internacional) é notória a falta de uma política específica para o sector que defina uma estratégia de gestão integrada dos resíduos, e que dê apoio às autarquias na implementação e na fiscalização do cumprimento da mesma", refere o relatório.

O documento adianta que "esta situação tenderá a manter-se indefinidamente caso não sejam tomadas, a curto prazo, medidas concretas, de carácter político, destinadas à sua alteração".

Para solucionar este problema, os participantes do encontro (44 técnicos pertencentes a diversas instituições portuguesas da área dos resíduos) salientam ser necessário "estabelecer

directrizes nacionais relativas à política de gestão de resíduos sólidos atribuindo prioridade à redução, reutilização e reciclagem de materiais normalmente rejeitados no lixo urbano".

Será também necessário, segundo os técnicos, salientar a importância de aterros sanitários como estruturas complementares

e indispensáveis em qualquer sistema de gestão de resíduos.

Entre as 12 recomendações apresentadas, os especialistas sublinham a importância de evitar que sejam implementadas soluções de tratamento de resíduos sólidos urbanos inadequadas e incompatíveis com a realidade portuguesa.

## Vila Franca de Xira vai construir 765 fogos

A câmara de Vila Franca de Xira vai construir 765 fogos no âmbito do plano de erradicação de barracas, mas estima que o concelho careça de duas mil e 500 habitações, revelou terça-feira à agência Lusa fonte autárquica.

De acordo com o vereador do pelouro da Habitação da Câmara, Carlos Silva, que anunciou um conjunto de projectos da Divisão de Promoção e Gestão Habitacional, um dos objectivos do município é "promover um estudo das carências reais de habitação no concelho, ainda por realizar".

No âmbito do Plano de Erradicação de Barracas (PER) na área metropolitana de Lisboa, Vila Franca de Xira irá construir 765 habitações para outras tantas famílias que vivem actualmente em barracas.

O vereador Carlos Silva adiantou que, em Novembro, o município vai iniciar a construção dos primeiros 50 fogos do programa, que deverão estar terminados em finais de 1995.

"Estamos a programar fazer a entrega anual de casas aos moradores e a demolir sucessivamente as barracas para que não sejam novamente ocupadas", explicou.

A câmara optou por construir os vários blocos habitacionais próximo das zonas onde residem agora os futuros realojados, de modo a "não quebrar os laços de vizinhança que existem entre essas pessoas", sublinhou o responsável.

Os fogos serão construídos em Castanheira do Ribatejo, Alhandra, Vila Franca, Póvoa de Santa Iria e Alverca do Ribatejo num prazo de seis anos.

A custos actuais, o município de Vila Franca de Xira deverá investir cerca de seis milhões de contos neste programa em parte subsidiado pelo Governo.



Os resíduos sólidos têm de ter outro destino

## Sargentos em Encontro

A Associação Nacional de Sargentos (ANS) realizou no passado dia 4 de Junho um Encontro Nacional de delegados associativos.

Em nota divulgada, a ANS manifesta "profunda preocupação quanto ao conteúdo dos projectos de lei apresentados pelo MDN à Assembleia da República sobre Justiça e Disciplina militar, bem como quanto à regulamentação do acesso ao Provedor de Justiça".

A ANS alerta ainda "todos os sargentos para as propostas de alteração ao EMFAR" que, e citando a nota, "são lesivas da generalidade dos sargentos".

A Associação Nacional de Sargentos, que perfaz este ano o seu 5º aniversário, é membro da Euromil - Organização Europeia de Associações Militares, cujo Presidium vai reunir em Lisboa no próximo mês de Outubro, trazendo a Portugal estruturas associativas de militares de mais de 15 países, a maioria dos quais da Europa Comunitária.

A ANS tem vindo a colocar como necessário a alteração do Artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas - que trata o quadro de restrições de direitos dos militares -, por forma a adequar os direitos dos militares portugueses à realidade europeia.



# Direcções regionais comentam resultados

Analisando os resultados distritais, a DORS considera que «o PCP e a CDU confirmaram-se como a força política mais votada no distrito de Setúbal, alcançando os 34,7 por cento de votos expressos».

Este resultado, segundo a DORS, «ganha especial significado se tivermos em conta que nas eleições legislativas de 1991 a CDU fora remetida, no distrito, para terceiro lugar, vindo a recuperar a maioria nas eleições autárquicas do ano passado».

«No quadro de uma enorme percentagem de abstenções, que, batendo todos os recordes nacionais ao atingir os 63 por cento, traduz naturalmente uma grande decepção com a União Europeia, é evidente que a maior incidência do prolongado fim-de-semana na Área Metropolitana de Lisboa, onde o PCP e os seus aliados são a grande força política, prejudicou antes de tudo a CDU, o que valoriza ainda mais os seus resultados distritais».

«A campanha eleitoral da CDU assentou na seriedade com que abordou os problemas do nosso povo e do nosso país, na clareza das suas propostas, no contacto directo com o eleitorado que, só no distrito de Setúbal, ultrapassou mais de 200 iniciativas políticas».

## Segunda derrota do PSD em 6 meses

Por sua vez, o secretariado da DORBE do PCP saúda o eleito do distrito de Beja que mais uma vez votou «maioritariamente na CDU, confirmando que continua firme na defesa dos interesses da região e na luta

por uma alternativa à política do Governo do PSD».

Para a DORBE «estes resultados têm como significado relevante» constituírem a «segunda derrota em seis meses do PSD» no distrito de Beja e a nível nacional, o que confirma «a necessidade de uma nova política para o nosso país e de um novo rumo para a União Europeia».

Apesar da elevada abstenção, o PCP e os seus aliados na CDU mantêm-se como «a primeira força política no distrito de Beja e no Alentejo».

A abstenção, que segundo a análise da DORBE, «traduz um grande alheamento em relação à União Europeia», deve-se também «à saída de muitos trabalhadores do distrito que não encontram aqui condições de subsistência procurando fora do país ou noutras regiões o emprego que a errada política do Governo de Cavaco Silva lhes

tem negado. Até a imprópria data marcada para o acto eleitoral ajudou a este recorde abstencionista que, obviamente, prejudicou a CDU», conclui a nota da DORBE.

## Resultados positivos

Também a DORSA considera «como importantes e positivos» os resultados das eleições para o Parlamento Europeu, salientando que apesar de «grandes manobras eleitoralistas e de outro tipo de investimentos políticos do PSD e do Governo no distrito» o eleitorado penalizou claramente a política de direita «tanto por não votarem maioritariamente no PSD, como por uma grande massa de descontentes e desiludidos com a União Europeia e todo o processo de adesão ter decidido mani-

festar o seu protesto não votando».

No distrito de Santarém a CDU, embora registando uma descida de cerca de três pontos percentuais, manteve-se acima da média nacional com 12,75 por cento e alcançou significativas votações como são exemplos Alpiarça 54,46%; Coruche 40,83; Benavente 34,06%, Chamusca 26,54%, Golegã 22,92% e manteve importantes resultados em concelhos como Santarém, Abrantes, Torres Novas, Almeirim e Cartaxo.

Este resultados, segundo a análise da DORSA, foram influenciados pela forte abstenção que atingiu no distrito 65,08 por cento, sendo ainda mais elevada em alguns concelhos onde se concentra forte eleitorado da CDU, caso de Benavente, com 70,58%, Coruche com 67,12%, e Salvaterra de Magos, com 76,66%.

## Distrito de Bragança

# O interior abandonado

A falta de emprego tem levado as populações do distrito de Bragança a emigrar para outros países e os que ficam deslocam-se para o litoral em busca de trabalho. Nas aldeias, onde apenas os velhos resistem, as escolas fecham umas atrás das outras por falta do número mínimo de alunos.

O envelhecimento e a desertificação da região continua a agravar-se e, segundo um estudo

realizado pela Direcção Regional de Bragança do PCP, deve-se em muito aos baixíssimos níveis de industrialização que a região sempre registou.

Bragança é considerada uma das regiões mais pobres das Europa, mas apesar de repetidas promessas de instalação de novas unidades industriais, o que se verificou nos últimos anos foram encerramentos sucessivos de empresas. Foi o caso do fecho das minas de Moncorvo, componente importante do igualmente abandonado plano siderúrgico nacional, mas também das minas de Argozelo, no concelho de Vimioso, e

Ribeira e Portelo, no concelho de Bragança, que empregavam várias centenas de pessoas.

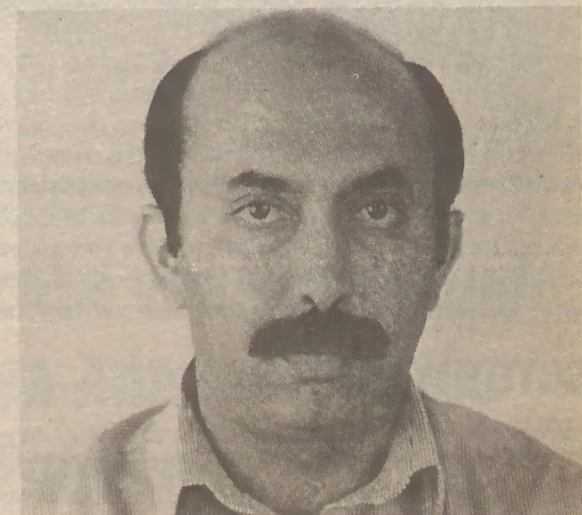
Eliminadas foram ainda a unidade fabril da Quimigal em Mirandela, a CEIA, empresa metalomecânica de Macedo de Cavaleiros, a Paixão e Irmãos e a Fumapeixe, para além do Complexo Agro-Industrial do Cachão, que suspendeu a laboração.

A esta situação junta-se o plano que prevê a extinção de seis zonas agrárias no âmbito da Direcção Regional da Agricultura de Trás-os Montes e a perspectiva de mais despedimentos na Função Pública onde se mantém a lista de «disponíveis».

## Da batata aos eucaliptos

Como refere o estudo da DORBA, a política do Governo é responsável pela diminuição da

## Jorge Pires no Secretariado do Comité Central



O camarada Vidal Pinto deixa de fazer parte do Secretariado do Comité Central por razões de ordem pessoal e familiar cuja consideração concluiu ser incompatível com a sua permanência em Lisboa.

Tendo em conta as exigências das tarefas actuais do Secretariado, o Comité Central, na sua reunião de 14 de Junho de 1994, elegeu para membro do Secretariado do CC o camarada Jorge Pires, membro do Comité Central.

Jorge Pires é membro do Partido desde 1976 e funcionário desde 1978. É membro do Secretariado e do Executivo da DORS. Pertenceu à célula da Quimigal/Barreiro, tendo sido o seu responsável durante vários anos. Pertenceu à Comissão Concelhia do Barreiro de 1978 a 1986. Como membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal, entre outras tarefas, foi responsável pelas organizações concelhias de Alcácer do Sal, Sines e Seixal, pelo trabalho sindical e Organização, Quadros e pelo Pavilhão da Organização Regional de Setúbal na Festa do «Avante!». Actualmente é o responsável pela Organização Concelhia de Almada, coordena o trabalho do Partido no sector naval na ORS e integra a Comissão de Organização. Jorge Pires foi eleito membro suplente do CC no XII Congresso e membro efectivo no XIV Congresso.

produção de cereais, batata e azeitona que é «substituída pela plantação indiscriminada de eucaliptos que cobrem já milhares de hectares nos concelhos de Mirandela, Vila Flor, Alfândega da Fé, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta, ameaçando outros como Vinhais e Miranda do Douro».

Na origem deste processo estão mais uma vez as dificuldades que os agricultores enfrentam no escoamento e nos baixos preços impostos aos produtos da região como a amêndoa, a azeitona de conserva, o vinho generoso, azeite, batata, centeio e carne de bovinos, entre outros.

A DORBA aponta ainda a falta de créditos de campanha e a ausência de apoios aos estragos que, por exemplo, causaram recentemente as fortes geadas em todo o distrito. Por outro lado, a concentração crescente dos serviços implicou o afastamento de técnicos da agricultura para longe do terreno e dos agricultores.

Reclamando a necessidade de um plano de floresta adequada, os comunistas consideram urgente desenvolver as infra-estruturas e redes viárias na região, onde a maior parte das estradas estão num «estado calamitoso». O transporte de pessoas e mercadorias sofreu um sério revés com o encerramento das linhas do Tua, de Pocinho-Sabor e do troço de Mirandela-Bragança, enquanto a construção do anunciado IP4 e do IP2

no distrito avança «a passo de caracol».

Cada vez mais isolada, a população do distrito assiste à degradação do sistema de ensino, e em nome da rentabilidade viu desaparecerem os postos de saúde que existiam nas freguesias, ao mesmo tempo que foram reduzidas as funções de apoio nos Centros de Saúde.

Outros serviços públicos saíram da região ou reduziram drasticamente a sua actividade. Na era das comunicações, são muitas freguesias que só já têm correio uma ou duas vezes por semana, enquanto as redes telefónicas se encontram superlotadas, o que resulta em esperas significativas na instalação de telefones.

Ultimamente, foram transferidos de Bragança a Administração Regional de Saúde, a Direcção Regional de Educação do Norte, o Centro Regional da Segurança Social, o Banco de Portugal, os Serviços Regionais de Agricultura de Trás-os-Montes, a Junta Autónoma das Estradas, a Telecom, a EDP e outros serviços públicos.

Face a programas comunitários que se revelaram pouco eficazes, a exemplo do LEADER ou do INTERREG, o PCP lamenta a pouca informação concreta e objectiva respeitante ao Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), cujos objectivos, critérios e verbas disponíveis continuam desconhecidos.

## Faleceu edil de Estremoz

Faleceu, no passado dia 9 de Junho, José Sena, presidente da Câmara Municipal de Estremoz, eleito pela CDU.

No seu funeral estiveram milhares de amigos, companheiros de luta e anónimos cidadãos, que prestaram «homenagem ao Homem que com verticalidade soube sempre colocar o seu valor e inteligência ao serviço da nobre causa da construção de um futuro melhor para o seu concelho e sua região», indica uma nota da DOREV do PCP.

Na ocasião usou da palavra o presidente da Assembleia Municipal, José Guerreiro, que recordou José Sena como «docente do ensino secundário e universitário, fundador e dirigente da Casa da Cultura de Estremoz, director do jornal «Brados do Alentejo», deputado municipal e presidente da nossa Câmara».

Sublinhando a sua faceta de «lutador contra a ditadura», José Guerreiro afirmou que «a melhor homenagem que lhe podemos fazer será continuar o seu trabalho, cumprir as suas aspirações, manter a luta firme».

Numa mensagem de condolências à família do falecido, o Secretariado do Comité Central do PCP recorda o «democrata que se destacou nas actividades docente e autárquica. Estremoz perdeu um homem que se empenhou profundamente pelo Poder Local Democrático e pelo bem estar das populações», refere a nota.

## CAMARADAS FALECIDOS

### Carlos Jorge

Faleceu Carlos Zeferino Miguéis Jorge que contava 56 anos de idade. Foi comandante dos Bombeiros de Alcabideche durante 40 anos.

### Daniel Abrunheiro

Faleceu em Coimbra, com 77 anos, Daniel dos Santos Abrunheiro, pintor artístico de cerâmica.

Antifascista de longa data, militava no PCP na freguesia de S. Cruz, concelho de Coimbra, onde era muito estimado por todos quantos o conheceram e com ele trabalharam.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



## TRAVAR O DESPEDIMENTO NA LISNAVE E NA SETENAVE

O processo de despedimento colectivo de 3037 pessoas (1783 na Lisnave e 1254 na Setenave/Solisnor) foi entregue segunda-feira aos representantes dos trabalhadores das duas empresas que, reunidos anteontem no Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, decidiram manifestar «o seu total repúdio por mais esta tentativa» e promover «de imediato» assembleias gerais para discutir «as formas de inviabilizar as intenções das administrações». A nota distribuída anteontem à comunicação social adianta que nas assembleias gerais de trabalhadores vai ser proposta a realização de acções de luta conjuntas para a próxima semana.

## ISCTE EM GREVE

Durante todo o dia de amanhã o pessoal técnico, administrativo e auxiliar do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa vai estar em greve, anunciou o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, que convocou também paralisações de uma hora para hoje, ontem e anteontem. As greves, que poderão afectar as provas específicas e os exames marcados para estes dias, têm por objectivo protestar contra a falta de pessoal no ISCTE. Exigindo melhores condições de trabalho, trabalhadores e sindicato recordam que o instituto tem diversificado nos últimos anos as suas actividades e aumentou consideravelmente o espaço físico em que funciona. Contudo, «a este crescimento contrapõe-se uma estrutura orgânica e um quadro de pessoal totalmente desadequados», afirma-se num nota de imprensa distribuída na semana passada pelo sindicato, pois «o ISCTE funciona com um terço do pessoal que devia e é a escola superior com o rácio aluno/pessoal não docente mais elevado».

## BANCÁRIOS EM CONGRESSO

Definir a política global do sindicato para o período até 1997 é uma das tarefas dos 456 delegados que vão participar no 7º Congresso do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que vai ter lugar em Lisboa nos próximos dias 24 e 25. O jornal do SBSI adianta ainda que o congresso deverá definir o seu regimento, eleger a Comissão Fiscalizadora de Contas e a Comissão Disciplinar, e eleger 15 membros do Conselho Geral do sindicato. De acordo com os resultados das eleições de 28 de Abril, as listas da tendência socialista têm 155 delegados, as listas unitárias 133, a tendência social-democrata 92 e outras listas 31.

## MORREU A TRABALHAR AOS 15 ANOS

Esmagado pelo empilhador que conduzia, morreu no dia 3 de Junho o jovem Roberto Magalhães, de 15 anos, trabalhador do armazém distribuidor de fruta de Maria Alice Ferreira Rodrigues, na freguesia de Oliveira S. Pedro. Este «é mais um caso, entre muitos outros, de exploração de trabalho infantil no distrito de Braga, é mais uma vítima a juntar a outras e a outros acidentes graves», afirma a União dos Sindicatos de Braga, num comunicado em que protesta porque «como se tudo fosse natural», a empresa até veio participar o falecimento na imprensa.

## PUNIÇÃO EXEMPLAR PARA O PATRÃO ASSASSINO

«Só a exemplaridade da punição credibilizará a democracia», afirma o departamento de migrações da CGTP-IN, num comunicado de imprensa em que comenta o assassinato de um trabalhador guineense por um patrão da construção civil, ocorrido recentemente em Vila Nova de Gaia. Depois de lembrar que a construção civil é o principal sector onde as comunidades dos países africanos de expressão portuguesa encontram emprego em Portugal, a CGTP sublinha que se trata de «emprego sem direitos e baseado na sobre-exploração», com sobrecarga de horários, salários inferiores e, em muitos casos, condições de habitação infra-humanas. A central exige «uma acção judicial exemplar para este caso que pode contribuir para acelerar os fenómenos racistas e xenófobos» no País, acentuando que «a complacência das autoridades perante a violência racista fragiliza os ideais e as forças democráticas e reforça e torna mais agressivos os movimentos neonazis».

## QUADROS DEBATEM SEGURANÇA SOCIAL

A política e medidas recentes do Governo para as áreas da Saúde e Segurança Social estão hoje em debate num hotel de Lisboa, por iniciativa da Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos, que alerta para graves consequências de propostas legislativas em marcha. Os quadros vão discutir questões como o acesso e as condições de prestação dos cuidados de saúde, os seguros de saúde e os custos das prestações, financiamento e custos da Saúde e o papel do Estado na política da Segurança Social - avança uma nota da confederação.

# Professores unidos exigem revogação da «candidatura»

A recusa da prova exigida para passagem ao 8º escalão reuniu mais de 60 mil assinaturas. Mas a Fenprof recorda ainda outras razões que levam os docentes a contestar a actual política educativa

A «forte adesão» ao abaixo-assinado contra a prova de candidatura ao 8º escalão da carreira docente foi assinalada pelo secretariado nacional da Federação Nacional dos Professores, que nos dias 8 e 9 analisou a situação reivindicativa no sector. As 60 mil assinaturas reunidas pelos sindicatos foram entregues na semana passada no Ministério da Educação, na Assembleia da República e ao Provedor de Justiça, refere uma nota de imprensa distribuída após a reunião. O secretariado nacional sublinha que «a contestação da prova de candidatura ao 8º escalão é de tal ordem consensual entre os docentes, que o abaixo-assinado recolheu o apoio de professores com as mais diversas situações profissionais, com diferentes filiações sindicais, incluindo em organizações defensoras da candidatura, e mesmo de professores em servi-

ço nas mais variadas estruturas do Ministério da Educação».

Na carreira docente, constituída por 10 escalões, a progressão é feita por decurso de tempo de serviço efectivamente prestado em funções docentes, por avaliação de desempenho e pela frequência, com aproveitamento, de módulos de formação - nos termos do DL 409/89. A passagem do 7º ao 8º escalão é a excepção, com o ME a exigir também uma prova de candidatura, que implica a elaboração de um trabalho de natureza pedagógica, a entregar e defender, juntamente com o currículo, perante um júri.

«Os docentes portugueses têm ainda outras razões para contestarem a política educativa do Governo, actualmente assumida pela ministra da Educação», afirma a Fenprof. E aponta-as:

- «a não regulamentação do

Estatuto da Carreira Docente, nomeadamente no que respeita aos poucos direitos que consagra»;

- «o desrespeito completo» em relação aos poucos compromissos assumidos dia 7 de Abril, em reunião com a federação,

- «a recusa em definir uma política para a educação pré-escolar que garanta o acesso de todas as crianças de 3 a 6 anos a um jardim de infância público, gratuito e de qualidade, tutelado pelo ME»;

- «muitas das medidas adoptadas irresponsavelmente pelo ME no âmbito do que se convencionou chamar Reforma do Sistema Educativo, nomeadamente o modelo de gestão em experiência, o modelo de avaliação dos alunos do Básico e do Secundário, e muitos aspectos de uma desajustada reforma curricular, já de si negativos, mas agravados pelas péssimas

condições de trabalho que as escolas portuguesas proporcionam».

## Eleições

O secretariado nacional da Fenprof, informa ainda a nota, iniciou o debate da situação decorrente da realização de eleições para os corpos gerentes dos sindicatos da Grande Lisboa, da Zona Sul e da Madeira, cujos resultados têm implicações na composição dos órgãos da federação. Foi ainda debatida a metodologia a seguir para a eleição do secretário-geral e para a substituição de membros do secretariado nacional motivada pelas eleições nos sindicatos. O secretariado convocou o conselho nacional da federação para dia 1 de Julho, para proceder à sua recomposição. Entretanto, vai decorrer «um debate nos órgãos dos sindicatos, para se chegar a uma proposta consensual», adianta a nota de imprensa.

# Bombeiros contra discriminação e desvalorização dos salários

Desde Outubro de 1989 que municipais e sapadores deviam estar a receber segundo o novo sistema retributivo da Função Pública. Na semana passada, profissionais de vários pontos do País concentraram-se frente ao Ministério das Finanças, para exigir o cumprimento da lei e o respeito dos seus direitos.

Promovida pelo sindicato da Administração Local, a concentração de dia 7 foi acompanhada da distribuição de folhetos explicando os motivos da luta dos bombeiros municipais e sapadores. O STAL recorda que «a política do Governo para os bombeiros profissionais pautou-se sempre pela discriminação salarial e profissional», pois «os bombeiros municipais tiveram sempre salários, injustificada e ilegalmente, abaixo dos salários dos sapadores».

O novo sistema retributivo



Os bombeiros municipais e sapadores querem que acabe a discriminação salarial, mas o Governo pretende manter salários diferentes para funções iguais e baixar mesmo as remunerações de algumas categorias

veio determinar que, a partir de Outubro de 1989, os trabalhadores do Estado que eram pagos em função de letras, passariam a ser remunerados em função de escalões e índices. Só que «passaram-se quatro anos e oito meses e o Governo não cum-

priu», o que tem impedido que os bombeiros profissionais vejam actualizados os seus escalões.

«Perante a luta dos bombeiros», prossegue o comunicado do STAL, «o Governo PSD avançou, em 1993 e 1994, com

uma proposta de aplicação do NSR que, a ir por diante, não só mantém salários diferentes entre bombeiros municipais e sapadores (quando por lei deviam ganhar o mesmo, visto que têm as mesmas obrigações e funções) como chega ao cúmulo de baixar os salários, tanto aos municipais, como aos sapadores». Esta proposta (estabelecendo como base para definição dos salários, de Outubro de 1989 ao final de 1990, um índice 100 de 46 100 escudos para os municipais, e de 63 800 para os sapadores) foi recentemente renovada, ignorando as posições expressas pelo sindicato.

O STAL propõe um único índice 100 de 65 264 escudos, para o mesmo período, que seria, actualizado conforme os aumentos aplicados, de 80 mil escudos em 1992.

# Pela viabilização da Torralta e o pagamento dos salários em atraso

Dezenas de trabalhadores da Torralta concentraram-se dia 8 à porta da residência oficial do Primeiro-Ministro num protesto contra os salários em atraso e pela viabilização da empresa.

Esta acção, disse à Lusa Rodolfo Caseiro, do sindicato da Hotelaria do Sul, teve por objectivo «chamar o Primeiro-Ministro a assumir as suas responsabilidades». Os cerca de 500 trabalhadores da Torralta, entre os quais 20 casais, não recebem salários desde Dezembro de 1993, situação que tem provocado problemas familiares graves, revelou o sindicalista, sublinhando que os trabalhadores acreditam

de tal forma na viabilização da empresa que continuam a trabalhar apesar de não serem pagos.

Vindos das unidades hoteleiras da Torralta no Algarve e em Tróia, os trabalhadores decidiram almoçar bacalhau com massa nas escadarias da Assembleia da República, depois da concentração à porta de Cavaco Silva.

Para hoje está marcada outra concentração de trabalhadores junto ao Tribunal de Grândola, onde reúne a assembleia geral de credores da empresa.



# Desemprego não se combate com passes de mágica eleitoralistas

CGTP responde ao «plano» de Cavaco reafirmando a exigência de «medidas sérias e amplamente negociadas»

«Os trabalhadores portugueses e a população em geral já aprenderam que os graves problemas que os afectam, designadamente no campo do emprego e da estabilidade de emprego, não são resolvidos com passes de mágica feitos em tempo de campanha eleitoral», afirmou na passada quinta-feira o departamento de informação da CGTP, num comentário ao anúncio, feito por Cavaco Silva, de que o Governo português ia enviar nesse mesmo dia para a Comunidade Europeia um plano de combate ao desemprego «que não foi discutido nem sequer dado a conhecer aos parceiros sociais».

A central lembrou que se realizaram «diversas reuniões de concertação social, tanto a nível do CES como da sua Comissão Permanente, e em nenhuma delas os representantes do Governo informaram que estava a ser elaborado um tal plano e qual era a sua natureza». O

## Setúbal: das 85 mil promessas aos 44 mil desempregados

Meia centena de sindicalistas e trabalhadores «enterraram» dia 8 o Governo de Cavaco Silva e a Operação Integrada de Desenvolvimento para a península de Setúbal. O «cortejo fúnebre», promovido pela União dos Sindicatos do distrito, saiu da Praça do Quebedo, em Setúbal. Num caixão, com uma legenda explicando que «Aqui jaz o Governo de Cavaco Silva», seguia um boneco, simbolizando a política do Governo e a OID, ao abrigo da qual deveriam ter sido criados 85 mil novos postos de trabalho.

Ao som de tambores e bombos, e após percorrer algumas ruas da baixa de Setúbal, o cortejo terminou na Praça do Bocage, onde foram colocadas dezenas de urnas «in memoriam» das empresas encerradas ou em processo de falência no distrito.

Dentro do caixão estavam colocadas fotocópias várias de notas de mil escudos e inscrições sobre o fracasso da OID, como «destruição das empresas».

Uma das faixas transportadas pelos manifestantes, na sua maioria trabalhadores da Solisnor ou de empresas que encerraram, acusava: «Agência Cavaco e Silva enterra o País». Seagate, Quimígal Adubos, SGM, Convex, Cristaldoce, Metalúrgica do Tejo, Metalúrgica de Setúbal, Idem, Firestone, Solisnor, Wicander, Mundet, Elme 2001 e Tronitec eram

alguns dos nomes inscritos nas urnas, depositadas no chão da Praça do Bocage.

Manuel Pisco, dirigente da União dos Sindicatos de Setúbal, afirmou à Lusa que esta iniciativa foi realizada com o objectivo de chamar a atenção da população de Setúbal para o «sucesso» da política do Governo de Cavaco Silva, que, ao contrário do prometido na OID, trouxe afinal para o distrito 44 mil desempregados e dezenas de empresas em falência.

## Melhor serviço com mais carteiros

Depois de passar pelos vários distritos, o «carro do carteiro» terminou na semana passada, em Lisboa, o «giro» de sensibilização da opinião pública para a necessidade de admitir urgentemente mais pessoal para a distribuição de correio. O carro esteve no dia 7 junto ao edifício da administração dos CTT, na Rua do Conde de Redondo, onde dirigentes e activistas do SNTCT distribuíram comunicados à população e recolheram assinaturas para postais a enviar ao presidente da empresa.

Desde 1984, refere o sindicato dos trabalhadores dos Correios, o número de correspondências, a nível nacional, passou de 435 milhões para 904 milhões,

CGTP-IN, preconizando a implementação de um conjunto de medidas urgentes e exequíveis para promover o desenvolvimento e o crescimento económico e social e, ao mesmo tempo, impedir a destruição do aparelho produtivo e defender os postos de trabalho existentes».

Aquela iniciativa do Governo, para a *Inter*, foi «mais um malabarismo eleitoralista, um *coelho* tirado da cartola com o objectivo de tentar ainda ganhar o voto de alguns eleitores menos prevenidos».

«Os problemas só se resolvem com medidas sérias e amplamente discutidas e negociadas, que dêem corpo a uma política que seja essencialmente diferente daquela que lhes deu origem ou os agravou constantemente», conclui o comunicado do departamento de informação da CGTP.

## Viabilizem a Arrancar!

O plano de combate ao desemprego, no concelho de Águeda, passa pela aprovação do plano de viabilização da Arrancar-Fiação da Arrancada, que hoje está em discussão no tribunal daquela comarca - defende o sindicato do Sector Têxtil de Aveiro.

Numa nota divulgada dia 9 sublinha que a Arrancar é a maior empresa da região e, se for à falência, não só lançará no desemprego os seus 400 trabalhadores, como arrastará outras firmas de menor dimensão, nomeadamente no comércio.

Como contributo para a viabilização, os trabalhadores aprovaram uma proposta para ultrapassar o impasse que se tem verificado entre o administrador judicial e os credores. Assim, como medidas comple-

mentares das propostas já assumidas pelo gestor judicial e a Caixa Geral de Depósitos (principal credor), os trabalhadores e o sindicato defendem que os credores com crédito igual ou superior a 2 por cento garantam a transformação de metade desse crédito em capital social; a par disso, a Sulpedip e a Norpedip, sob orientação governamental, deverão assegurar um financiamento, para fundo de maneio, da ordem dos 300 mil contos, para relançamento das actividades e pagamento de salários em dívida.

No plenário de dia 8 foi ainda decidido comparecer hoje em força no tribunal de Águeda, propondo-se os trabalhadores mobilizar para aqui as suas famílias e a população de Valongo do Vouga.

mentares das propostas já assumidas pelo gestor judicial e a Caixa Geral de Depósitos (principal credor), os trabalhadores e o sindicato defendem que os credores com crédito igual ou superior a 2 por cento garantam a transformação de metade desse crédito em capital social; a par disso, a Sulpedip e a Norpedip, sob orientação governamental, deverão assegurar um financiamento, para fundo de maneio, da ordem dos 300 mil contos, para relançamento das actividades e pagamento de salários em dívida.

No plenário de dia 8 foi ainda decidido comparecer hoje em força no tribunal de Águeda, propondo-se os trabalhadores mobilizar para aqui as suas famílias e a população de Valongo do Vouga.

mentares das propostas já assumidas pelo gestor judicial e a Caixa Geral de Depósitos (principal credor), os trabalhadores e o sindicato defendem que os credores com crédito igual ou superior a 2 por cento garantam a transformação de metade desse crédito em capital social; a par disso, a Sulpedip e a Norpedip, sob orientação governamental, deverão assegurar um financiamento, para fundo de maneio, da ordem dos 300 mil contos, para relançamento das actividades e pagamento de salários em dívida.

No plenário de dia 8 foi ainda decidido comparecer hoje em força no tribunal de Águeda, propondo-se os trabalhadores mobilizar para aqui as suas famílias e a população de Valongo do Vouga.



Vai ter que intensificar-se a luta dos trabalhadores, acentuou Carvalho da Silva

## Luta vai prosseguir na Administração Pública

A Comissão Negociadora Sindical da plataforma reivindicativa para a Administração Pública decidiu na semana passada propor aos sindicatos a realização de uma iniciativa de luta ainda em Junho, cujos contornos iriam ser anunciados ontem em conferência de imprensa.

Reunida dia 7, a CNS «avaliou e condenou a situação de impasse negocial», informava uma nota de imprensa, recordando que o secretário de Estado do Orçamento se havia comprometido a «dar continuidade à negociação de inúmeras propostas sindicais relativas ao regime jurídico da Função Pública».

A Comissão Negociadora Sindical reafirmou a exigência de abertura de negociações com o Governo, tendo por objectivos a aprovação de uma **revisão intercalar dos salários**, a adopção de medidas para **estabilizar o emprego** e pôr fim à lei dos disponíveis, e a discussão dos processos de **reestruturação de serviços** (para defender a qualidade dos serviços públicos e combater a sua privatização e desmantelamento).

### STAL na CGTP-IN

Foi oficializada anteontem a filiação na CGTP do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, em cerimónia que decorreu em Lisboa e em que estiveram presentes os coordenadores da central e do STAL, Carvalho da Silva e Francisco Brás, e outros dirigentes.

A entrada do STAL para a CGTP-IN foi decidida após um processo de debate que culminou com uma consulta, por voto secreto, aos 48 mil filiados no sindicato, pronunciando-se uma folgada maioria a favor da proposta de adesão à central, com quem o sindicato já mantinha estreita cooperação.

Na cerimónia de terça-feira foi afirmada a necessidade e disposição de prosseguir a luta dos trabalhadores da administração local em defesa das suas justas e legítimas reivindicações, lado a lado com os trabalhadores dos restantes sectores.



Em Lisboa, como nos outros distritos, os carteiros e o SNTCT recolheram apoios da população, a mais lesada com a falta de pessoal e a actual política da administração dos CTT



## OUA

O secretário-geral da Organização de Unidade Africana (OUA), Salim Ahmed Salim, destacou, em Tunes, a vitória da democratização na África do Sul, notando contudo que o continente deve caminhar para uma segunda libertação, a do desenvolvimento. Salim Ahmed Salim, que apresentava o seu relatório no primeiro dia de trabalhos da trigésima cimeira da OUA, realçou que, numa altura de pós-descolonização, os países africanos devem empenhar-se em que a liberdade política se repercuta no desenvolvimento económico.

Ao saudar a delegação sul-africana, liderada pelo presidente Nelson Mandela, Salim Ahmed Salim destacou que os países de África "podem orgulhar-se de terem cumprido até ao fim a gigantesca tarefa da descolonização".

A nível económico, Salim Ahmed Salim realçou a importância da entrada em vigor de um tratado para a criação de uma Comunidade Económica Africana (CEA), sublinhando contudo que há ainda muito a fazer para instalar estruturas sólidas em que essa instituição possa assentar.

Por outro lado, o secretário-geral da OUA afirmou que um ambiente propício ao desenvolvimento é necessariamente um ambiente de paz, segurança e estabilidade, e aproveitou para recordar os numerosos conflitos que assolam actualmente o continente africano, nomeadamente em Angola, Somália, Sudão, Libéria, Ruanda e Burundi. Adiantou que o futuro dos países africanos "depende da capacidade de África de sair do ciclo da violência e dos conflitos". Salim Ahmed Salim denunciou especialmente o "crime contra a humanidade" que se regista no Ruanda, notando que, apesar dos protestos internacionais e sobretudo africanos, "teria sido possível fazer muito mais". Salim Ahmed Salim defendeu a necessidade de cada país africano criar mecanismos nacionais de resolução dos conflitos, no âmbito da instituição de sociedades que promovam e defendam os direitos do homem, reforçem o sentido da tolerância e da diversidade e promovam políticas globais baseadas na participação popular.

## Colômbia

Chefes de Estado e de Governo dos 21 países ibero-americanos, entre os quais Portugal, participaram em Cartagena de Índias, Colômbia, numa cimeira

## Nigéria

## Um país em crise

A Nigéria estará hoje à beira de uma guerra civil? Pesa ainda na memória das populações a guerra civil de 1967 a 1970, quando foi proclamada a República do Biafra, no Sueste do país - uma guerra que se prolongou até 1970 e provocou mais de um milhão de mortos. Entretanto, a situação de confronto é uma realidade, com o arrastar da recusa, pelas autoridades, dos resultados das eleições presidenciais de Junho de 1993.

O candidato mais votado nas eleições presidenciais de há um ano, consideradas nulas pelo poder militar, Moshood Abiola, do Partido Social-Democrata, de centro-esquerda, proclamou-se nestes dias presidente, enquanto a oposição anunciava uma semana de desobediência civil. Os dados estão assim lançados. Para um

futuro que, de momento, é uma incógnita.

As promessas de constituição de um governo civil no país vêm de longe.

Em Janeiro de 1986, o Presidente da Nigéria, o general Ibrahim Bagangida, prometeu a constituição de um governo civil para 1 de Outubro de 1990, e que seria eleito democraticamente.

O primeiro passo nesse sentido foi dado em Dezembro de 1987, com a escolha de novos conselhos municipais - à margem do sistema tradicional de partidos, impedidos de participar. Uma votação em que participaram 77 milhões de eleitores.

Em Maio de 1989, Bagangida levantou a interdição aos partidos políticos, e anunciou o conteúdo da nova Constituição federal.

As eleições para governadores e para as assembleias dos 29 Estados nigerianos, realizadas em Dezembro de 1991, deram a vitória à Convenção Republicana Nacional (CRN), partido conservador.

Mas em Julho de 1992, o Partido Social-Democrata (PSD), de centro-esquerda, obteve a maioria absoluta do Senado e da Câmara de Representantes. Senado e Câmara hoje dissolvidos.

A eleição da Assembleia Nacional, de duas câmaras, fazia parte de um programa de transferência do poder para os civis, que deveria ter terminado em 5 de Dezembro de 1992, com a eleição do presidente da III República federal da Nigéria, para suceder ao general Bagangida. Sucessivos protelamentos e manobras dos militares, conduziram entretanto à situação de crise política que actualmente se vive no país.

Um outro factor de instabilidade, são as profundas desigualdades regionais que caracterizam o Senegal, consideradas como entre as mais graves do mundo. Entre o Estado de Bandel (o mais desenvolvido entre os 29 Estados da Nigéria) e o de Borno (o que regista maior atraso), há um fosso imenso.

A média de esperança de vida no Borno é apenas de 40 anos (18 anos menos que em Bendel), e a alfabetização de adultos de 12% (menos de um quarto da média nacional). Kaduna, outro Estado pobre, tem um PIB per capita inferior a um quinto do de Bendel. Desigualdades que são germe de outras crises, no plano socio-económico como no político.

## Senegal

## Seminário debate trabalho infantil

A situação das crianças obrigadas a trabalhar, no Senegal, foi recentemente tema de um seminário realizado em Dacar, organizado pelo Ministério do Emprego, do Trabalho e da Formação Profissional, com o apoio da UNICEF e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A realização deste seminário permitiu fazer um levantamento sobre o trabalho infantil no país. Calcula-se, por exemplo, que as crianças que trabalham constituem uma massa flutuante, conforme as estações, que se situa por volta dos 30% e nunca desce abaixo dos 10%. Trabalham sobretudo no meio rural, mas também no meio urbano, onde em geral têm o estatuto de aprendizes. 13 000 são assalariados. Catorze por cento dos trabalhadores domésticos são meninas com menos de 15 anos.

Desde os anos 70 que se regista uma grande mudança em África, no que respeita ao trabalho infantil. As famílias pobres, que são a imensa maioria das populações, compreenderam que as diversas instituições do poder não davam resposta à questão fundamental - como sobreviver? Não apenas como se alimentar, se vestir, onde habitar, mas ainda como educar e socializar as crianças, inseri-las na comunidade.

Uma necessidade que acabou por gerar, no espaço de um quarto de século, um novo tipo de economia - uma economia não estruturada. Este



O trabalho infantil é utilizado nos diferentes sectores da economia, nomeadamente na actividade piscatória

sector informal, em pleno crescimento, garante actualmente 80% do emprego; e de facto é o único a fornecer produtos de primeira necessidade, a preços acessíveis para a maioria das pessoas. Formar um aprendiz neste sector custa cinco vezes menos que em instituições de formação profissional.

Esta economia popular baseia-se na utilização de todos os recursos disponíveis, e em particular os recursos humanos da comunidade. O que inclui o trabalho infantil.

A situação socioeconómica do Senegal é difícil. O indicador de desenvolvimento humano elaborado pelo PNUD é de 0,178 (nitidamen-

te abaixo da média de 0,5), o que coloca o Senegal no 27º lugar entre os 44 países africanos. O jogo dos preços internacionais em nada ajuda uma economia centrada, no fundamental, num único produto - o amendoim. Os programas de ajustamento estrutural do FMI levaram ainda a uma mais difícil situação social.

Um dos números que indica claramente a degradação da situação, e que se prende com o problema do trabalho infantil: entre 1989 (ano da Convenção dos Direitos da Criança) e os dias de hoje, ou seja, num período de cinco anos, a percentagem de crianças escolarizadas ao nível da primária desceu de 56% para 44%.

## Europa

## Os planos do patronato

Num momento em que os resultados das eleições para o Parlamento Europeu marcam a actualidade política dos países da CEE, é oportuno lembrar que projectos do patronato tem entretanto vindo a elaborar, e afinar, no sentido de um ainda maior agravamento da flexibilidade e desregulamentação, acelerando em simultâneo o processo das privatizações.

Na cimeira franco-alemã, recentemente realizada, foi divulgado um memorando elaborado com as duas principais organizações do patronato alemão, em que são defendidas linhas de orientação em tudo coincidentes com as de uma mesa-redonda de industriais europeus, que o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, apresentou como um apoio seguro para o mercado único europeu.

O memorando exige "a redução em 45%, até ao ano 2000, da parte do Estado e das despesas públicas no produto interno bruto". O que se irá traduzir na supressão de ainda mais postos de trabalho em domínios como a saúde, a formação profissional e no conjunto dos serviços públicos.

A "Carta para o Futuro Industrial da Europa", da mesa-redonda do patronato, defende entretanto que: "reduzir as despesas públicas não é sinónimo de retirar meios ao Estado, mas sim utilizar os fundos públicos de forma mais económica e rentável".

Assim, segundo o programa franco-alemão, "esta redução das despesas públicas deverá passar por uma baixa dos impostos e das cotizações sociais e por uma reforma da protecção social". O que, na prática, significa um aumento das cotizações salariais ou/uma redução dos reembolsos e dos subsídios.

Para os membros da mesa-redonda patronal, "não se podem tratar os problemas do mercado do trabalho na Europa ocidental sem uma reforma radical da Segurança Social (...). É preciso reduzir a diferença entre o que paga o empregador e o que paga o trabalhador". E acrescentam que "os níveis salariais estão a atingir o limite do suportável". Claro que numa óptica bem diversa dos "limites do suportável" para os trabalhadores.

"Mais liberdade económica, mais flexibilidade no mercado do trabalho e maior produtividade industrial" são - na perspectiva do patronato francês e alemão - o "remédio" para o agravamento do desemprego. Na óptica da mesa-redonda patronal, "a falta de trabalho não se deve ao fracasso da economia de mercado", mas "fundamentalmente à rigidez do mercado do trabalho e à lentidão da mão-de-obra". Os "remédios" seria entretanto bem amargo para os trabalhadores - maior flexibilidade e salários mais baixos, nomeadamente através da generalização do trabalho a tempo parcial.

O relatório da mesa-redonda afirma ainda que "o movimento de privatização da quase totalidade das empresas públicas deve prosseguir com grande determinação".

Privatizações que representam elevados custos para os trabalhadores. Segundo um estudo da ERECO, que agrupa cinco institutos europeus de investigação, até 1998 as privatizações poderão levar à supressão de 800 000 postos de trabalho nos países da União Europeia.



# Desenvolvimento humano e segurança económica

"Numa análise final, a segurança humana é uma criança que não morreu, uma doença que não se propagou, um emprego que se manteve, uma tensão étnica que não explodiu em violência, um dissidente que não foi silenciado. A segurança humana não é um conceito armado. É um conceito com vida e dignidade".

Esta a forma sucinta e muito significativa, como é sintetizado o conceito de segurança humana, tema central do Relatório do Desenvolvimento Humano 1994, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Uma questão de imensa actualidade, se tivermos em conta que abarca problemas como o do desemprego ou a cobertura social, e que diz respeito a todos os países e a todos os povos.

"Para muitas pessoas o sentimento de segurança advém mais das preocupações do dia-a-dia do que do receio de um cataclismo mundial. Terão elas e as suas famílias o suficiente para comer? Perderão os seus empregos? Estarão as suas ruas e subúrbios livres do crime? Serão torturados por um Estado repressivo? Tornar-se-ão vítimas da violência por causa do seu sexo? A sua religião ou origem étnica serão alvo de perseguição?" - questões muito oportunas, que o Relatório do PNUD aborda a partir do desdobrar do conceito básico de segurança humana em "quatro características essenciais":

"A segurança humana é um conceito universal.

"É relevante ao povo em qualquer lugar, quer sejam nações ricas ou pobres. As ameaças à segurança humana podem variar nas diferentes partes do mundo e preocupar o povo pelas mais diversas razões: as nações pobres preocupam-se com a fome e a doença; as nações ricas preocupam-se mais com o desemprego, a droga e o crime. Mas em qualquer lado as ameaças à segurança humana são muito semelhantes, reais e crescentes.

"Os componentes da segurança humana são interdependentes.

Quando a segurança das pessoas corre perigo em qualquer lado do mundo, todas as nações são claramente envolvidas.

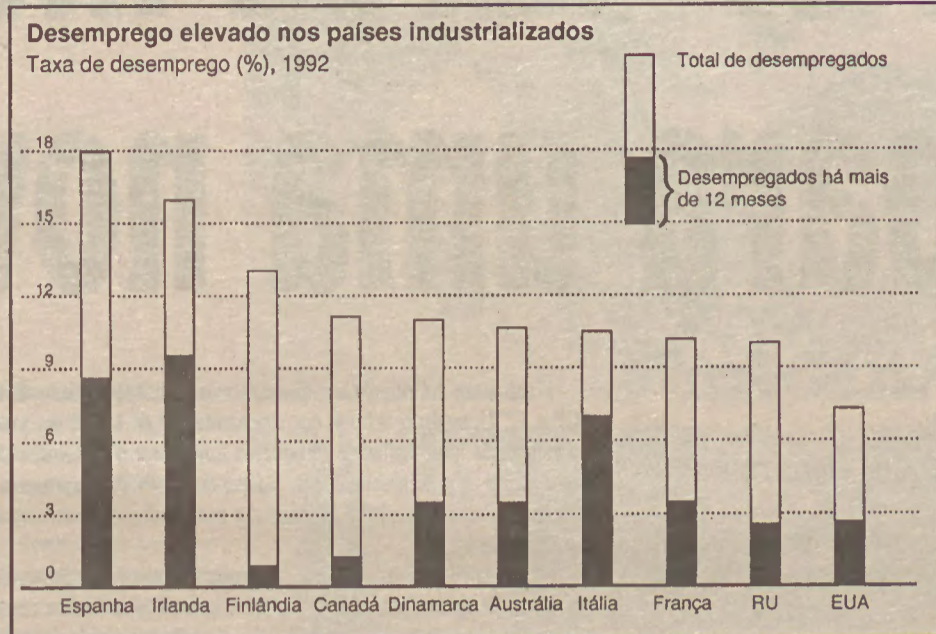
A fome, a doença, a poluição, o tráfico de drogas, o terrorismo, as disputas étnicas e a desintegração social são acontecimentos não confinados às fronteiras nacionais, não isolados, desde há muito tempo. As suas consequências transitam por todo o globo.

"A segurança humana assegura-se mais facilmente

através da prevenção antecipada do que por meio duma intervenção tardia. É menos oneroso encontrar essas ameaças a montante do que a jusante. Por exemplo, o custo directo e indirecto do HIV/SIDA foi estimado em 240 mil milhões de dólares durante a década de 80.

Mesmo que alguns milhares de milhões de dólares sejam investidos nos cuidados primários de saúde e na educação do palneamento familiar, podem ter ajudado a impedir o alastramento desta doença mortal."

Finalmente, a segurança humana centra-se na pessoa -



Neste domínio - como aliás noutros - os números e conclusões avançados são preocupantes. Reflectem, no fundo, uma realidade quotidiana que em larga medida afecta os trabalhadores por todo o mundo.

"A segurança económica exige um rendimento básico assegurado, geralmente um trabalho produtivo e renome-

go, em grande parte mulheres.

Um facto ligado às formas que o crescimento económico tem vindo a assumir. Nas duas últimas décadas, o número de empregos nos países industrializados aumentou em apenas metade da taxa de crescimento do PIB.

O problema do desemprego desdobra-se em múltiplos outros.

Um dos aspectos particularmente grave é a forma como atinge os jovens e as minorias.

Exemplos concretos não faltam. Em 1992, o desemprego dos jovens atingiu os 15% no Reino Unido, 14% nos Estados Unidos, 34% em Espanha, 33% em Itália.

No Canadá, a taxa de desemprego entre a população indígena é de 20% - o dobro da nacional. E nos Estados Unidos, a percentagem de negros desempregados é igualmente o dobro da dos brancos.

Uma outra forma de insegurança económica é o trabalho precário e temporário. Em 1991, as percentagens de trabalhadores temporários ou a tempo parcial, eram de 13% na Finlândia, 15% na Grécia, 17% em Portugal, 20% na Austrália, 32% em Espanha.

De notar que se há casos em que o trabalho a tempo parcial é uma opção, as estatísticas indicam que em Portugal, Espanha, Grécia, Bélgica e Holanda, mais de 60% dos trabalhadores aceitaram trabalhos a tempo parcial por não conseguirem empregos a tempo inteiro.

O que nesta área se passa nos países em desenvolvimento é ainda muito mais grave, e dificilmente traduzível em números oficiais. Na perspectiva do documento do PNUD, "a percentagem de desemprego figura acima da

escala real da crise há muito tempo e muitos há que, mesmo trabalhando, estão desempregados". Os desempregados têm, muitas vezes, "de aceitar qualquer trabalho que apareça, mesmo que inprodutivo ou mal pago". O que aliás não é apenas característico dos países menos desenvolvidos.

O desemprego é acompanhado de quebra, por vezes profunda, e de insegurança nos rendimentos. Uma insegurança que atinge igualmente os países industrializados.

Na Comunidade Europeia, 44 milhões de pessoas (cerca de 28% da força do trabalho) recebe menos de metade do salário do seu país. Nos Estados Unidos, os ganhos reais nos anos 80 caíram 3%.

Regista-se, paralelamente, uma retracção nos sistemas de segurança nacional (muito rudimentares na maior parte dos países em vias de desenvolvimento).

Nos Estados Unidos, entre 1987 e 1990, os subsídios reais gastos por cada reformado baixaram 90%. Na Áustria, essa quebra foi de 50%. Na Alemanha, o subsídio de nascimento sofreu um corte de 25%, e o governo decidiu que nos próximos três anos os subsídios de desemprego e segurança social serão diminuídos em cerca de 45 mil milhões de dólares.

O resultado desta degradação das condições de segurança económica, é o aumento da pobreza. Tanto nos EUA como na Comunidade Europeia, cerca de 15% das pessoas vivem abaixo da linha de pobreza. Nos países em desenvolvimento, é mais de um terço da população que vive abaixo dos limites da pobreza e mais de mil milhões de pessoas sobrevivem com um rendimento diário inferior a 1 dólar.

dedicada ao comércio e integração como elementos do desenvolvimento. Pela primeira vez foi apresentada uma proposta conjunta sobre comércio e cooperação por parte dos países da América Central, como forma de dar uma nova dinâmica à integração na região e na perspectiva de a zona se apresentar em bloco face a uma eventual adesão ao Tratado de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA) e nas negociações com a União Europeia. Da IV Cimeira Ibero-Americana, espera-se, sobretudo, a consagração e coordenação entre blocos comerciais regionais na América Latina, como factor de integração e desenvolvimento. Cartagena de Índias, situada junto ao Mar das Caraíbas, foi declarada, em 1985, património histórico e cultural da Humanidade pela UNESCO.

## Iémen

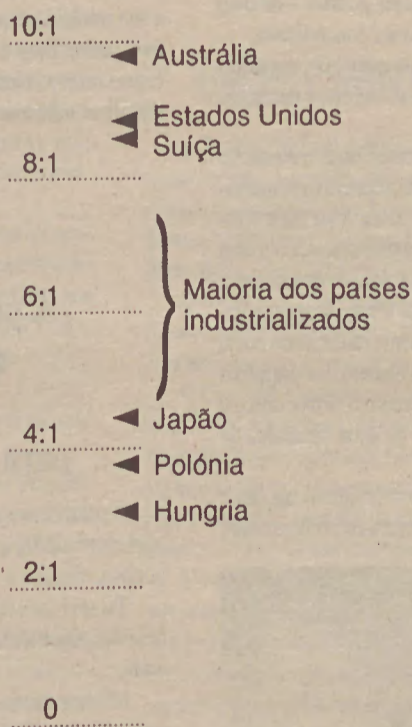
Salem Al-Baid, presidente do Conselho presidencial da República Democrática do Iémen, proclamada a 21 de Maio no sul do país, decretou a constituição de um Conselho de defesa, a que preside. Entretanto, os bombardeamentos nortistas aos bairros residenciais de Aden fizeram, apenas segunda-feira, dez mortos e 57 feridos, todos civis, de acordo com um relatório do hospital central da cidade. O cessar-fogo, proclamado no mesmo dia por Sanaa (a capital do norte), permaneceu letra morta em Aden, onde os bombardeamentos da artilharia pesada nortista se prolongaram durante uma grande parte do dia.

## OMS

A principal preocupação da Organização Mundial de Saúde (OMS) em África - a propagação da SIDA - está directamente ligada à guerra e às deslocamentos de populações que provoca. Na opinião do responsável da OMS para África, "as zonas de tensão e de guerra impedem a luta contra a SIDA e as outras doenças porque não se pode vacinar as crianças no meio dos sobressaltos ou evitar a contaminação sanguínea". A OMS informou que, dos cerca de três milhões de casos de SIDA existentes no mundo, 67 por cento encontram-se em África, 13 por cento nos EUA, 12 por cento noutros países do continente americano, cinco por cento na Europa, dois por cento na Ásia e menos de um por cento na Oceania.

## DISPARIDADE DE RENDIMENTOS

Rendimentos familiares dos 20% + ricos em relação aos 20%+pobres



"Consiste na forma como o povo vive e respira numa sociedade que faz livremente as suas escolhas".

O documento do PNUD destaca sete "ameaças à segurança humana", que considera como as principais - segurança económica, alimentar, na saúde, no ambiente, pessoal, comunitária e política.

Aqui nos cingimos à segurança económica, pelo peso que hoje assume, nomeadamente no nosso país.

rado ou, como último recurso, uma rede protectora publicamente financiada" - afirma-se no Relatório do Desenvolvimento Humano. Para sublinhar que, entretanto, apenas um quarto da população mundial pode, nos dias de hoje, considerar-se economicamente segura.

O problema é universal, e nos países considerados como "nações ricas", ou industrializadas, havia em 1993 mais de 35 milhões de pessoas à procura de empre-



## Reuniu o Comité Central

# PCP força indispensável para uma nova política

### 1.

#### Análise dos resultados eleitorais

O Comité Central do PCP procedeu à análise dos resultados eleitorais para o Parlamento Europeu e debateu aspectos prioritários da acção do Partido.

O Comité Central do PCP realçou como facto relevante dos resultados eleitorais o fortíssimo e preocupante aumento da abstenção para níveis nunca anteriormente registados no Portugal democrático.

De entre as múltiplas e complexas causas da elevadíssima abstenção registada são de sublinhar:

- a ausência de motivação em relação a uma União Europeia em crise e com agudas contradições, o profundo divórcio existente entre o povo português (e a generalidade dos povos da Comunidade Europeia como igualmente o espelham os resultados eleitorais deste fim de semana), as suas principais preocupações e realidades, e uma União Europeia afastada e de costas voltadas para os trabalhadores, os cidadãos e as aspirações populares, designadamente as de natureza económica e social;

- os efeitos da crise económica, do aumento acelerado do desemprego e da degradação da situação social, decorrentes da política do Governo do PSD e de Cavaco Silva enquadrada pelas orientações de Maastricht;

- a marcação de eleições para um fim de semana prolongado em período estival, sendo certo que o dia 12 de Junho, o pior dia possível para realizar um acto eleitoral, foi proposto e defendido conjuntamente pelo PSD e PS;

- a acentuação de aspectos de "política-espectáculo" na campanha eleitoral em prejuízo do debate de ideias e de propostas, provocando desinteresse e desencanto em muitos eleitores.

O Comité Central considerou que o fraco resultado eleitoral alcançado pelo PSD e pelo Governo se consubstancia no facto de, pela segunda vez num espaço de seis meses, o PSD obter resultados eleitorais acentuadamente inferiores aos que lhe deram a maioria absoluta nas eleições legislativas de 1991.

Se nas eleições para o Parlamento Europeu realizadas em 1989 os próprios dirigentes do PSD reconheceram publicamente que a percentagem de 32,7% dos votos obtida pelo PSD, embora sendo a força política mais votada, significava um "mau resultado". Agora, com um resultado muito próximo, o PSD foi a segunda força mais votada. Os resultados eleitorais do PSD não podem, assim, deixar de ser encarados como reflectindo uma condenação da política do Governo, ainda que parte substancial do protesto popular se tenha expresso fundamentalmente no enorme acréscimo da abstenção e não numa diferente opção de voto.

O resultado do PS, apesar de ter obtido mais votos que o PSD, ficou percentualmente abaixo do obtido nas eleições autárquicas, e muito aquém dos objectivos expressos pelos principais dirigentes socialistas.

Esse resultado contrariou mais uma vez os projectos bipolarizadores prosseguidos pelo PS, e tornou a demonstrar que não há alternativa credível ao PSD e à direita sem a participação do PCP.

O CDS, embora registando, tal como a CDU, um resultado inferior ao de 1989, conseguiu uma votação que procurará naturalmente explorar no sentido de conseguir uma mudança não conjuntural da correlação de forças no campo da direita e de fixar o apoio de antigos eleitores do PSD descontentes com as consequências da sua política e acção governativa.



Finalmente, o Comité Central analisou os resultados eleitorais do PCP e CDU, tendo concluído que a percentagem de 11,2% dos votos e a eleição de 3 deputados ao Parlamento Europeu, embora aquém das necessidades e potencialidades de influência do PCP, se apresentam como um resultado positivo no quadro e nas condições concretas em que foi obtido.

Nesse quadro foi sublinhado, designadamente, o facto de o maior acréscimo de abstenção se ter verificado nos distritos de Lisboa e Setúbal, onde se concentra parte significativa da votação nacional do PCP e da CDU, numa relação que é praticamente dupla da registada pelos restantes partidos políticos. Este facto objectivo não poderia deixar de ter reflexos desfavoráveis na votação na CDU.

Apesar disso, os resultados eleitorais confirmaram o PCP e os seus aliados na CDU como uma importante força política nacional, com um projecto próprio e com um peso social, político e eleitoral indispensável e decisivo para uma alternativa democrática ao Governo e à política do PSD.

É significativo o facto de todos os projectos e tentativas de bipolarização da vida política nacional terem sido, mais uma vez, expressamente contrariados pelos cidadãos eleitores.

O voto popular expresso reafirmou que os portugueses rejeitam as manobras tendentes a impôr por via administrativa a bipolarização PSD-PS, e se revêem num quadro político-partidário multipolar, como melhor garante da democracia política e da existência de efectivas alternativas políticas e de Governo.

Contrariando as persistentes mistificações lançadas pelo PS, o PCP chama uma vez mais a atenção para três evidências fundamentais:

- a primeira, é a de que a votação e a representação parlamentar que o PCP alcançar representarão sempre para os eleitores a incomparável garantia de que serão colocados ao serviço da concretização de uma nova política, da criação de uma nova maioria política e de uma alternativa democrática, que só com o PCP pode ser concretizada;

- a segunda, é a de que o PS, só por si, não dá quaisquer garantias de uma nova política, antes propõe e defende em aspectos decisivos uma política similar à do PSD;

- a terceira, é de que, no plano eleitoral e institucional, o elemento fulcral e decisivo para garantir uma viragem e uma alternativa democrática nas próximas eleições legislativas não é o PS passar a ser mais votado que o PSD, mas sim que o conjunto das forças democráticas, com uma forte votação na CDU, retire à direita a maioria absoluta de deputados.

O PSD não só não tem medo das ambições do PS de alcançar sozinho uma maioria absoluta, como está profundamente interessado nessa orientação do PS, confiando vir a beneficiar novamente dos prejuízos que ela causa à credibilidade de um projecto alternativo democrático e das dificuldades que cria ao desenvolvimento de uma dinâmica de esperança e de confiança na sua concretização.

Nestes termos, e tendo em conta as persistentes aproximações e entendimentos do PS com o PSD em questões fundamentais bem como



a sua hostilidade ao entendimento das forças democráticas, é imperativo ganhar mais e mais portugueses para a justa ideia de que será o futuro reforço eleitoral do PCP e da CDU que poderá decisivamente viabilizar uma alternativa democrática à política de direita.

### 2.

#### A preocupante perspectiva de um entendimento entre o PS e o PSD para a revisão constitucional

A perspectiva de mais um entendimento para a revisão constitucional entre o PSD e o PS é altamente preocupante na presente situação política.

Tal revisão é desnecessária e inoportuna e, com o conteúdo que se desenha, significa um perigo real para a vida e o sistema político democrático.

Mesmo não considerando a questão de saber se é constitucional uma revisão ordinária da Constituição, não tendo decorrido cinco anos após a revisão efectuada em 1992, não há qualquer questão urgente que reclame revisão constitucional imediata.

Da parte do PSD a revisão da Constituição é pretendida como um instrumento de uma mais profunda adulteração do regime democrático, como resulta de ideias que tem sido avançadas por diversos dirigentes do PSD.

Por sua vez, as declarações do secretário-geral do PS sobre a revisão constitucional apontam também em termos gerais, não para um objectivo de aprofundamento dos direitos, liberdades e garantias e da participação democrática, ao contrário do que se pretende fazer crer, mas sim para propostas que só podem servir o PS e o PSD no seu projecto de bipolarização artificial da vida política e empobrecimento do debate democrático.

Recorde-se que o secretário-geral do PS usou a tribuna da Assembleia da República, na própria sessão solene comemorativa do vigésimo aniversário do 25 de Abril, de forma particularmente inoportuna, para insistir na ideia de uma revisão constitucional ainda este ano. As



## Comunicado do CC



declarações gerais e as propostas que se afirma visarem o reforço da participação dos cidadãos não devem fazer esquecer o sentido profundo das propostas mais claras e consistentes, nem devem fazer esquecer que dos entendimentos do PS e PSD em torno de revisões constitucionais nunca resultaram benefícios para a lei fundamental ou para a vida democrática, mas sim benefícios para esses dois partidos e para os interesses e o sistema económico que defendem.

Lembre-se, aliás, que o PS não só apresentou as suas próprias propostas, como se manifestou disponível para considerar propostas de outros partidos, referindo-se obviamente ao PSD, único partido com que pode assegurar uma maioria de revisão constitucional. E o PS sabe bem que as suas propostas só podem ser, tal como aconteceu no passado, propostas que sirvam simultaneamente o PS e o PSD. É essencialmente esse entendimento que se prepara e só pode ser para ele que o PS trabalha.

Parece ser acima de tudo o sistema eleitoral que os dois partidos estão interessados em subverter ainda antes das próximas legislativas, tendo em causa na prática o princípio da proporcionalidade, de modo a favorecer artificialmente uma bipolarização que contrarie a vontade do povo português.

Estão ameaçados igualmente, em face da política do PSD e dos seus planos de revisão constitucional, o alcance dos direitos económicos e sociais, em especial os direitos dos trabalhadores, e a responsabilidade do Estado no âmbito da educação, da saúde e da segurança social. As profundas convergências entre os dois partidos nestas matérias e o seu propósito comum de dismantlar conquistas sociais e levar mais longe a ofensiva contra o papel do sector público na garantia de direitos essenciais, coloca a questão de, também nesta área, poderem desenhar-se eventualmente possibilidades de entendimento.

Está ainda em causa a insistência na figura da moção de censura construtiva, com que o PS pretende criar condições para viabilizar governos minoritários do PS, aliados de facto à direita.

Está em causa finalmente a tentativa de subverter o sistema de eleição das câmaras e o «sistema de governo» municipal, podendo pôr termo à eleição directa dos executivos municipais e ao pluralismo na sua composição.

O PCP insiste que nada justifica a revisão constitucional na presente legislatura, tanto mais que esse não foi um assunto que os partidos e candidatos tivessem abordado na campanha que antecedeu a eleição da Assembleia da República de 1991. Esta é a vontade da direcção do PS para afastar o mais possível o entendimento com o PSD do

debate da próxima campanha eleitoral para a Assembleia da República. Mas não é do interesse da democracia que se adopte um tal calendário.

O PCP alerta para as posições simplistas daqueles que entendem que são necessárias alterações ao sistema político e eleitoral, atribuindo-lhes erradamente as deficiências de participação, mobilização política e o desencanto com a política de direita e coincidências do PS com a direita. O caso italiano, com os seus inquietantes desenvolvimentos, mostrou sobejamente como são desajustadas e perigosas tais «leituras», por vezes claramente oportunistas e propositadamente mistificadoras.

O Comité Central alerta todos os democratas e o povo português para os perigos indiciados de um novo entendimento do PS e PSD em torno de uma revisão constitucional e apela para a luta em torno da defesa dos direitos e das regras democráticas em que se baseia o regime democrático que a Constituição consagra.



### 3.

## Um PCP mais forte e interveniente

O Comité Central salienta a necessidade de continuar a acção de massas e uma acrescida intervenção política dos comunistas, na dinamização e intensificação do combate à política de direita do PSD e da defesa dos direitos e interesses mais imediatos dos trabalhadores e das populações, com particular atenção à luta contra o desemprego.

O reforço das organizações e das lutas de massas continuam a ser o eixo central da resistência à política de direita e o caminho seguro para abrir espaço à construção de uma alternativa democrática.

O Comité Central decidiu prosseguir e intensificar a concretização no 2º semestre do ano, das orientações para o reforço, renovação e dinamização da organização do PCP, traçadas na sua reunião de Janeiro, tarefa que no momento actual adquire importância determinante para o desenvolvimento da actuação e da influência do Partido em todas as frentes da sua intervenção e da sua luta.

No quadro dos objectivos e linhas de trabalho então definidas e dos planos das Organizações Regionais e Áreas de Trabalho sublinha-se a importância da continuação do esforço que em graus diversos se vem fazendo em torno das células nos locais de trabalho e de outras organizações viradas para a intervenção e organização dos trabalhadores, a culminar numa iniciativa nacional no fim de Novembro. Deve também dar-se particular atenção à realização em Outubro do Balanço Geral de Organização.

O esforço para ampliar a difusão da imprensa do Partido (Avante!" e "Militante") tem que ser considerado como tarefa inseparável destes grandes objectivos.

A realização da Festa do «Avante!», marcada para os dias 2, 3 e 4 de Setembro deve constituir agora uma direcção prioritária na mobilização das energias, da vontade e do trabalho dos comunistas e de todos quantos compreendem o valor inestimável da maior realização político-cultural de massas e que regularmente se faz em Portugal, festa de Abril, festa da juventude, grande espaço democrático de cultura e convívio, demonstração viva da capacidade realizadora e criadora dos comunistas.

A manutenção de uma forte actividade do PCP nas suas diversas expressões, na mobilização dos trabalhadores e do povo, na Assembleia da República e Autarquias Locais, no novo Parlamento Europeu, na sua acção quotidiana e militante de defesa e voz das massas, é con-

dição imprescindível para a sua continuada afirmação de força indispensável à alternativa democrática e necessária condição para uma nova política para o País.

Neste âmbito o PCP vai promover um grande debate com o País em que se procurará, com um conjunto diversificado de iniciativas, radiografar a crise económico-social e dar voz e lugar aos problemas e anseios dos trabalhadores e das massas, na procura de soluções e respostas que devem integrar uma nova política.

Aberto como sempre ao diálogo com todos os sectores culturais, sociais, económicos e políticos da vida nacional, empenhado na audição dos técnicos, especialistas e instituições, o PCP procurará que o debate privilegie o contacto directo com as massas, com as suas organizações e as suas lutas, nos locais de trabalho e de encontro dos cidadãos.

Neste sentido, o Comité Central encarrega desde já os seus Organismos Executivos (em estreita colaboração com as Direcções Regionais e Áreas de Trabalho) de, tendo em conta as prioridades políticas e orgânicas, desenvolver e precisar o figurino e o calendário de um conjunto de acções a concretizar desde já e a culminar numa grande iniciativa nacional a realizar no 1º trimestre de 1995.

\*\*\*

O Comité Central do PCP saúda as outras forças integrantes da CDU - Partido Ecologista "Os Verdes", ID, democratas independentes - pela sua valiosa e empenhada contribuição para a campanha da CDU. Saúda as organizações e militantes do Partido e da JCP pelo esforço e dedicação que consagraram a esta batalha eleitoral, e manifesta o seu grande apreço pela forma como os candidatos da CDU exerceram as elevadas responsabilidades que lhes foram confiadas.

\*\*\*

O Comité Central apela a todo o colectivo partidário para que, com plena consciência do papel insubstituível do PCP na vida nacional e com reforçada convicção no valor dos seus ideais e do seu projecto democrático e socialista, se empenhe numa activa intervenção na sociedade portuguesa, em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo português, para o avanço da luta por uma alternativa democrática.

Lisboa, 14 de Junho de 1994

O Comité Central do Partido Comunista Português



# SPGL:

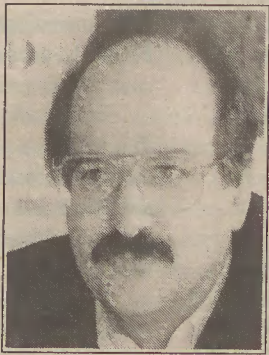
## na hora de pôr os pontos em alguns ii (II)

Com a proclamação oficial da vitória da lista A, que apresentava Paulo Sucena como candidato a presidente da Direcção e com a tomada de posse, na semana passada, dos novos corpos gerentes do SPGL, foi virada uma importante página na vida do maior Sindicato dos Professores do país e principal esteio da FENPROF, a Federação Nacional dos Professores.

Em quaisquer circunstâncias, as eleições num Sindicato com mais de duas dezenas de milhar de professores associados constituem um acto de indiscutível significado sindical e político. Acresce, no caso do SPGL, que a existência de duas candidaturas aos corpos gerentes – situação semelhante à que ocorrera em anteriores actos eleitorais – na medida em que permitiu que fossem apresentadas concepções e projectos distintos e equipas alternativas, contribuiu sem dúvida para aprofundar o debate sindical entre os professores e para valorizar as opções da sua escolha democrática.

Mas o que singularizou de forma muito particular o acto eleitoral de 26 de Maio para os corpos gerentes do SPGL e que conferiu aos seus resultados um significado que se projecta de modo importante no conjunto do Movimento Sindical Docente, foi o fracasso da tentativa de António Teodoro e dos restantes mentores da lista B de partidização, de sentido anticomunista, das opções sindicais dos professores da Grande Lisboa, que integra como se sabe os distritos de Lisboa, Setúbal, Santarém e a Região Oeste (seis concelhos do distrito de Leiria).

Porque o PCP foi constantemente referido, quase sempre a despropósito, e alvo dos mais variados ataques ao longo deste acto – disputadas que foram as eleições sindicais e apurada democraticamente a vontade dos professores da Grande Lisboa – é chegada a hora de pôr os pontos em alguns ii.



**EDGAR CORREIA**  
Membro  
da Comissão Política

E não passa sem referência, pelo maquiavelismo de que se revestiu, a tentativa de precipitação, a cinco meses do acto eleitoral, de uma consulta sobre a adesão (ou não) do SPGL à CGTP-IN, pelos profundos efeitos divisionistas que calculavam que tal debate tivesse entre os associados, quando a nível sindical e dos professores continuava a ser largamente consensual a manutenção da posição aprovada no Congresso Nacional dos Professores realizado em Coimbra, em Maio de 92 (autonomia em relação às centrais sindicais, com manutenção de relações privilegiadas com a CGTP-IN).

### O "novo sindicalismo"

Para quem, como o ex-secretário-geral da FENPROF, António Teodoro, vinha enchendo a boca com a defesa de um "novo sindicalismo" (*Expresso* de 26/3/94), de um "sindicalismo autónomo, assente numa efectiva e real independência face aos partidos políticos" (*Público* de 3/3/93 e *JF* nº 98); para quem, como A. Teodoro vinha igualmente multiplicando os ataques ao SPGL com acusações de "prevalência de critérios político-partidários" (*Público* de 3/3/94), ao mesmo tempo que, solene, recusava "tutelas partidárias directas ou indirectas, através de dirigentes de partidos ou de outra forma" (*DN* de 27/12/93); – a candidatura de que foi o principal protagonista e a "lógica" em que assentou, constituiu um autêntico e esclarecedor monumento à hipocrisia.

Iniciado de forma encapotada o lançamento da candidatura, através da promoção de um debate exterior ao SPGL de "reflexão sobre o que não tem estado a correr bem na prática sindical", (que o *Diário de Notícias* de 1 de Fevereiro noticiava sob o título "Polémica no SPGL"), debate em que o então secretário-geral da FENPROF participou na qualidade de "convidado" (embora seja conhecido ter sido, de facto, o principal promotor da iniciativa); três semanas depois, a 22 de Fevereiro, o matutino lisboeta apressava-se a anunciar, com segurança, que "o processo de lançamento de uma lista alternativa à da actual direcção do SPGL já está em marcha e António Teodoro é um dos seus dinamizadores".

A 4 de Março o mesmo e sempre bem informado órgão de comunicação social, num artigo intitulado "PS com Plataforma no SPGL" dava conta que "uma lista com militantes do PS e da Plataforma de Esquerda vai desafiar a direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa onde o PCP tem a maioria". E depois de referir, entre os militantes do PS, Ana Benavente, o jornal citava a possível participação nessa candidatura de Óscar Soares e de Augusto Pascoal, "igualmente militantes do PS, que têm sido, até agora, os principais críticos dos dirigentes comunistas". Prosseguia depois, em tom confiante, que "a concretizar-se este projecto (sic), será a primeira vez que a tendência sindical dos professores socialistas participa, de forma organizada e contra o PCP, em eleições no seio do SPGL". E finalizava com uma referência a um documento "muito crítico" em relação ao SPGL que António Teodoro e dois outros elementos da Mesa da-AG haviam subscrito, documento esse que era "visto como um ultimato aos dirigentes sindicais" e que "a ausência de resposta (às) acusações seria, segundo fontes político-sindicais, o pretexto para que o sector de António Teodoro assumisse, abertamente, a ruptura com os comunistas e avançasse para a constituição da sua lista".

A 22 de Março, o "cronista" do *Diário de Notícias*, Pedro Garcia Rosado, divulgava que o "manifesto" dinamizado por António

Teodoro havia decidido "o lançamento do que será a primeira lista alternativa à actual direcção do mais forte sindicato da FENPROF"; referia ainda que "o grupo do manifesto gostaria de integrar na sua lista a tendência sindical socialista de Óscar Soares e de Augusto Pascoal"; e reproduzia a afirmação do secretário-geral da FENPROF que se demitiria das suas funções se a sua lista não ganhasse as eleições do SPGL, atitude que considerava "uma das cartas mais fortes da lista".

António Barreto, no *Público*, escrevia a 27 de Março, triunfante, que "do estranho e agitado mundo da educação, vêm sinais de boas notícias", pois "uma espécie de movimento aglutinador publicou já um manifesto (...) com relevo para gente conhecida como Ana Benavente, António Teodoro e Jorge Lemos", o que era "verdadeiramente ar fresco, mas sério, neste sindicalismo caracterizado pela máquina trituradora comunista (sic)". E terminava, profético, sustentando que "há, finalmente, uma hipótese de se virar a página no mundo dos professores".

### "Independência sindical"

Quando se tornou patente que a corrente sindical constituída pelos elementos que haviam sido derrotados nas eleições sindicais de 1991 (e liderada por Óscar Soares e Augusto Pascoal, ambos membros do PS) admitia poder chegar a acordo no plano sindical e convergir com a lista encabeçada por Paulo Sucena e que começara a ser constituída a partir de uma dinâmica sindical alargada posta em movimento pelos corpos gerentes cessantes, Ana Benavente mostrou bem o conceito de independência sindical que perfilhava, afirmando taxativamente ao *Diário de Notícias* (16 de Abril): "é um problema que a direcção do PS (sic) tem que resolver (resic)".

São abundantes as informações existentes e as referências que podem encontrar-se na comunicação social, em relação ao empenho da direcção do PS em "resolver o problema". E que sobremaneira atormentava a lista que António Teodoro se metera a organizar ... em defesa do "sindicalismo autónomo, assente numa efectiva e real independência face aos partidos políticos"...

O *Independente* de 22 de Abril, por exemplo, reza assim: "O líder do PS (António Guterres), que não esconde o seu grande fascínio pela Plataforma de Esquerda, entendeu dar o seu apoio a António Teodoro na corrida para o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL). Guterres ignorou pura e simplesmente o movimento sindical socialista (antigas listas B) que sempre se opôs a António Teodoro no sindicato dos professores". E prosseguia a notícia desse semanário: "António Teodoro contava que o acordo firmado (sic) com o secretário-geral do PS esbatesse as divergências entre os sindicalistas. Nada mais errado. Os professores socialistas movimentam-se e pedem audiência a Guterres que passa a patrocinar (sic) um entendimento entre as duas tendências. Este entendimento não chega a consumir-se" (...)

Desesperado, mas evidenciando, ao mesmo tempo, uma concepção de sindicatos como organizações sem vida e determinação próprias e como meros troféus de caça ao dispor dos partidos políticos, António Barreto escreve no *Público* de 17/4: "os socialistas tinham possibilidades de vencer as eleições no Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, conquistando assim aos comunistas um dos principais sindicatos portugueses. (...) Mas os socialistas são incorrigíveis. Já não lhes bastava ter dois ou três responsáveis e outras tantas políticas. Agora, dividiram-se a sério. Os amigos de Ana Maria Bettencourt, de Óscar Soares e de Augusto Pascoal, à procura de atalhos fáceis, fizeram o impensável (sic) e aliaram-se ao PC!"

(Continua)

### Uma operação bem preparada

São conhecidos os fundamentos e as expectativas da operação que levou ao aparecimento de uma candidatura com as características e os objectivos da Lista B.

O facto das opções sindicais de muitos professores (traduzidas no apoio a candidaturas de unidade em que participam elementos com posturas políticas diversas, nomeadamente comunistas) não terem directa correspondência nas opções que esses mesmos professores fazem no plano político-partidário geral, conduziu ao cálculo de que seria coroado com sucesso um processo de partidização da vida sindical. E de que sairia vitoriosa uma candidatura formada na base da luta contra a pretensa "hegemonia do PCP" e que dispusesse do apoio expresso do Partido Socialista.

Muitos factos poderiam ser alinhados para mostrarem que esta operação foi longamente preparada pelos seus mentores, quer ao nível do SPGL quer da FENPROF.

Destaque, em particular, para o continuado denegrimiento da actividade do SPGL e os ataques à sua direcção (cuja desestabilização já havia sido tentada, sem sucesso, em meados de 1992); para a constante tentativa de conotação com o PCP das posições sindicais livre e legitimamente assumidas pelos órgãos eleitos e pelos próprios associados do Sindicato (entre os quais, naturalmente, se encontram muitos professores comunistas); e para a constante intriga e os ataques contra professores sindicalistas apenas pelo facto de serem membros do PCP, alargados a outros sindicalistas (independentes, membros do PS, da UDP, etc.) que se recusaram a acompanhar os planos daqueles que visavam a partidização de sentido anticomunista da vida sindical.



# O sandinismo e a Nicarágua hoje

■ Henrique de Sousa  
Membro do  
Secretariado do CC

## Notas de uma viagem e do Congresso da FSLN

### 1. Nicarágua — contradições e problemas actuais

A impressão que colhemos quando chegámos a Manágua, para assistir em representação do PCP aos trabalhos da sessão extraordinária do Congresso da FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional), é que entrámos num outro mundo em que se evidenciam, de modo exacerbado, as consequências combinadas do saque imperialista do 3º Mundo, com a ajuda do garrote do FMI, e da política neoliberal e anti-social da direita instalada no Governo do país. 70% da população em estado crítico de pobreza e uma proporção semelhante da população activa no desemprego ou subemprego. Profundas e chocantes desigualdades sociais, criminalidade, insegurança urbana e marginalidade como marcas muito visíveis da dureza da luta pela sobrevivência. Uma cidade governada por um "alcaide" populista e demagógico do principal partido da direita, o Partido Liberal Conservador, que mantém bem visíveis as consequências do terramoto, na sua desordem urbana e nas barracas por todo o lado. Uma grande burguesia e uma direita que se deleitam na cópia dos padrões e dos valores do "amigo americano" ali tão perto, evidentes na programação da maioria dos canais da TV e, por exemplo, na caricata e servil valorização noticiosa da inauguração da estação de combustíveis de uma multinacional norte-americana, com direito a presença de ministro e embaixador dos EUA, como se fora contribuição decisiva para o desenvolvimento do país. Inauguração, aliás, condimentada com a declaração publicitada do tal embaixador, em jeito de recado (e ingerência) de que era preciso que o Governo resolvesse o problema da propriedade para estimular a confiança do investimento estrangeiro. Recado que também na nossa terra já ouvimos, com as consequências que se sabem.

Mas encontrei, também, no Congresso da FSLN, em contactos de rua ou nos ecos da imprensa, a outra e esperançosa realidade da Nicarágua. Um povo de honrosas tradições revolucionárias que não se verga, que protesta e que luta. Trabalhadores das empresas públicas de electricidade e telecomunicações, que resistem à política de privatizações (sim, também na Nicarágua!). Desmobilizados da guerra que se batem por apoios efectivos à reinserção social. Trabalhadores e camponeses que reclamam a plena legalização das propriedades e das terras distribuídas pelos sandinistas e que a direita agora, invocando eventuais excessos, quer pôr em causa. E sempre a presença efectiva e constante da FSLN nestas lutas.

A situação política na Nicarágua é, neste momento, profundamente contraditória e complexa. Um Governo constituído na base da vitória eleitoral numa coligação reacçãoária anti-sandinista (a UNO), que entretanto se dividiu ficando reduzida a alguns pequenos partidos. A afirmação do PLC (Partido Liberal Conservador) como pólo de (extrema) direita. A tentativa do ministro da Presidência (A. Lacayo) de constituir uma força que pretende fazer de "centro político" procurando atrair diversos sectores sociais democratas, liberais e mesmo áreas influenciadas pelo sandinismo, na base dum compromisso de apoio à política do actual Governo. As contradições decorrentes da subordinação do Exército Popular Sandinista (comandado por um sandinista, H. Ortega) e da polícia sandinista a um poder civil de direita e, no processo em curso da sua institucionalização e profissionalização, sofrendo as pressões da extrema-direita e dos EUA e sendo empurrados para o choque com sectores populares em luta<sup>(1)</sup>.

A FSLN, permanecendo o maior e mais influente partido da sociedade nicaraguense, tendo por um lado celebrado um acordo de transição política em Março de 1990 com a Presidente eleita, Violeta Chamorro, no quadro do qual possui inclusive um ministro sandinista no Governo (da Energia) e, por outro lado, apoiando e estando ao lado dos trabalhadores no movimento de protesto contra as políticas anti-sociais do Governo, reflectiu no seu seio públicas e manifestas divergências que o Congresso visava assumidamente debater e superar.

Finalmente, na consideração do contexto político em que se realizou este congresso, convém não ignorar, a par da chantagem imperialista sobre os povos e os movimentos revolucionários na América Latina (de que o comportamento dos EUA quanto à Nicarágua é um exemplo), a enorme pressão que a Internacional Socialista, os partidos e institutos ligados à social-democracia estão realizando nesta região para descaracterizar, domesticar e dividir movimentos e forças revolucionárias de esquerda com grande e genuína implantação popular, num período caracterizado na região pelo crescimen-

to do protesto e da luta social e política contra as oligarquias conservadoras no poder e pelo ascenso de forças de esquerda com posições anti-imperialistas.

### 2. Um Congresso pela unidade sandinista

Como referia o lema e o pano de fundo do Congresso — "Reunião extraordinária do Congresso pela unidade sandinista" —, este assumia um importante papel para a superação das públicas divergências existentes entre dirigentes da FSLN. Divergências quanto à atitude da FSLN face ao Governo e ao poder e quanto à sua relação com o protesto e a luta popular. Divergências quanto à natureza e identidade da FSLN e quanto ao sentido da sua renovação e fortalecimento. Divergências quanto aos caminhos para alcançar a vitória eleitoral e o poder em 96, questão visivelmente central nos debates.

O Congresso, tendo nos seus objectivos alterações aos Estatutos e ao Programa e a eleição dos órgãos dirigentes, caracterizou-se por um vivo e intenso debate, mais concentrado nas questões de natureza estatutária, de direcção, organização e menos desenvolvido e com menores clivagens quanto às questões programáticas. Tendo sempre como pano de fundo uma profunda e sentida reclamação da defesa da unidade da FSLN, na base dum projecto revolucionário. Bem visível nas sucessivas intervenções dos delegados das organizações, reclamando que as diferenças de opinião não arrastassem o enfraquecimento e a perda de coesão do maior partido e principal força de esquerda na Nicarágua.

### 3. Um Congresso que confirmou a FSLN como importante força de esquerda e progressista

As decisões tomadas, tendo presente a complexa situação interna da FSLN, com votações maioritárias nas questões mais polémicas da ordem dos 65 a 70%, confirmaram no fundamental a FSLN como uma importante força de esquerda, progressista, combativa e vinculada aos interesses populares.

Quanto aos Estatutos, é de sublinhar a decisão largamente maioritária no congresso de manter a definição da FSLN como partido de vanguarda, a rejeição da proposta de consagração estatutária de correntes; a valorização da participação das mulheres e dos jovens (escolheram, no seu contexto específico, definir cotas de participação) nos órgãos; a defesa do conceito de Direcção Nacional, recusando a proposta da sua substituição por um Conselho; outras resoluções apontando para a definição dum estrutura partidária assente na defesa de características próprias dum partido revolucionário.

Quanto às actualizações do Programa, como elementos característicos para compreender a orientação aprovada (e também os compromissos e contradições decorrentes da situação), são de destacar: a decisão de assumir uma atitude de clara oposição ao Governo de V. Chamorro e A. Lacayo e de apoio aos movimentos sociais; a conclusão de que "a via eleitoral é a única válida para conquistar o governo" e que, "hoje, a luta armada não tem cabimento nem justificação na Nicarágua"; a combinação da luta parlamentar e legal com a mobilização popular como linha de acção política e uma grande valorização das eleições de 96 como objectivo político central; uma importante resolução sobre a questão da terra (e que incorpora a contribuição dum congresso de camponeses sandinistas realizado dias antes), que define como uma prioridade da FSLN, nas condições da Nicarágua, o campesinato; a defesa da existência, a par da propriedade privada, do desenvolvimento de todas as formas de propriedade cooperativa, associativa e comunitária "como expressão do processo de socialização"; a exigência da resolução definitiva da legalização da propriedade e das terras distribuídas ao povo, através de uma lei a que chamam de "Punto Final", questão hoje no centro da contestação política movida pela direita; a reclamação de que as relações da Nicarágua com os EUA se baseiem na não ingerência e no respeito pela autodeterminação dos povos.

A composição dos órgãos eleitos no Congresso, realizado na base dum processo de candidaturas e numa metodologia eleitoral participada, embora morosa e complexa, traduziu-se na manutenção da quase totalidade dos dirigentes históricos do sandinismo que fazi-

am parte da anterior Direcção Nacional (alargada de 10 para 15), a par de uma renovação sensível, não sendo reeleitos apenas Jaime Wheelock, que invocou indisponibilidade justificada por ocupações académicas, e Sérgio Ramirez, presidente do Grupo Parlamentar, que não teve votos suficientes para a sua eleição. D. Ortega foi eleito secretário-geral e Tomás Borge vice-secretário-geral.

É de destacar a importante participação de mulheres nos órgãos dirigentes (5 dos 15 membros da Direcção Nacional e também 1/3 dos 113 membros eleitos da Assembleia Sandinista), correspondendo também a uma activa e destacada participação no próprio Congresso, superior mesmo à sua presença na composição dos delegados.

### 4. Um Congresso marcado pelo internacionalismo e por significativa presença internacional

O prestígio da revolução sandinista e da FSLN e a natural repercussão deste Congresso no movimento das forças revolucionárias e progressistas, em especial na América Latina, explica a presença de um elevado número de partidos, instituições e personalidades de 35 países que acompanharam os trabalhos, possibilitando também um frutuoso e enriquecedor diálogo e troca de experiências com numerosas delegações. Diálogo também revelador de que, nesta época de numerosas contradições e escolhos para os comunistas e outras forças consequentes da esquerda e do progresso, se verificam processos de alteração social e política, designadamente na América Central e do Sul, que abrem reais e acrescidas possibilidades de intervenção e de luta às forças que se batem contra o imperialismo e pelo direito dos povos a decidirem dos seus destinos — na Nicarágua e em El Salvador, no México, na Argentina, na Guatemala ou Brasil.

E foi particularmente comovedor ver os delegados ao Congresso da FSLN atribuírem à presença da delegação de Cuba, terra livre da América, a maior e mais sentida saudação e aclamação do Congresso, assim sublinhando a consciência da importância da resistência dos comunistas e do povo de Cuba para a luta dos povos de todo o mundo.

### 5. As impressões finais deste Congresso

No regresso de Manágua, depois do Congresso e da reunião havida com Daniel Ortega, secretário-geral reeleito da FSLN, e que confirmou, pela sua realização e pelo seu conteúdo, o espírito de amizade e cooperação internacionalista que de há muito caracteriza a relação entre os nossos dois partidos, trago a convicção de que este Congresso foi um passo positivo no sentido da confirmação da FSLN como grande força de esquerda e progressista. Um partido comprometido com os trabalhadores e os camponeses da Nicarágua, empenhado em enfrentar os complexos desafios com que se defronta na sua caminhada para rasgar de novo uma alternativa libertadora e de progresso do seu povo.

E por isso se compreende o desespero da direita e de sectores afectos à social-democracia, e da comunicação social que controlam (fazendo lembrar nos processos usados episódios e comportamentos semelhantes na Europa e em Portugal), quando manifestaram o seu desagrado pelas conclusões do Congresso com caricaturas ofensivas do tipo "FSLN votou pelo passado", "partido obsoleto", "linha dura purga FSLN", "purga stalinista sacode FSLN", ou apelando aos que chamavam de "vencidos" para que entrassem no caminho da divisão porque "é o momento de separar as águas e se unirem às outras forças", ditas "democráticas e moderadas".

Não agradaram seguramente à direita e à social-democracia as conclusões e resoluções do Congresso da FSLN. Na complexidade, não isenta de compromissos e contradições, das decisões tomadas no Congresso da FSLN, permanece a fidelidade deste partido às tradições revolucionárias do povo da Nicarágua, pátria de Sandino. Também na Nicarágua, a luta continua!

<sup>(1)</sup> Nas vésperas do Congresso da FSLN, era anunciado um acordo para a superação do conflito entre a Presidente, Violeta Chamorro, e o comandante do Exército, H. Ortega, aceitando este o compromisso de ser substituído no comando a partir de Fevereiro de 95.



# Coreia do Norte

# na mira dos EUA

A tensão voltou a subir na península da Coreia. As repetidas acusações dos EUA sobre a alegada capacidade nuclear da Coreia do Norte em produzir armas atómicas chegaram já ao Conselho de Segurança da ONU, numa tentativa de aprovação de um embargo, inviabilizado pela oposição da China.

Simultaneamente, os meios de comunicação social começaram a preparar a opinião pública norte-americana para a 'necessidade' de um eventual confronto, o que na prática significa que está lançada a campanha internacional para transformar o regime de Kim Il Sung no inimigo público número um dos anos 90.

Aparentemente, a situação foi despoletada pela recusa norte-coreana de dar carta branca à Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), cada vez mais sintonizada com os EUA, para inspecionar sem limitações o seu programa nuclear, e agravou-se nos últimos dois meses com a subida de tom das acusações de parte a parte. Notícias vindas recentemente a lume revelam, no entanto, que os cenários de guerra estão há muito delineados: de acordo com um especialista sul-coreano, nas diferentes hipóteses ensaiadas "por peritos militares americanos e sul-coreanos, as forças combinadas americano-sul-coreanas ganham de certeza a guerra"; o Livro Branco sobre a Defesa, do Ministério da Defesa sul-coreano, garante que a Coreia do Sul (com o apoio dos EUA) "é uma vez e meia mais forte do que a Coreia do Norte"; o responsável pela forças armadas norte-americanas estacionadas na Coreia do Sul não hesita em garantir que, em caso de crise, 400 mil soldados americanos irão imediatamente juntar-se aos 37 mil ali estacionados em permanência...

Que diz de tudo isto a Coreia do Norte? A resposta pode ser encontrada nas palavras do próprio presidente Kim Il Sung, em entrevista dada há dois meses à agência cubana "Prensa Latina".

Na referida entrevista, o dirigente norte-coreano garante que as instalações nucleares existentes no seu país se destinam a reforçar a capacidade energética e que "os esforços nesse domínio são, em todos os casos, de carácter pacífico", não havendo "nem intenção nem capacidade para fabricar armas nucleares".

Segundo Kim Il Sung, "o problema nuclear da península surgiu quando os Estados Unidos introduziram armas nucleares na Coreia do Sul", com o objectivo de "manterem o seu domínio na região, que é um importante ponto estratégico", ameaçarem a Coreia do Norte e

garantirem os seus interesses na Ásia e no Pacífico.

"Tendo em conta o fim da guerra fria à escala mundial, e que o norte e o sul da Coreia aprovaram o acordo de não agressão e a declaração conjunta da desnuclearização da península, os Estados Unidos não têm justificação para manter ali as suas

armas nucleares e tropas agressoras", diz o presidente norte-coreano, acrescentando que, por isso, "com o objectivo de procurar outro pretexto para não perder o controlo sobre a Coreia do Sul e ameaçar a nossa República, levantou a infundada 'suspeita nuclear' agravando assim intencionalmente a situação na península coreana".

## Sim a negociações não à guerra

Para os responsáveis da Coreia do Norte a origem do problema nuclear na península está na política agressiva dos EUA, pelo que deve ser resolvido através de negociações bilaterais. Os próprios norte-americanos o reconheceram no ano passado ao acederem negociar com os norte-coreanos.

Como se lembra na entrevista a que nos reportamos, "a declaração conjunta acordada nas conversações entre ambas as partes, e tornada pública, diz claramente que os Estados Unidos renunciarão a ameaçar-nos com as suas armas nucleares, respeitarão a nossa soberania, sem interferência nos nossos assuntos, e apoiarão a reunificação pacífica da Coreia".

Não foi o que sucedeu. Segundo Kim Il Sung, os EUA desrespeitaram o acordo, romperam com as negociações, agravaram ao extremo a situação e mobilizaram organismos internacionais para pressionar a Coreia do Norte.

"A pressão nunca poderá propiciar uma saída para a crise", afirma, sublinhando que se os EUA persistirem neste caminho a Coreia do Norte será obrigada a tomar as medidas correspondentes de "auto-defesa para salvaguardar a dignidade e soberania da nação".

Reafirmando que o seu país está disposto a resolver o problema nuclear da península da Coreia através do diálogo, o dirigente coreano exorta os EUA a abandonarem "a histórica pressão internacional" contra o seu país e a assumirem "com seriedade as negociações" entre as duas partes. "A resolução pacífica ou não deste problema depende inteiramente da postura dos Estados Unidos. Os organismos internacionais não deveriam responder à injusta exigência desta potência mas, sim, mantendo o princípio da justiça e da equidade, actuar em defesa da solução do problema nuclear da península da Coreia" - diz Kim Il Sung.

## Abertura e reunificação

Na sua entrevista à "Prensa Latina", o presidente norte-coreano, referindo-se às relações com os países vizinhos em particular, e resto do mundo em geral, contraria a tese do isolamento de que sistematicamente a Coreia do Norte é acusada de prosseguir. Sem negar as dificuldades de relacionamento com o Japão, atribuídas à hostilidade nipónica e seu constante alinhamento pelas posições norte-americanas, Kim Il Sung não deixa de salientar as boas relações com a China, garantindo que a tradicional amizade entre os dois países continua a aprofundar-se "em todas as esferas da política, economia e cultura, graças aos esforços conjuntos do partido, governo e povo de ambas" as partes. Por outro lado, aquele dirigente reafirma que a política norte-coreana continua a pautar-se pelo desejo de "aumentar e desenvolver o intercâmbio e a cooperação com diversos países do mundo no domínio económico e técnico", na base da igualdade e benefícios mútuos. É neste âmbito que deve entender-se, entre outras medidas, a declaração da zona Rajin-Sonbong como "zona de economia e comércio livre", onde são dadas "as melhores condições ao investimento estrangeiro".

Quanto à sempre candente questão da reunificação da Coreia, dividida pelos EUA há quase meio século, Kim Il Sung afirma que a Coreia do Norte está "a desenvolver todos os esforços para, na década de 90, concretizar essa histórica tarefa". E não se trata apenas de uma declaração de intenções, já que no ano passado os norte-coreanos "apresentaram o 'programa de dez pontos da grande unidade nacional para a reunificação da pátria', que reflecte o desejo comum de alcançar a reintegração e prosperidade nacional, unidos acima das diferenças ideológicas, ideais e sistema".

Tendo em conta as profundas diferenças existentes entre as duas Coreias, a proposta apontava para uma confederação, baseada na fórmula de uma nação e um Estado, dois regimes e dois governos, com o objectivo de "reunificar o país com a maior brevidade possível, de forma independente e pacífica e de maneira imparcial, sem que uma parte vença a outra". O projecto prevê ainda que após a reunificação "o país se desenvolverá como uma nação neutral, sem converter-se em satélite de outros nem participar em nenhuma aliança ou bloco político-militar".

Os sul-coreanos, recorda-se, não responderam a esta proposta.

Os EUA, que são quem verdadeiramente manda na Coreia do Sul, soltaram os fantasmas da ameaça nuclear. Sem questionar a 'legitimidade' norte-americana de maior potência nuclear do mundo, os sequiosos de sangue não se coíbem de afirmar, como o editoralista do "The Washington Post", Charles Krauthammer, que Kim Il Sung pode começar uma guerra, pelo que "as consequências de um tal acto deverão ser-lhe tornadas o mais claro possível: extinção pura e simples. Nada de armistícios. Nada de paralelos 38. Nada de regressos a Panmunjom". Uma muito curiosa perspectiva do futuro e não menos curiosa revisão do passado. Como se não tivesse sido então que os EUA foram forçados a reconhecer a sua incapacidade de ganhar a guerra da Coreia. É caso para dizer que meio século depois os EUA estão à frente na batalha do armamento, mas pouco aprenderam quanto ao significado da paz.



As manifestações de apoio à luta pela reunificação da Coreia e pelo fim da intervenção norte-americana na Coreia do Sul de há muito ultrapassaram as fronteiras da península coreana



■ Manoel de Lencastre

# Capitalismo e corrupção Irmãos eternos

1. Não terminou ainda, mas talvez possa ter já perdido momento, o histórico processo investigatório do cancro da corrupção em Itália. Até agora, o mundo apenas tem assistido ao desmascaramento das ligações de certos grandes meios de negócios, mais conhecidos, com as acções criminosas de alguns políticos do «anterior regime». Mas a luta contra a corrupção no universo empresarial não tocou senão a superfície de um vasto sistema que envolve toda a sociedade italiana. A verdade, porém, é que só um regime socialista autêntico e determinado que libertasse o conjunto da economia dos tentáculos capitalistas que a sufocam e fiscalizasse com rigidez e sem contemplações o país dos pequenos negócios, seria capaz de abater o monstro cujas raízes são fortíssimas e estão consolidadas por situações, hábitos, tradições, interesses que vêm do fundo dos séculos.

2. Em Espanha, a corrupção alarga-se aos espíritos e torna-se em maneira de estar na vida. Basta que atentemos nas palavras de Felipe Gonzalez ao recente Congresso dos Ciganos, no país vizinho: «Trabalhamos para uma Europa de cidadãos com direitos iguais, à liberdade, à solidariedade e à justiça». Trata-se de muito bonitas palavras, sem dúvida, que, embora impossíveis de concretizar pelos governantes capitalistas, tendem a cair bem junto de quem as escuta. Mas, dessa ilusória «Europa dos cidadãos iguais» esconde-se a mais importante, a Europa do mundo dos negócios na qual os referidos cidadãos não têm quaisquer direitos. Ao fugir a esse fundamentalíssimo aspecto, o presidente do governo espanhol apenas demonstra, uma vez mais, a claríssima corrupção dos seus princípios. De que servem, na realidade, todas as solidariedades, justiça e liberdades (conceitos perfeitamente ambíguos) se as grandes transnacionais aprofundam, incessantemente, o seu domínio da sociedade sem que os chamados políticos democráticos reconheçam que é aí, precisamente aí, que a luta contra a corrupção deve ser iniciada e levada às últimas consequências?

3. Nos últimos 10 anos, as 500 principais empresas mundiais despediram 400 000 trabalhadores por ano sem que os governos se tivessem atrevido a intervir porque aquilo é terreno exclusivo.



Numa situação em que as 200 maiores transnacionais realizam um volume de negócios que é já equivalente a 1/4 de todos os PNB mundiais juntos, onde estão os políticos e os governantes da democracia que possam fazer-lhes frente?

4. A inocência e a forma impune como certo anúncio televisivo está a ser transmitido em Lisboa surpreenderam-nos. Segundo o mesmo, a firma Cimpor é sólida — logo, vai ser privatizada. O mundo tem sido bombardeado, ao longo de séculos, com o mentiroso conceito de que as empresas estatais perdem solidez e nunca demonstram eficiência. Mas, desmentindo esse conceito, surge-nos a Cimpor, tão forte como o Everest, tão grande e tão matemática na produção de efeitos como o Nilo — ainda assim, trata-se de uma empresa estatal. Porém, se a empresa é tão poderosa como diz o anúncio, porque não fica o Estado com ela? Compreendemos a intenção: tirar ao Estado e dar aos privados a boa carne limpa; deixar os ossos ao sector público. Eis uma outra área de gravíssima, criminosa corrupção.

## Inquietação em França

Cresce e prospera a corrupção em França. E já se teme que as surpresas que em breve atingirão toda a sociedade francesa venham a criar uma situação pior, ainda, do que aquela que temos visto em Itália. É o próprio juiz Thierry Jean-Pierre quem o diz quando a emoção causada pela prisão e recente libertação, sob fiança, do PDG da Schneider, ainda não se extinguiu.

Assim, sabe-se que o Crédit Lyonnais se encontra implicado pelas autoridades suíças num caso de falência fraudulenta, em Genebra, e que a Alcatel-Alsthom, SA, está a ser investigada, em França, por facturação falsa à Companhia dos Telefones estatal. Em Abril, um dos assessores do presidente François Mitterrand, *monsieur* François de Grossouvre, suicidou-se no próprio Eliseu quando os rumores quanto aos suicídios do antigo primeiro-ministro, Pierre Berégovoy, persistem em não diminuir. De acordo com «The Wall Street Journal», *monsieur* de Grossouvre teria dito a jornalistas e amigos do seu desgosto quanto à corrupção que actua livre ao mais alto nível da sociedade. Parece que este senhor poderia vir a ser uma testemunha-chave, para o juiz Thierry Jean-Pierre, no caso da investigação dos negócios do falecido Roger-Patrice Pelat, amigo de Mitterrand e conhecido «businessman».

Michel Noir, presidente da câmara de Lyon, Gerard Louguet, ministro da Indústria, Bernard Tapie, o eterno duvidoso dos negócios e dos futebolis duvidosos, acham-se implicados em investigações diversas. Mas, segundo «Le Monde», 80% da corrupção alargada ao sistema político, identifica-se à volta das notórias companhias das águas internacionais: a «Compagnie Générale des Eaux» e a «Compagnie des Eaux-Dumez, SA».

Entretanto, quem assassinou o parlamentar Yann Piat? Disse o referido magistrado francês: «Estamos a apertar a investigação de escândalos de efeito médio. Mas temos um longo caminho a percorrer para atingirmos a grande corrupção».

## A caminho da Vitória

Depois da grande vitória sobre os nazis na zona de Vitebsk-Bohrulsk, o cerco do «Grupo de Exércitos Centro» tornou-se viável. Mas a guerra, em Bohrulsk, a par dos sofrimentos e das misérrimas inerentes, produziu espectaculares momentos. O 35º Corpo de Exército alemão e o 41º (Panzer) perderam 40 000 homens quando o ataque soviético se intensificou na parte sudoeste da cidade. Centenas de bombardeiros do 16º Exército do Ar (Rudenko) realizaram missões sucessivas contra as concentrações hitlerianas, em estreita colaboração com o 48º Exército, de Romanenko.

Agora, divisões inteiras da «Wehrmacht» fugiam desordenadamente em todas as direcções. Milhares de camiões, tanques, carros diversos, jaziam em ruínas no campo de batalha. E os incêndios que lavravam nos depósitos de combustíveis alemães produziam chamas gigantescas. Os aviões de ataque, de Rudenko, cobriam o céu de Bohrulsk.

A 28 de Junho, com Bohrulsk inteiramente em mãos soviéticas, o general Luchinski (28º Exército) e o general Plev (Grupo de Cavalaria Mecanizada) marchavam já sobre Slutsk. Milhares de soldados alemães que haviam acreditado no vitorioso «Blitzkrieg» contra a gloriosa URSS morriam tristemente, miseravelmente, nos campos e nas vastidões da Bielorrússia. Em breve, a guerra entraria na própria Alemanha. Destino das tropas do Exército Vermelho: Berlim e o Reichstag.

## Emigrantes com problemas

16ª e última parte

«Não tenho patrões», repetiu Mariana com evidente satisfação estampada no rosto. Cipriano desviou o olhar, fingindo desinteressar-se e concentrou-se no dedilhar das cordas da guitarra de Viriato, mas disse: «Vais ter a tua segunda surpresa do dia». Ela pretendia não ouvir. Apesar de fatigada, mostrava-se encantada com a festa que lhes estavam dedicando. E estavam à vista muitas modificações no restaurante que os antigos empregados haviam adquirido. Via-se que havia prosperidade, ali.

No intervalo dos fados e enquanto o poeta Tadeu, de copo na mão, iniciava um discurso, Mariana, em voz baixa, fez uma observação que levou a que a grande surpresa se revelasse, finalmente: «Devíamos ter marcado hotel, antes de virmos para aqui. Para onde iremos, agora?»

«Para lado algum», respondeu-lhe o marido. «Então a «Pérola do Atlântico» não tem hotel nos andares de cima? Já esqueceste que tudo isto foi nosso? Não pagamos nada». A reacção não se fez esperar. Mariana era impulsiva.

«Cipriano! De graça não fico. Diz ao Maganão que nos sirva e debite como a qualquer outro cliente. Os rapazes estão em princípio de vida...»

«A verdade, filha, é que nós, a partir de 2ª feira, viremos viver para cá.» Ela fez-se vermelha. Ele prosseguiu: «É a surpresa, Mariana. Eles alugam-nos um apartamento no hotel e nós passamos a tra-

balhar para eles. Tu, na cozinha, eu nas mesas. Tal como antigamente. Tás a ver? A única diferença...»

«É que passamos a empregados daqueles de quem fomos patrões...»

«E que mal há nisso?» Cipriano concentrou-se nas palavras do poeta Tadeu.

Mariana já não teve forças para reagir. Inesperadamente, sentiu-se invadida por um estranho mas agradável sentimento. Sempre trabalhara. O casal tinha dinheiro, agora, mas não podia queimar os rendimentos sem compensação por meio de outras receitas. Aquele trabalho, afinal, representava uma magnífica oportunidade. É certo que ainda ontem, praticamente, ela e Cipriano eram os patrões, eram quem dava ordens na casa. Mas Cipriano falhara como empresário. Nunca tivera jeito para homem de negócios. Pelo contrário, Maganão, Aristides e Jorge, os antigos empregados, percebiam daquilo e os resultados já se pressentiam. As situações invertiam-se. Agora passavam a empregados. E aqueles a quem haviam admitido e feito ganhar dinheiro, há dois anos, seriam os seus patrões. Que mal havia nisso, no fim de contas?

Mariana conhecia, por experiência, o valor do trabalho autêntico e sério. Resolveu, portanto, abraçar a nova situação, e aceitar a grande surpresa que o marido lhe havia preparado. Cipriano admirou-se. Esperava uma revolução. Mas a esposa possuía a ciência de saber viver.



■ A. Rodrigues

## FORÇAS ARMADAS



# um passo em frente na partidarização

O Governo aprovou recentemente uma proposta de lei a submeter à Assembleia da República no sentido de alterar a Lei de Defesa Nacional e Forças Armadas e a Lei Orgânica de Bases e Organização das Forças Armadas no respeitante aos processos de nomeação das chefias militares.

Deste modo o Governo pretende pôr termo ao princípio da corresponsabilização das Forças Armadas na escolha das suas chefias, na lógica laranja de governamentalização do aparelho de Estado.

Dirão alguns que é um passo na batalha contra as "forças de bloqueio"!

Dizemos nós que é um passo em frente (mais um) no processo de partidarização das Forças Armadas.

Não faltarão os "modernos" justificativos de que já é assim em muitos países da NATO e da Comunidade Europeia e que precisamos de apanhar o "pelotão da frente". Um pelotão que não querem apanhar, por exemplo, quando se trata dos direitos dos militares, continuando a impor uma legislação fortemente restritiva e em desuso há largos anos na maioria dos países que servem de modelo aos nossos governantes.

Diga-se, entretanto, que em quinze anos consecutivos de Governo, ao PSD sozinho ou acompanhado nunca faltaram meios para influir no funcionamento da

instituição militar através do desvirtuamento de critérios de isenção partidária e ideológica a que as Forças Armadas estão sujeitas por Lei, nas promoções, acessos a cursos e a altas funções.

Quem não se lembra por exemplo, da questão dos credenciamentos a marcar uma nova etapa das discriminações exercidas sobre alguns militares?

E da exoneração do general Garcia dos Santos de Chefe de Estado-Maior do Exército em 1983, por óbvias razões de carácter político-partidário?

E do tortuoso processo de nomeação de Soares Carneiro, o general candidato do PSD/CDS às presidenciais de 1980, como Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas?

Aliás se a promoção a oficial general tem de passar pelo funil governamental através da indispensável confirmação do Conselho Superior de Defesa Nacional, órgão em que o partido do Governo detém uma esmagadora maioria e se o Governo tem a faculdade de recusar os três nomes apresentados pelos chefes militares, o que pretende o PSD com esta proposta de alteração?

Acentuar a governamentalização, acabando com o papel activo das Forças Armadas na escolha das suas chefias, num processo de completa marginalização dos Conselhos Superiores dos três ramos e do Conselho de Chefes de Estado-Maior.

## Campanha de assinaturas

### Campanha de Assinaturas de O Militante

Caro Camarada e/ou Amigo

O interesse que se tem colocado no aumento do número de assinantes de *O Militante* tornou-se, de súbito, uma questão urgente que exige uma resposta muito rápida.

*O Militante* tem sido considerado, com razão, uma publicação periódica e, por isso, beneficiava de uma taxa dos correios especial.

Este estatuto foi-lhe retirado agora no começo de Janeiro, invocando-se o seu carácter partidário, passando cada envio a custar quase o triplo, o que inviabiliza o sistema de assinaturas.

Há, no entanto, uma modalidade de expedição cuja taxa é suportável, mas exige um número mínimo de mil assinaturas.

Eis a razão deste esclarecimento-apelo para que se consiga atingir aquele número o mais breve possível.

O esforço que se tem de realizar para isso vai, no fim de contas, também ao encontro do interesse político que tem havido no aumento do número de assinantes.

A Campanha das Mil Assinaturas do «Avante!» já atingiu praticamente o seu objectivo.

Ao mesmo tempo que se regista este facto positivo, chama-se a atenção para a necessidade de um último esforço que permita alcançar a meta e criar uma «folga de segurança» para prevenir eventuais quebras futuras.

Entretanto, há que registar que a Campanha de Mil Assinaturas de «O Militante», que se iniciou mais tarde, está, por isso, bastante atrasada.

Isto significa que, enquanto não se conseguir um considerável avanço nesta campanha, a manutenção do serviço de assinaturas de «O Militante» acarreta sérios prejuízos financeiros para o Partido.

É então necessário, portanto, concentrar os maiores esforços na campanha de assinaturas de «O Militante», de modo que se atinja o mais rapidamente possível a meta fixada.

Procurando contribuir para a intensificação dos esforços nesta campanha, voltamos a publicar o apelo com que foi iniciada.

#### TABELA DE ASSINATURAS: (IVA e portes incluídos)

Portugal (Continente e Regiões Autónomas): 1 080\$00

Espanha: 1 950\$00

Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Macau: 3 780\$00

Europa: 3 480\$00

Extra-Europa: 5 580\$00

#### FICHA DE ASSINATURA DE «O Militante»

A preencher pelo assinante:

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_ Código postal \_\_\_\_\_

Junto envio o cheque/vale do correio nº \_\_\_\_\_, sobre o Banco/

/Estação do correio \_\_\_\_\_, dirigido a Editorial «Avante!»,

Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A, 1000 Lisboa no valor de \_\_\_\_\_ \$ \_\_\_\_.

A preencher pelo angariador:

Nome (individual ou organização) \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_ Código postal \_\_\_\_\_



■ João  
Honrado

## Carta do Alentejo

# O passado e o presente

Na nossa dianteira seguiam mais de cinco centenas de desempregados.

Na vila de Serpa. No dia 1 deste mês de Junho. Depois das bandeiras negras já desfaldadas em Baleizão, no aniversário do assassinato de Catarina em 1954. Distanciamento do tempo. Motivos muito parecidos. A fome novamente sentida pelas crianças, pelos pais e pelos avós.

(Escrevemos mormente sobre a população rural. A que fez a reforma agrária, os que foram acusados de ladrões. Aqueles que ocuparam a terra que pertence legitimamente a quem nela anda trabalhando).

Dois homens válidos – lado-a-lado – no meio do ajuntamento. Sem trabalho. Um pequeno agricultor está solidário com eles no azeite que lhes dispensa para a açorda pobre.

E seguia gente, de cabeça levantada, reivindicando o direito ao trabalho. Eram irmãos de classe de Catarina. Os mesmos que – ontem e hoje – não se trocam nem se vendem. Não estão dispostos a morrer à míngua, lentamente. É um grande alvoroço que se avizinha.

(Lembramos os tempos em que os rurais e os pequenos e médios agricultores se entreajudavam na produção agrícola. O pão era semeado. As terras eram desmatadas. Os postos de traba-

lho multiplicavam-se. A população beneficiava do trabalho no campo.)

As mulheres falaram no plenário. Foram as que mais disseram. Nestas ocasiões, os homens pouco intervêm: abanam lenta e afirmativamente a cabeça no expressivo alentejano de que «as palavras foram dizadas».

(Quem tem saudades da reforma agrária são os trabalhadores que a fizeram. Tempos que, apesar de difíceis, foram a melhor época que tiveram.)

E mais à frente caminhava um homem que não tinha aderido à reforma agrária. Ao PS esteve ligado na altura, hostilizando, sempre que podia, os companheiros. O Baptista contou-me do seu desespero e mágoa, quando o indagou da estranheza da sua presença, pela primeira vez, nesta manifestação contra o desemprego. Obteve o desabafo de que, se não fosse enganado, não teria sido só agora que chegaria, ombro com ombro, com os companheiros de trabalho. «Teria vindo – disse – há vinte anos atrás, se soubesse o que hoje conhece.»

(Enfim, o passado e o presente estão, pois, ligados a responsabilidades: desde as forças de direita até às (in)transigências de fundo do Partido Socialista. Que, por causa disso, hoje no Alentejo há quase mais latifundiários do que trabalhadores rurais a trabalhar a terra.)

# Há mar e mar... e medidas que tardam

Em 1 de Junho abriu a tradicional época balnear e dizem os números oficiais que só 28% das praias existentes no Continente são sujeitas a vigilância.

Os problemas e insuficiências com que se debate este sub-sistema do Sistema de Autoridade Marítima (SAM) estão, obviamente, ligados aos problemas e insuficiências do próprio Sistema.

O SAM tem como órgão de direcção e coordenação a Direcção Geral de Marinha (DGM) – por enquanto na estrutura orgânica da Marinha de Guerra – que se prepara para integrar a estrutura do Ministério da Defesa Nacional.

Simultaneamente é previsível que o actual quadro de pessoal militarizado da Marinha seja sujeito a alterações que mudarão a sua natureza militarizada para civil, muito embora persistam concepções inaceitáveis pela manutenção da militarização nalgumas áreas de pessoal, como seja o caso da Polícia Marítima.

Estas e outras alterações que passam pela promulgação da Lei Orgânica da DGM, um novo Regulamento Geral de Capitánias, Estatuto Profissional de quem opera no Sistema, etc., estão a ser fruto de um complexo cozinhado legislativo ao nível do Governo – Ministério da Defesa e Ministério do Mar.

A questão que desde logo se levanta é a de se saber qual é o objectivo? Para onde quer o Governo ir?

Não é de somenos importância este aspecto se tivermos em conta que, no quadro da União Europeia, às nossas águas territoriais (12 milhas) passa a ser aplicado o conceito de fronteira externa e o conceito de interesse comunitário à nossa Zona Económica Exclusiva.

Dando o benefício da dúvida de que o Governo sabe para onde quer ir, torna-se absolutamente inaceitável que tal não seja objecto de um amplo debate e ponderada reflexão.

É que não se trata só do exercício da Autoridade Marítima no sentido de presença nacional, mas também do apoio à pesca, preservação da riqueza e património do meio marinho, etc.

Tendo estado, ao longo dos anos, cometida à Marinha a responsabilidade do Sistema e existindo a intenção de o fazer transitar organicamente para o MDN, as alterações previstas colocá-la-ão numa situação de entidade provedora de meios humanos, logísticos e operacionais, importando aferir como se fará este "corte", isto é a realidade formal e a real.

Teme-se que o Sistema perca capacidade de resposta e vejamos assim agravada a capacidade de exercício da Autoridade Marítima.

Aliás, também aqui a visão economicista do Governo se faz sentir, com crescentes dificuldades de resposta. Uma capitania que tenha a pouca sorte de ver encalhar um navio na área da sua jurisdição corre o risco de no fim da operação de salvamento ter gasto a

verba que possuía para um ano. Por outro lado, vão-se registando o fecho de algumas Delegações Marítimas – caso da do Seixal, por exemplo – ficando a delegação mais próxima com a responsabilidade de cobrir maior área com os mesmos meios.

A época balnear abriu e a entidade que dirige este sub-sistema é o Instituto de Socorros a Náufragos (ISN).

É justo reconhecer o esforço desenvolvido pelo ISN ao longo dos anos, mas é justo dizer que Portugal, país virado ao mar, necessita de um eficaz sub-sistema de vigilância e salvaguarda da vida humana ao longo dos imensos quilómetros de areal. E importa não esquecer que nesta matéria a jurisdição faz-se também em águas interiores – lagoas, rios, etc.

Todos os anos um conjunto imenso de jovens frequenta o curso de nadador-salvador e aprende a utilizar meios de salvamento. Mas o que garante que no ano seguinte esse capital de conhecimentos esteja ao serviço público? Em muitos casos são jovens que no Verão se dispõem a desempenhar estas funções a troco de uma remuneração, compatibilizando o usufruto da época balnear com a prestação de um serviço útil à sociedade.

Cabe aos concessionários das praias a aquisição dos meios de salvamento e a contratação de quem saiba utilizá-los.

Tal traduz desde logo um problema conceptual que importa analisar, na medida em que a tendência é estar sujeito a vigilância somente as partes concessionadas das praias. E as restantes?

Quem olha e frequenta a imensa extensão de areal que vai da Fonte da Telha ao Meco verifica que muitos quilómetros não têm a adequada vigilância. Aliás, a época balnear iniciou a 1 de Junho e uma semana depois partes concessionadas da praia ainda não tinham os dispositivos de segurança montados porque o restaurante ou o café respectivo ainda não estava em funcionamento. Esta situação não é exclusiva da Fonte da Telha!

Uma popular série televisiva "Marés Vivas" revela-nos muito mais do que a importância das bóias-torpedo como meio de salvamento. Revela-nos o que pode ser o funcionamento de uma equipa estruturada e apta ao desempenho da vigilância e salvamento nas praias.

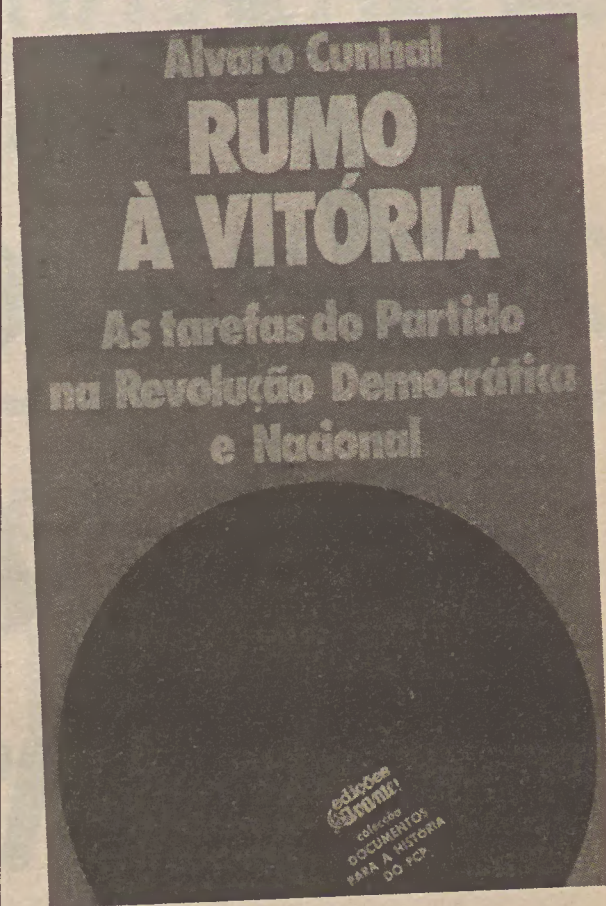
O ISN não pode fazer milagres e quem presta serviço no Sistema também não. Impõe-se, isso sim, um outro olhar sobre esta matéria que propicie a adopção de medidas que conduzam a uma efectiva melhoria da actual situação.

Abriu a época balnear e tudo indica que as medidas em gestação no Governo vão ser uma grande banhada.

Já agora fica a mensagem: "Há mar e mar, há ir e voltar..."

■ RF

edições  
Avante!



Álvaro Cunhal  
Rumo à Vitória

Preço: 1470\$00

Lida à luz dos acontecimentos pós-25 de Abril, esta obra surge-nos não apenas como um libelo acusatório do fascismo (que muitos pretendem hoje fazer esquecer ou edulcorar), mas sobretudo como um modelo de análise científica, marxista-leninista. Em *Rumo à Vitória*, a definição das características, dos objectivos e da via da revolução portuguesa resulta do estudo objectivo do estádio de desenvolvimento do capitalismo, da arrumação das forças de classe e das suas contradições, da relação entre os factores económicos, sociais e políticos internos e da influência de factores externos. A vida comprovou as análises, as previsões e os alertas – todos de flagrante actualidade – então feitos.



feita

# feita

## Avante!

**2.3.4**  
**SETEMBRO**  
ATALAIA • AMORA • SIIXAL

*vamos construir  
a Festa!*

Há trabalho na Atalaia!



**Jornadas  
de trabalho  
todos os  
fins de semana  
a partir de  
18 e 19 de Junho**

Colabora! Participa! Traz outro amigo também!

*Festa de Abril*

# DIZ NÃO À ABSTENÇÃO

Vamos ser  
solidários  
com a

# feita

# COMPRA JÁ A TUA EP!



# NÃO FALTES às JORNADAS de TRABALHO





## Noticrónica

Na sua edição da passada terça-feira o "Público" confirmou mais uma vez a sua peculiar tendência de transformar em notícia aquilo que lá na casa se pensa ou imagina acerca da realidade, em detrimento do que se deveria ver e investigar na base de factos. Assim, sob o título de "A ressaca das europeias", o "Público" descobriu, em notas de primeira página, "Luís Sá em dificuldades no PCP", enquanto só via tranquilidade nos restantes partidos: "PS ajusta estratégia para 95" (inferindo-se que o flop monumental das expectativas eleitorais do PS não criou "dificuldades" a ninguém, nem mesmo a quem as alimentou), "PSD faz contas para o futuro" (o que é uma conclusão jornalística de enorme sagacidade) e "CDS com

congresso em Janeiro" (a única nota realmente assente num facto).

Todavia, ao visitar-se o interior da notícia onde, supostamente, se demonstraria por que está "Luís Sá em dificuldades no PCP", a gente lê o seguinte, no meio de delirantes considerações sobre "núcleos duros", "linhas moderadas" e "sectores dispostos a armadilhar caminho" que a jornalista São José Almeida tem o privilégio de conhecer na Direcção do PCP, mas que, desgraçadamente, não apresenta a ninguém:

"É provável que algumas vozes se levantem contra a organização da campanha eleitoral e mesmo contra a escolha de um 'intelectual' de perfil académico"; "as críticas poderão mesmo vir de alguns sectores conotados com sensibilidades próximas de Sá e do próprio Carvalhas"; "Ao que

# PONTOS CARDEAIS

o PÚBLICO apurou, existem dirigentes para quem a escolha deste membro da Comissão Política para encabeçar a lista da CDU teve como objectivo afastar da Soeiro Pereira Gomes um elemento 'incómodo' (...) argumento que parece não colher terreno de germinação, uma vez que é previsto o regresso de Luís Sá a Lisboa antes do fim do mandato, bem como (...) a sua presença (...) nas reuniões da Comissão Política"; "há também dirigentes comunistas que consideram que a campanha da CDU foi organizada de modo deficiente"; "outra crítica poderá prender-se com o excesso de protagonismo de Carvalhas que (...) se apresenta como uma verdadeira máquina de empolgar

assistências"; "todos estes factores negativos, que poderão ser hoje levantados no anfiteatro da Soeiro Pereira Gomes, parecem todavia anulados à partida"; "foi manifesto que a direcção comunista (...) jogou acima de tudo na consolidação do novo secretário-geral junto à opinião pública" (sublinhados nossos). Como se vê, trata-se de uma pecinha de considerável criatividade: nela, as coisas ou são "prováveis", ou "parecem" ou, hipoteticamente, "poderão" "vir de" (no caso das "sensibilidades"), "prender-se com" (quanto ao "protagonismo" de Carvalhas) ou "ser levantadas" no anfiteatro da Soeiro Pereira Gomes. Até quando é afirmativa, a jornalista

diz que "há" dirigentes do PCP a dizer isto e aquilo sem os identificar ou citar, mesmo sob o manto diáfano do anonimato.

Limita-se a garantir que "existem", o que é gratificante para qualquer mortal mas escasso, do ponto de vista informativo. A confusão instala-se quando a jornalista decide que "foi manifesto que a direcção comunista jogou acima de tudo na consolidação do novo secretário-geral", deitando às malvas a "tese" dum Luís Sá chutado para Estrasburgo como "incómodo".

Ao baralhar a factualidade da notícia que fingiu dar com a artigalhada especulativa que publicou, o PÚBLICO inventou uma nova disciplina jornalística - a Noticrónica.

## Cartinha a Eurico Figueiredo

Lemos as linhas que escreveu no "Expresso" a propósito da campanha eleitoral da CDU e queremos dizer-lhe que o seu reles anticomunismo o desclassifica definitivamente como membro da família de esquerda.

Você está bem é à direita, nas empresas de Balsemão. Dava até um bom candidato de Berlusconi.

Entretanto, observamos que convida o PCP para se transformar "num Partido Socialista, sem presunção". Que significa este convite despresencioso? Significa da sua parte que aconselha a que se feche os olhos à traição política e aos escândalos morais em que estão mergulhados os partidos da Internacional Socialista? Quer que não se repare, por exemplo, nas prisões, nas fugas, nas demissões de altos quadros e governantes do PSOE mergulhados no pantanal da corrupção? Quer que não se faça questão das burlas de Bettino Craxi, ex-secretário-geral do Partido Socialista Italiano, e do seu muito provável envolvimento com a MAFIA? Quer que se deixe passar sem comentário as fraudes de Carlos Andrés Pérez, ex-presidente socialista da Venezuela (que parece que também dava uns dinheirinhos ao PS)? Quer que se ignore os escândalos de Papandreu, do PASOK e do PS francês (incluindo o estranho suicídio de Pierre Bérégovoy)? Não acha que toda esta podridão é filha da abdicação ideológica e do casamento político com a direita? Se calhar não dá por isso, conhecido como é o seu laxismo em matéria de princípios!!! E ficamos por aqui...

## FRASES da SEMANA

"Uma parte da vida humana é consumida pelo conflito entre o Poder e a impotência daqueles que se sentem postos de lado, afastados das decisões, da participação na vida pública. É essa marginalização que está a levar os Europeus a afastarem-se dos regimes democráticos pelos quais lutaram durante séculos"

☛ (Victor Cunha Rego - «Diário de Notícias», 13.06.94)

"Os intervalos de indeterminação (das sondagens) crescem na razão inversa da lógica do espectáculo das noites eleitorais, agora em três canais de televisão"

☛ (Vicente Jorge Silva - «Público», 14.06.94)

"Nada disto justifica, é certo, as insuficiências dos inquéritos de opinião - devidas a escassez de meios, erros de análise ou uma maior inexperiência no terreno, como foi patente no caso das europeias"

☛ (idem)

"(...) o resultado da CDU (...) foi alcançado em condições desfavoráveis onde pesaram discriminações e uma campanha de denegrimto das (...) propostas (da CDU) e dos seus candidatos por pseudocomentadores independentes mas de facto profundamente comprometidos com a luta partidária, bem como pela divulgação sistemática de sondagens fraudulentas extremamente desvantajosas para a CDU"

☛ (Carlos Carvalhas, conferência de imprensa, 12.06.94)

"Já lá vamos, dr. João Amaral..."

☛ (Judite de Sousa - «RTP-Canal 1», 13.06.94)

"Já lá vamos, José Casanova..."

☛ (Artur Albarran - «TVI», 14.06.94)

"O CDS não é o inimigo - nem sequer o adversário principal - do PSD"

☛ (Duarte Lima - «O Diabo», 15.06.94)

"O sistema funciona bem no essencial, mas necessita de reformas"

☛ (idem)

## PONTOS NATURAIS

### Em poucas palavras

Dizes: «Estou empregado» e julgas-te seguro. Mas se pensares: «Ainda estou empregado», talvez comeces a ver as coisas a outra luz.

Quem desiste de lutar pelo futuro já está morto. Tão morto dessa pior das mortes que é não entender que se está morto.

Homem culto é aquele que entende o desafio que a História lhe faz. História é aquela que entende o desafio que lhe faz o homem culto.

Passaram o atestado de óbito ao comunismo. O atestado está em permanente revalidação. Tudo porque o raio do morto não há meio de estar quieto.

Luís XVI perdeu a cabeça. Traída a revolução, ainda viriam o Luís XVII e o Luís XVIII. Mas foi a História quem disse: Quem ri no fim, ri melhor.

Aos que mantêm a sua dignidade e o seu ideal, há quem chame duros. Também chamam isso ao diamante.

Não há nada mais ridículo do que um português mascarado de europeu.

A um comunista nada se perdoa, porque tem a obrigação de ser o melhor. Aos outros perdoa-se tudo, porque têm a obrigação de serem normais.

Mário Castro

### Na pista

### da memória

## Raposa no galinheiro

Olhem para mim todos os ministros de el-rei, que ontem andavam a pé e hoje a cavalo; estejam atentos a duas perguntas que lhes faço e respondam-me a elas, se souberem:

— Se os officios de vossas mercês dão de si até poderem andar em um macho ou em uma vaca, quando muito, e suas mulheres em uma cadeira, como andam vossos mercês em liteiras e elas em coche?

Se a sua mesa se servia muito bem com pratos, saleiro e jarro de louça pintada de Lisboa, como se serve agora em baixelas de prata, salvas de bastiões, confeiteiras de relevo? Não me dirão donde lhe vieram tantas colgaduras de damasco e tela, tantos bufetes guarnecidos, escritórios marchetados e com pontas de abada em cima? Já que lhes não dá do que dirá a gente, não me dirão onde acharam estes tesouros, sem irem à Índia, ou que arte tiveram para medrarem tanto em tão pouco tempo, para que os desculpemos, ao menos, com a vizinhança?

Já o sei, antes que mo digam: houveram-se como a raposa no galinheiro em que entraram. Cevaram-se não só no necessário, senão também no supérfluo. Não se contentam com se verem fartos e cheios como esponjas, querem engordar com acepipes; e por isso lançam o pé além da mão e estendem a mão até o céu e as unhas até o inferno, e metem tudo a saco quando o ensacam, e são como o fogo que a nada diz — basta!

(Padre António Vieira, A ARTE DE FURTAR)



# festa

## Avante!

**2.3.4**  
**SETEMBRO**  
ATALAIA - AMORA - SEIXAL

*vamos construir  
a Festa!*

Há trabalho na Atalaia!



**Jornadas  
de trabalho  
todos os  
fins de semana  
a partir de  
18 e 19 de Junho**

**Colabora! Participa! Traz outro amigo também!**

*festa de Abril*

Associação de Amizade Portugal-Cuba Núcleo de Setúbal  
**Dia 24 de Julho**  
**CRUZEIRO DA AMIZADE**  
pelo Rio Sado e Costa da Arrábida

A bordo do "Évora", com saída do cais de Setúbal às 11h, paragem das 12h30 às 16h ao largo da Arrábida para ida à praia e almoço; regresso por Portinho da Arrábida e Tróia

Adultos: 5.200\$; crianças até aos 5 anos: grátis; dos 6 aos 12 anos: 50% ("Bebida de boas-vindas" e almoço incluídos)

Inscrições: Loja Joaninha, R. Dra. Paula Borba, 30, Setúbal - Tel. 522478

## Plenários de militantes para

- discussão da situação política e análise dos resultados eleitorais
- Festa do Avante!

### Lisboa

Plenário das Freguesias de  
Campolide - Sto. Condestável - Alcântara - Belém - Prazeres  
com a participação do camarada **Abílio Martins**  
Sábado, dia 18, 15h30 — CT de Alcântara

Plenário de Reformados, aberto a Amigos do Partido  
com a participação do camarada **Domingos Abrantes**  
Terça-feira, 21, 15h — CT Vitória

### Setúbal

Plenário de Militantes  
com a participação do camarada **Henrique Sousa**  
Quarta-feira, dia 22, 21h30 — CT de Setúbal

### Sintra

Plenário de Militantes  
com a participação do camarada **José Casanova**  
Segunda-feira, dia 20, 21h30 — CT de Rio de Mouro

### Ourique

Plenário de Militantes da freguesia de Ourique  
Sexta-feira, dia 17, 21h00 — CT de Ourique

Plenário de Militantes da freguesia de Santana da Serra  
Sábado, dia 17, 15h00 — Santana da Serra

### ALHOS VEDROS

Convívio  
com sardinhada

Sábado às 13h no CT

### Vultos

#### da Liberdade

Desenhos de A. Abreu  
Exposição no CT de Benfica  
Estrada de Benfica, 683  
(a partir de 18 de Junho)

Associação de Amizade Portugal - Cuba

## 20 Anos a Viajar para Cuba

### Venha conhecer a Revolução Cubana

Os melhores programas  
Culturais e Turísticos

*Voos em Agosto e Dezembro*  
Havana-Holguín-Santiago



informações e marcações  
pelo tel.: **65 73 05** ou na sede  
R. Rodrigo da Fonseca, 107 r/c esq







PROGRAMAÇÃO

Quinta, 16

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo  
08.30 Informação  
08.35 Um Rapaz e o Mundo  
09.00 Bom Dia  
11.40 Culinária  
12.05 Perigosas Peruas  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Viajante no Tempo  
14.30 Os Melhores Anos  
15.00 Ponto por Ponto  
15.45 Vizinhos  
16.15 Arsène Lupin  
17.00 Dempsey & Makepeace  
18.00 Caderno Diário  
18.10 Ana Raio e Zé Trovão  
19.00 Lotaria Nacional  
19.05 Com a Verdade m' Enganas  
19.50 RTP - Financial Times  
20.00 Telegiornal  
20.40 Fera Ferida  
21.40 Isto... Só Vídeo  
22.10 Os Inocentes  
22.45 Sonhos Desfeitos  
23.35 24 Horas  
00.15 Duplo Perigo  
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil  
12.50 Os Caminhos da Arte  
13.45 Delantero  
14.30 Aviões Militares  
15.05 Infantil  
16.15 Os Quatro Cabeleiras do Após-Calypto  
(ver «Filmes na TV»)  
17.50 Um, Dó, Li, Tá  
18.50 Sete Vidas  
19.40 Magazine «Ecologia/Ciência»  
20.15 Sono Profundo  
21.15 Desenhos Animados  
21.30 TV2 Jornal  
22.00 RTP - Financial Times  
22.10 Serões na Província  
24.00 Remate  
00.30 Ultimatos  
01.50 Amazônia

SIC

12.00 E o Resto é Conversa  
13.00 Notícias  
13.15 Sassá Mutema  
14.00 Os Donos da Bola  
14.15 Rapto no Arranha-Céus  
(ver «Filmes na TV»)  
16.15 E o Resto é Conversa  
17.05 Notícias  
17.20 Paraíso  
19.00 Praça Pública  
19.30 O Juiz Decide  
20.00 Jornal da Noite  
20.40 Mulheres de Areia  
21.40 Minas e Armadilhas  
22.50 Casos de Polícia  
23.55 Último Jornal  
00.15 Os Donos da Bola  
00.25 Tostões e Milhões  
00.55 Crimes

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A  
12.50 Já Tocou!  
13.20 As Modas  
13.40 Dama de Rosa  
14.30 Uma Casa na Pradaria  
15.20 Caixa de Perguntas  
15.50 Um Dia a Casa Cai  
16.10 A Casa do Tio Carlos  
17.05 Feita à Medida  
17.55 Topázio  
18.20 Morena Clara  
18.30 Estrela  
19.30 Informação Quatro  
20.05 Marés Vivas  
21.00 Visto Isto  
21.30 Farmácia de Serviço  
22.00 Artur Albarran  
24.00 Informação  
00.25 Fora de Jogo  
00.40 Saia do Parlamento

Sexta, 17

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo  
08.30 Informação  
08.35 «The Worst Day of My Life»  
09.00 Bom Dia  
11.40 Culinária  
12.05 Perigosas Peruas  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Viajante no Tempo  
14.30 Os Melhores Anos  
15.00 Ponto por Ponto  
15.45 Vizinhos  
16.10 Arsène Lupin  
17.00 Dempsey & Makepeace  
18.08 Ana Raio e Zé Trovão  
19.00 Com a Verdade m' Enganas  
19.50 RTP/Financial Times  
20.00 Telegiornal  
20.40 Fera Ferida  
21.40 Concurso «1, 2, 3»  
23.15 Mariah Carey  
00.15 24 Horas  
00.55 Mundial de Futebol: Espanha-Coreia

TV 2

12.00 Infantil  
12.50 Tempestade no Okavango  
13.45 Delantero  
14.30 Segredos do Mundo  
15.05 Infantil  
16.10 As Viagens de Winkelmann  
(ver «Filmes na TV»)  
17.40 Um, Dó, Li, Tá  
18.45 Médicos Escritores Portugueses  
19.15 Mundial de Futebol: Cerimónia de Abertura  
23.15 TV2 Jornal  
23.45 RTP/Financial Times  
23.55 Mafiosos  
00.55 Amazônia

SIC

12.05 E o Resto é Conversa  
13.00 Notícias  
13.10 Sassá Mutema  
14.00 Os Donos da Bola  
14.15 Só Vivemos Uma Vez  
(ver «Filmes na TV»)  
16.15 E o Resto é Conversa  
17.05 Notícias  
17.20 Paraíso  
18.55 Praça Pública  
19.30 O Juiz Decide  
20.00 Jornal da Noite  
20.40 Sete à Sexta  
21.15 Mulheres de Areia  
22.15 Mini Chuva de Estrelas  
23.20 Último Jornal  
23.40 Os Donos da Bola  
23.50 Playboy  
00.50 Um Amor Fatal  
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

08.00 Animação  
12.00 Esquadrão Classe A  
12.50 Já Tocou!  
13.20 As Modas  
13.30 Dama de Rosa  
14.30 Uma Casa na Pradaria  
15.15 Encontro  
15.20 Coisas de Família  
15.50 Um Dia a Casa Cai  
16.10 A Casa do Tio Carlos  
17.05 Feita à Medida  
17.35 Topázio  
18.05 Morena Clara  
18.30 Estrela  
19.30 Informação Quatro  
20.00 Marés Vivas  
21.00 Visto Isto  
21.30 Farmácia de Serviço  
22.00 Ficheiros Secretos  
22.55 Luzes da Ribalta  
00.30 Informação  
00.55 Fora de Jogo  
01.05 O Comboio Apitou Três Vezes  
(ver «Filmes na TV»)

Sábado, 18

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil  
12.20 Luta Livre Americana  
13.00 Notícias  
13.10 Parlamento  
14.10 Eternos Novatos  
14.40 Marcos da Ciência  
15.00 Festa da Juventude  
16.15 Emoções Fortes  
16.45 Adeus, Supermamã  
(ver «Filmes na TV»)  
18.15 Made in Portugal  
18.50 Beverly Hills 90210  
19.45 Totoloto  
20.00 Jornal de Sábado  
20.30 Na Paz dos Anjos  
21.45 Parabéns  
23.25 Raças da Noite  
(ver «Filmes na TV»)  
00.55 Mundial de Futebol: Colômbia-Roméia

TV 2

09.00 Universidade Aberta  
12.00 «The Quest»  
(ver «Filmes na TV»)  
13.35 Tauromaquia  
14.05 Musical: «The Three Ladies - II»  
15.05 Cabeça nas Nuvens  
16.00 TV2 Desporto  
21.00 De Lisboa, Com Amor  
21.05 Ed Sullivan Show  
21.30 Mundial de Futebol: Itália-Irlanda  
24.00 Sexualidades  
00.35 Caídos do Céu  
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil  
13.15 Portugal Radical  
13.30 Melrose  
14.30 Sabotagem  
(ver «Filmes na TV»)  
16.20 O Passageiro Imprevisto  
16.50 Curvas Perigosas  
17.40 Uma Mulher dos Diabos  
18.30 Gladiadores Americanos  
19.20 Nunca Digas Banzai  
20.00 Jornal da Noite  
20.35 Caça ao Tesouro  
22.10 A Balada de Nova Iorque  
23.10 Último Jornal  
23.30 Almôndegas  
(ver «Filmes na TV»)  
01.15 Água na Boca

QUATRO

08.00 Animação  
10.00 A Casa do Tio Carlos  
11.00 Vamos ao Circo  
12.00 Proezas de Hollywood  
12.30 Contra-Ataque  
14.00 Top 25  
14.35 Estrela  
17.15 O Bolero de Raquel  
(ver «Filmes na TV»)  
19.30 Informação Quatro  
20.00 O Jogo do Ganso  
23.15 Informação  
00.30 Fora de Jogo  
00.40 O Gladiador  
(ver «Filmes na TV»)



Domingo, 19

CANAL 1



James Woods é o apresentador de «Mafiosos», uma série documental em episódios, a transmitir semanalmente na TV2 a partir de sexta-feira. Às 23h55

08.00 Programa Infantil / Juvenil  
12.30 Sem Limites  
13.00 Notícias  
13.10 Blossom  
13.40 Top +  
14.35 Dinossauros  
15.00 Missão Impossível  
15.50 Marcos da Ciência  
16.10 Robb Roy, o Grande Rebelde  
(ver «Filmes na TV»)  
17.35 Vicé Decide  
18.40 Os Simpsons  
19.10 Eu Tenho Dois Amores  
(ver «Filmes na TV»)  
20.00 Jornal de Domingo  
20.30 Casa Cheia  
21.15 Na Paz dos Anjos  
22.20 Sozinhos em Casa  
22.50 Tramas de Seda  
23.40 Ansia de Amar  
(ver «Filmes na TV»)  
01.10 Mundial de Futebol: Camarões-Suécia

TV 2

09.00 À Mão de Semear  
09.25 Caminhos  
10.00 Novos Horizontes  
10.25 Japão - O Mundo da Robótica  
11.00 Missa  
11.55 70 x 7  
12.25 Forum Musical  
12.50 Regiões  
14.25 Mulheres em Viagem  
15.00 TV2 Desporto  
21.00 Desenhos Animados  
21.30 Mundial de Futebol  
00.05 Artes e Letras  
23.20 Yoi - Licença Precária  
(ver «Filmes na TV»)  
01.00 Uma Questão de Consciência

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil  
13.15 Portugal Radical  
13.30 Vida Selvagem  
14.30 O Destino Bate à Porta  
(ver «Filmes na TV»)  
16.15 Tudo pelas Notícias  
17.15 Obras em Casa  
17.45 Bom Domingo  
20.00 Jornal da Noite  
20.40 Os Trapaalhães  
21.40 Labirinto  
22.10 Ata-me  
(ver «Filmes na TV»)  
00.10 Último Jornal  
00.10 Isabella, a Mentirosa  
01.30 Crimes  
02.00 Boxe

QUATRO

10.00 A Casa do Tio Carlos  
11.00 Animação  
11.30 Informação Religiosa  
12.00 Quatro Ventos  
12.15 Missa  
13.30 Coisas de Família  
14.05 Lassie  
14.30 Céus de África  
15.00 O Sonho do Oeste  
16.00 Queridos Inimigos  
18.00 Passaporte  
18.30 Modelo e Detective  
19.30 Informação  
20.05 Marés Vivas  
21.00 Trocado em Miúdos  
21.30 O Turno da Noite  
24.00 Últimas Notícias  
00.15 Fora de Jogo

Segunda, 20

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo  
08.30 Informação  
08.35 Um Rapaz e o Mundo  
09.00 Bom Dia  
11.40 Culinária  
12.05 Perigosas Peruas  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Viajante no Tempo  
14.30 Os Melhores Anos  
15.00 Ponto por Ponto  
15.35 Vizinhos  
16.00 Mundial de Futebol: Resumos  
17.00 Dempsey & Makepeace  
18.05 Ana Raio e Zé Trovão  
19.00 Com a Verdade m' Enganas  
19.50 RTP-Financial Times  
20.00 Telegiornal  
20.40 Fera Ferida  
21.30 Mundial de Futebol: Alemanha-Espanha  
24.00 Nico D'Obra  
00.30 24 Horas  
01.00 Mundial de Futebol: Nigéria-Bulgária

TV 2

12.00 Infantil  
12.50 Para Além do Ano 2000  
13.45 O Craque  
14.35 Dossier Terra  
15.05 Infantil  
16.10 A Rainha Cristina  
(ver «Filmes na TV»)  
18.00 Mundial de Futebol: Argentina-Grécia  
20.30 Rotações  
21.30 TV2 Jornal  
22.00 RTP/Financial Times  
22.10 Se a Gente Nova Soubesse  
22.35 Magazine «Viver com Saúde»  
23.00 THX - 1138  
(ver «Filmes na TV»)  
00.35 Amazônia

SIC

12.00 E o Resto é Conversa  
13.00 Notícias  
13.10 Sassá Mutema  
14.00 Os Donos da Bola  
14.15 O Acossado  
(ver «Filmes na TV»)  
16.15 E o Resto é Conversa  
17.05 Notícias  
17.20 Paraíso  
18.55 Praça Pública  
19.25 O Juiz Decide  
20.00 Jornal da Noite  
20.40 Mulheres de Areia  
21.40 Cenas de Um Casamento  
22.30 20 Anos - 20 Nomes  
23.35 Último Jornal  
23.55 Os Donos da Bola  
00.05 A Família do Senador  
00.35 Crimes

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A  
12.50 Já Tocou  
13.20 As Modas  
13.30 Dama de Rosa  
14.30 Uma Casa na Pradaria  
15.15 Encontro  
15.50 Um Dia a Casa Cai  
16.25 A Casa do Tio Carlos  
17.20 Feita à Medida  
17.45 Topázio  
18.05 Morena Clara  
18.30 Estrela  
19.25 Informação Quatro  
20.05 Marés Vivas  
21.00 Visto Isto  
21.30 Farmácia de Serviço  
22.00 Danças com Lobos (2ª parte)  
23.45 Informação  
00.10 Fora de Jogo  
00.30 Anúncios do Outro Mundo  
00.55 Modelo e Detective

SIC

12.00 E o Resto é Conversa  
13.00 Notícias  
13.15 Sassá Mutema  
14.00 Os Donos da Bola  
14.15 Flic Story  
(ver «Filmes na TV»)  
16.15 E o Resto é Conversa  
17.05 Notícias  
17.20 Paraíso  
18.55 Praça Pública  
19.25 O Juiz Decide  
20.00 Jornal da Noite  
20.40 Mulheres de Areia  
21.40 Ora Bolas, Marina  
22.10 Balada de Miami  
(ver «Filmes na TV»)  
00.05 Último Jornal  
00.25 Os Donos da Bola  
01.05 Crimes

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A  
12.50 Já Tocou  
13.20 As Modas  
13.30 Dama de Rosa  
14.30 Uma Casa na Pradaria  
15.15 Encontro  
15.45 Um Dia a Casa Cai  
16.10 A Casa do Tio Carlos  
17.15 Feita à Medida  
17.40 Topázio  
17.55 Morena Clara  
18.20 Estrela  
19.30 Informação Quatro  
20.05 Marés Vivas  
21.00 Visto Isto  
21.30 Farmácia de Serviço  
22.00 Danças com Lobos (1ª parte)  
(ver «Filmes na TV»)  
23.45 Informação  
00.10 Desporto  
00.30 Estação do Oriente

SIC

12.00 E o Resto é Conversa  
13.00 Notícias  
13.10 Sassá Mutema  
14.00 Os Donos da Bola  
14.15 O Acossado  
(ver «Filmes na TV»)  
16.15 E o Resto é Conversa  
17.05 Notícias  
17.20 Paraíso  
18.55 Praça Pública  
19.25 O Juiz Decide  
20.00 Jornal da Noite  
20.40 Mulheres de Areia  
21.40 Cenas de Um Casamento  
22.30 20 Anos - 20 Nomes  
23.35 Último Jornal  
23.55 Os Donos da Bola  
00.05 A Família do Senador  
00.35 Crimes

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A  
12.50 Já Tocou  
13.20 As Modas  
13.30 Dama de Rosa  
14.30 Uma Casa na Pradaria  
15.15 Encontro  
15.50 Um Dia a Casa Cai  
16.25 A Casa do Tio Carlos  
17.20 Feita à Medida  
17.45 Topázio  
18.05 Morena Clara  
18.30 Estrela  
19.25 Informação Quatro  
20.05 Marés Vivas  
21.00 Visto Isto  
21.30 Farmácia de Serviço  
22.00 Danças com Lobos (2ª parte)  
23.45 Informação  
00.10 Fora de Jogo  
00.30 Anúncios do Outro Mundo  
00.55 Modelo e Detective

Quarta, 22

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo  
08.30 Informação  
08.35 Um Rapaz e o Mundo  
09.00 Bom Dia  
11.40 Culinária  
12.05 Perigosas Peruas  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Viajante no Tempo  
14.30 Os Melhores Anos  
15.00 Ponto por Ponto  
15.45 Vizinhos  
16.00 Mundial de Futebol: Resumos  
17.00 Dempsey & Makepeace  
18.00 Caderno Diário  
18.10 Ana Raio e Zé Trovão  
19.00 Com a Verdade m' Enganas  
19.50 RTP-Financial Times  
20.00 Telegiornal  
20.40 Fera Ferida  
21.30 Vamos Jogar no Totobola  
21.45 Férias em Família  
(ver «Filmes na TV»)  
23.30 Musical: «As Grandes Vozes Negras da América»  
00.20 24 Horas  
01.00 Mundial de Futebol: EUA-Colômbia

TV 2

12.00 Infantil  
12.50 Histórias de Ópera  
14.00 O Craque  
14.30 O Mar e a Terra  
15.05 Infantil  
16.10 Maria Walewska  
(ver «Filmes na TV»)  
18.00 Um Dó, Li, Tá  
18.50 Sete Vidas  
19.45 Realce  
20.35 Desenhos Animados  
20.50 TV2 Jornal  
21.30 Mundial de Futebol: Roménia-Suíça  
22.00 RTP/Financial Times  
24.00 Quem Fala Assim  
01.00 Amazônia  
01.45 Magazine «Ver Artes»

SIC

12.00 E o Resto é Conversa  
13.00 Notícias  
13.10 Sassá Mutema  
14.00 Os Donos da Bola  
14.15 Um Homem na Sombra  
(ver «Filmes na TV»)  
16.15 E o Resto é Conversa  
17.05 Notícias  
17.20 Paraíso  
18.55 Praça Pública  
19.25 O Juiz Decide  
20.00 Jornal da Noite  
20.40 Mulheres de Areia  
21.40 Perdoo-me  
22.40 A Brincar, a Brincar  
23.10 Sim, Sr. Ministro  
23.45 Último Jornal  
00.05 Os Donos da Bola  
00.15 Internacional Sic  
00.45 Balada de Nova Iorque

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A  
12.50 Já Tocou  
13.20 As Modas  
13.30 Dama de Rosa  
14.30 Uma Casa na Pradaria  
15.20 Animação  
15.50 Um Dia a Casa Cai  
16.25 A Casa do Tio Carlos  
17.15 Feita à Medida  
17.45 Topázio  
18.05 Morena Clara  
18.25 Estrela  
19.30 Informação Quatro  
20.05 Marés Vivas  
21.30 Farmácia de Serviço  
22.00 Sissi  
(ver «Filmes na TV»)  
24.00 Informação  
00.25 Fora de Jogo  
00.40 Telemotor  
01.10 Modelo e Detective



O Mundial de Futebol quase monopoliza a programação da RTP, que monopoliza entre nós a transmissão. Cerimónia de abertura: sexta-feira às 19h15



Outra (má) série repescada pela RTP: todas as tardes no Canal 1



## Por isto e por aquilo...

### Os Quatro Cabeleiras do Após-Calypso

(Quinta, 16.15, TV 2)

Comédia meio-louca, já conhecida dos espectadores, que tem como principais «heróis» os quatro membros de um grupo-chave da música popular dos anos 60 - os Beatles - aqui em vertiginosas bolandas, guiados pela mão de Richard Lester que, em apenas seis semanas, rodou um filme divertido que conseguiu a breve trecho mais do que recuperar o parco meio milhão de dólares inicialmente investido. Na banda sonora, brilham temas já standard - como *Tell Me Why*, *She Loves You*, *Can't Buy Me Love* ou *I Wanna Be Your Man*.



O «sheriff» Will Cane (Gary Cooper) dirige-se para o duelo final com o fora-da-lei Frank Miller, em «O Comboio Apitou Três Vezes», de Fred Zinnemann

### Só Vivemos Uma Vez

(Sexta, 14.15, SIC)

A genialidade de Fritz Lang consegue ultrapassar, em sequências memoráveis, a atmosfera de mero melodrama social que rodeia esta história de um casal de «foras-da-lei» em meio de uma sociedade cruel e socialmente injusta - na primeira (e melhor de sempre) versão da dramática trajetória de Bonnie e Clyde. Sylvia Sidney e Henry Fonda são os protagonistas de um dos melhores filmes realizados por Lang nos EUA.

### O Comboio

Apitou Três Vezes

(Sexta, 22.00, Quatro)

Só para ver e rever a montagem «em tempo real» dos dramáticos minutos que antecedem a fabulosa cena do duelo final, merece a pena (como em relação a outros filmes que esta semana aqui se destacam) a ajuda do gravador de vídeo para conservar esta obra-prima de Fred Zinnemann. Ocupando, na sua versão integral, o período de tempo em que a intriga começa e acaba (entre as 10.40 da manhã e o meio-dia), *O Comboio Apitou Três Vezes* é daqueles filmes que mais é violentado pelas inadmissíveis e já burocráticas interrupções para a «publicidade» (aliás, ilegais, face às directivas comunitárias) de que, com toda a impunidade, usam e abusam as estações de televisão no nosso país. Um poderoso estudo sociológico, num dos maiores westerns de todos os tempos.

### Sabotagem

(Sábado, 14.30, SIC)

O filme está longe de ser valorizado por uma distribuição de actores acima de toda a repreensão. Também a escrita do argumento não



Jean-Paul Belmondo e Jean Seberg, na obra-prima da «nouvelle vague» do cinema francês: «A Bout de Souffle», de Jean-Luc Godard

consegue libertar-se de uma notória multiplicidade de indícios e de pistas, que prejudicam a compreensão da intriga. Mas a mão de Hitchcock está sempre presente, para, apesar destas fortes limitações, construir mais uma das suas obras de suspense perante as quais não damos o tempo por perdido.

### O Destino Bate à Porta

(Domingo, 14.30, SIC)

Há pouco tempo foi transmitida no pequeno ecran a segunda (e dispensável) adaptação deste romance sensacionalista de James M. Cain, realizada por Bob Rafelson, com Jessica Lange e Jack Nicholson nos principais papéis. Agora, o espectador tem a oportunidade de apreciar a primeira e inesquecível versão - datada de 1946 e realizada por Tay Garnet, com o inquietante John Farfield e a espantosa Lana Turner - de uma chocante história de adultério e crime que havia ainda interessado o francês Pierre Chenal em 1939 (*Le Dernier Tournant*) e o italiano Luchino Visconti em 1942 (*Ossessione*).

### Ata-me!

(Domingo, 22.10, SIC)

Certamente que este filme não é do melhor «Almodóvar» que a SIC incluiu no ciclo que dedica ao realizador espanhol. Mas a transformação operada no sentido da comédia de uma história em que as situações são do mais chocante que há, dá a justa medida com que Pedro Almodóvar «manipula» os sentimentos do espectador e, mais ainda, dos próprios intérpretes — aqui parecendo entretidos, conosco, a observar do exterior os papéis que lhes coube representar: o de uma actriz de filmes pornográficos e o de um jovem perturbado que tenta convencê-la a



John Garfield, Lana Turner e Cecil Kellaway, num clássico do «filme negro»: «O Destino Bate à Porta», de Tay Garnet

depois de se evadir, abate um a um aqueles que o traíram. Baseado em mais um caso real do inspector Roger Borniche.

### Anna Christie

(Segunda, 16.30, TV 2)

Primeiro de uma série de filmes que a TV 2 dedica à «divina» Garbo. *Anna Christie* é uma adaptação da peça homónima, de segunda escolha, de Eugene O'Neill. E é também o primeiro filme «fala-



Um fotograma de «A Rainha Cristina», de Rouben Mamoulian, com Lewis Stone e a «divina» Greta Garbo

do» com a participação da grande actriz sueca - a qual, após longa espera da nossa parte, entra finalmente em cena para dizer: «Give me a whiskey, ginger ale on the side... And don't be stingy, baby.» Só para ouvir isto, vale a pena faltar ao emprego...

## Crítérios de submissão

Se quiséssemos, todas as semanas, ser absolutamente rigorosos em relação à qualidade dos filmes que as TVs nos oferecem, o panorama seria porventura muito parecido com o desta semana: em 29 filmes programados nos quatro canais existentes, apenas 12 merecem o merecido destaque — uma percentagem que só em aparência é razoável porque, com o início do Campeonato do Mundo de Futebol, a totalidade da oferta é diminuída em cerca de 7 a 8 filmes, já que o Canal 1 se vê forçado a eliminar transmissões dos filmes (normalmente abjectos) que costuma escolher para as chamadas Últimas Sessões das madrugadas dos dias úteis.

Significativo é verificar-se, por outro lado, o generalizado abandono do «horário nobre» por parte dos operadores de televisão: também nesta matéria, os filmes de maior qualidade foram relegados para períodos da emissão de muito menor audiência, sobretudo a partir do momento em que a SIC e a TV 2 passaram a concorrer no horário das «sessões da tarde» (das quais 6 merecem destaque esta semana) e em que a programação de qualidade da Quatro se demitiu de constituir uma alternativa credível, relegando para altas horas a projecção das melhores obras.

Mas não só destas «trepelias» se podem queixar os amantes do bom cinema: que dizer da desfiguração a que são submetidos alguns clássicos do cinema, como aconteceu há pouco tempo com a transmissão de um western em versão dobrada em francês (!) ou com o recente *Paris Já Está a Arder?*, dobrado em inglês (!), para já não falar dos autênticos crimes que constituem a colorização de obras-primas do cinema clássico ou a verdadeira mutilação e remontagem a que outras são submetidas, como aconteceu na semana passada com a multiplicação dos «campo-contra-campo» artificiais e inexistentes no original, o aumento do «grão» provocado pela cópia «contratipada», a «adulteração da cor» ou os «reenquadramentos» mecânicos num filme como *Os Pistoleiros da Noite?*

O que é mais chocante, para que conste, é que a programação dos três operadores de televisão, neste domínio, está entregue a personalidades que, em tempos não muito remotos, exerciam, com méritos desiguais é certo mas na aparente fidelidade a critérios de qualidade, a responsabilidade da crítica cinematográfica em órgãos da imprensa escrita. Será que agora «vale tudo» quando se trata de, subserviente e acriticamente, se submeterem (ou mesmo subcreverem-nos) aos critérios mercantis dos respectivos directores de Programas ou directores Comerciais?

amá-lo. Entretanto, face ao material em presença, que saudades de Buñuel...

### Flic Story

(Segunda, 14.15, SIC)

Com a habitual secura de processos fílmicos a que nos habituaram as melhores obras da cinematografia francesa no domínio do policial, *Flic Story* conta-nos o percurso da perseguição pela polícia a um «inimigo público» que,

### A Rainha Cristina

(Terça, 16.10, TV 2)

Mais um filme com a Garbo — desta vez um romance histórico poderoso, situado na Suécia do século XVII, e em redor do qual a magia da obra cinematográfica inteiramente se situa ao nível da magia da sua principal intérprete. Brilhantemente dirigido por Robert Mamoulian, o filme foca a paixão da Rainha Cristina, da Suécia, pelo embaixador espanhol Don Antonio de la Prada. E os momentos mais altos do filme são precisamente as intensas e inesquecíveis cenas de amor protagonizadas por John Gilbert e Greta Garbo — esta na sua maior interpretação de sempre.

### THX-1138

(Terça, 23.00, TV 2)

O argumento — explorando um pouco a mesma via de 1984, de Michael Radford/George Orwell — situa-nos no séc. XXV, numa sociedade impiedosa em que as pessoas são todas iguais umas às outras, o amor é proibido e o horror e a tortura são lei. Frequentemente atravessada por situações meio-tontas, esta obra de ambiência «fantástica» e «psicadélica» está à medida dos propósitos dos Estúdios da American Zoetrope de George Lucas, o seu realizador, cuja faceta mais simpática neste filme é a das citações que a espaços e indirectamente faz das obras de mestres que a antecederam — como Jean Cocteau (*Orfeu*) ou Carl Dryer (*A Paixão de Joana d'Arc*).



THX-1138 (Robert Duvall) é submetido à tortura dos choques-eléctricos em «THX-1138», de George Lucas





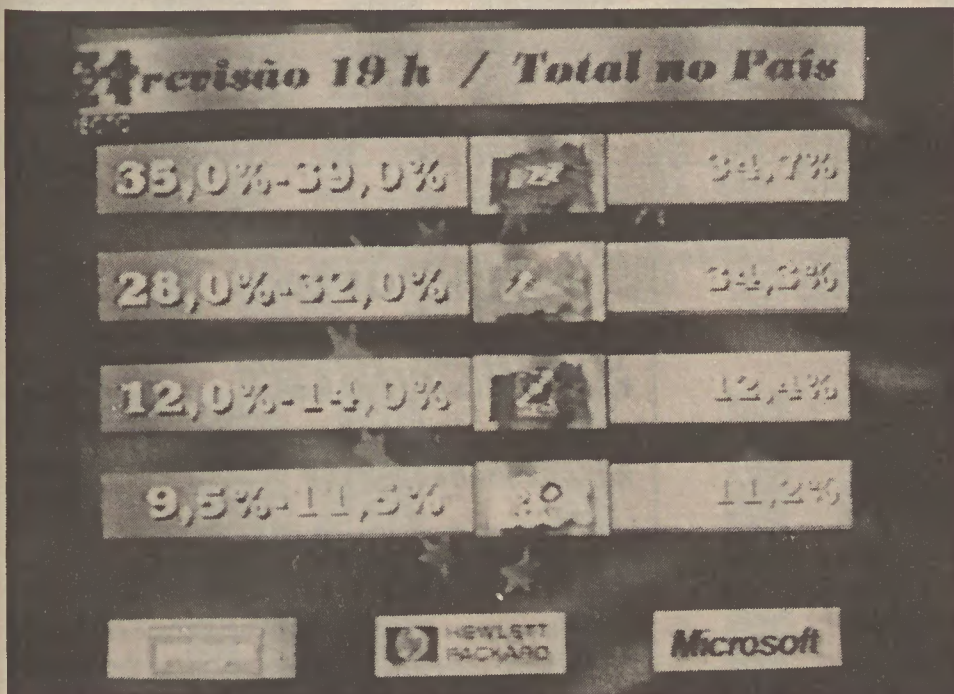
Francisco Costa

## Alturas da «vitória»

# TELE

Antes

Depois



Copiosa... monumental...



... indiscutível... plausível...

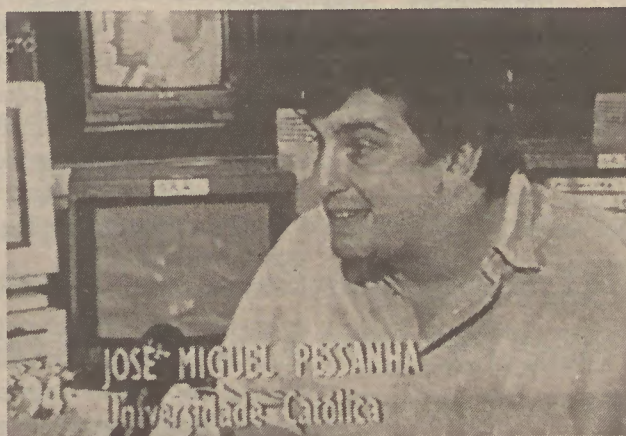


ANTÓNIO GUTERRES  
Secretário-Geral PS

... porque ele foi, seguramente, o GRANDE vencedor destas eleições! Mas do que importa neste momento falar, com toda a serenidade e responsabilidade, é da grande questão que se coloca, hoje, a todos os portugueses: a da reforma do sistema político...

# GRAFIAS

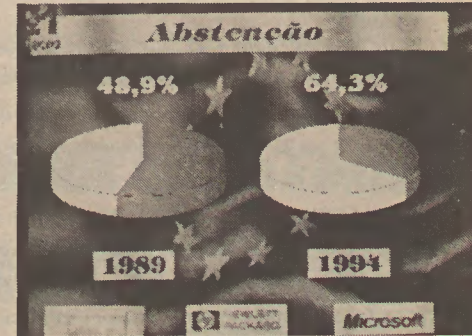
Bom... Eu penso que... Não foi bem à boca das urnas... Houve factores que... Quer dizer... Não sei se está a ver... Quer a montante quer a jusante... Também o factor da imponderabilidade... Não contávamos com... Sim, é verdade que... Prontos!



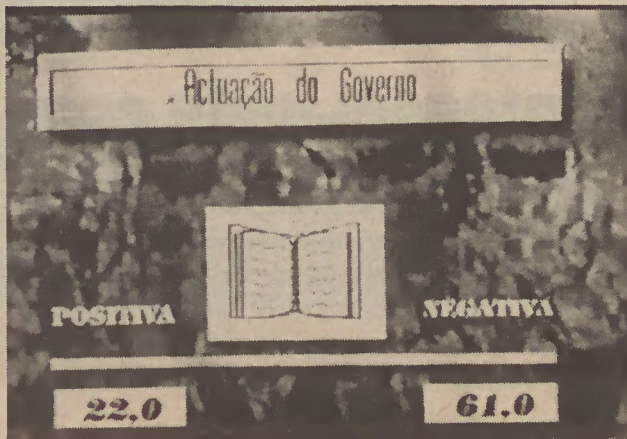
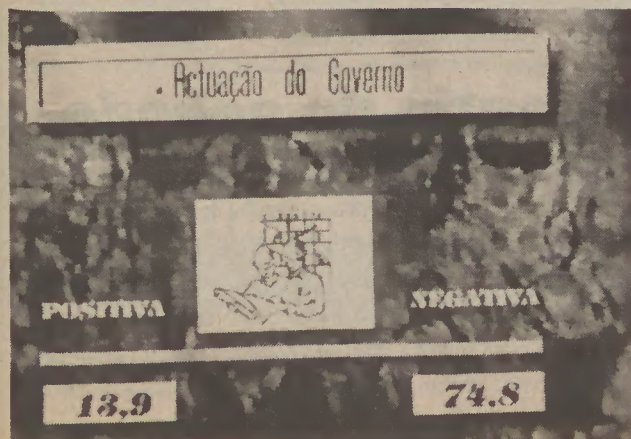
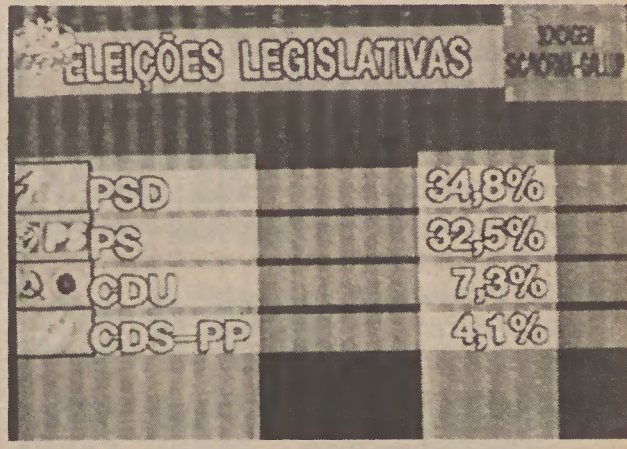
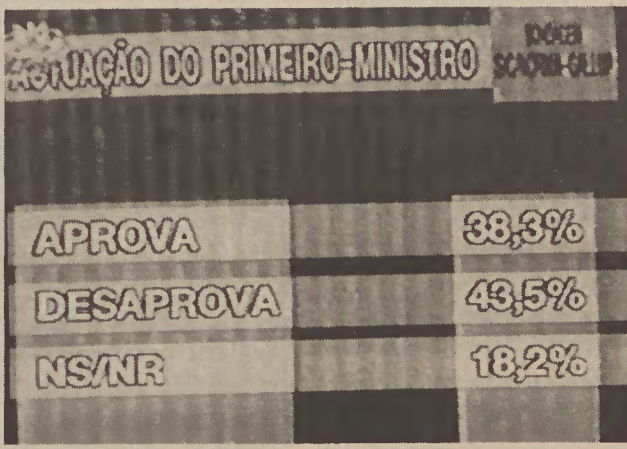
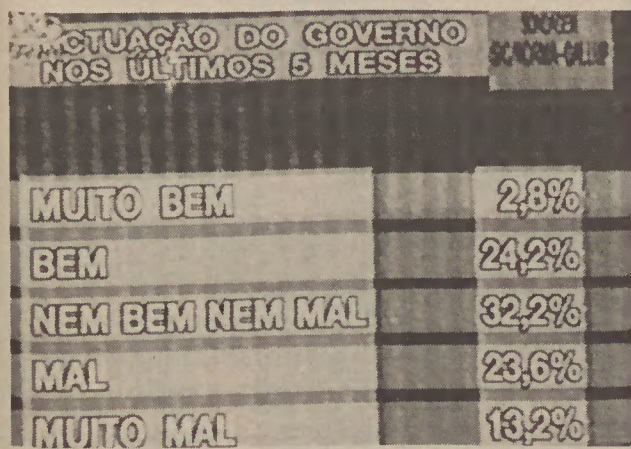
## O cinismo



... não me surpreendeu: ela ficou a dever-se à es-ta-bi-li-da-de do nosso país...



## O golpe do costume... para o «Regresso ao Futuro»?





# de FOICE Nacional- -amiguismo

*O cançonetista Marco Paulo explicou, há tempos, ao País o critério que adoptaria para escolher os convidados do seu programa na RTP-1: seriam todos os que já o haviam também convidado.*

*Há aqui dois méritos a reter.*

*Um, o do cumprimento da promessa feita. Os convidados do curioso programa em que o cantor nos aponta o dedo e diz eu-quero-você-af-comigo já estiveram-lá-com-ele num sítio qualquer.*

*O outro, o da sinceridade. Ninguém se atreveu ainda a confessar, com a limpidez de Marco Paulo, que o critério por que todos se regem na escolha dos seus convidados é esse mesmo - o dos amigos.*

*Sem querer, Marco Paulo deu nome à filosofia que prolifera nos audiovisuais portugueses - a do nacional-amiguismo.*

*Verificou-se de novo isto na noite das eleições, aliás desta vez mais morna que o costume, talvez porque até a nossa Comunicação Social haja caído na tentação de se abster um bocadinho.*

*O certo é que lá estavam, repartidos pelos diversos canais televisivos, os convidados do costume a produzir os comentários de sempre e a raciocinar coisas por eles próprios já apresentadas umas cem vezes cada, tudo para mais que para menos. Das pilhérias ouvidas nem vale a pena falar, tão vulgares e chochas saíram, ora no esforço de marcha-atrás no embandeiramento prematuro pela "vitória" do PS, ora no delírio de dissociar a brutal abstenção de 64,4% duma crítica do eleitorado à política do Governo.*

*O que torna inquietante esta ditadura disfarçada de democracia entre amigos, esta normalização por baixo e em circuito fechado dos mais poderosos meios de comunicação social do País, é a imposição insidiosa da mediocridade à escala nacional.*

*Insidiosa, porque a sociedade, no seu conjunto, não está alerta contra a manipulação de que é o alvo. No fascismo passava-se o que se via e ouvia pelo crivo da desconfiança, e aí bem, porque estimulava os mecanismos da crítica; no Portugal democrático aceita-se tudo na base da confiança, o que só tem um mal: adormece as consciências.*

*Quando as telenovelas brasileiras invadiram o quotidiano português, várias cabeças bem-pensantes eriçaram repolhudas apreensões pela degradação da língua, pelo embrutecimento das massas com histórias cor-de-rosa e etc etc.*

*É, por isso, espantoso que agora pouco se reaja à promoção generalizada de sub-produtos culturais com o nível do "apita o combóio" ou do "dou uma, dou duas e dou três" e, pelo contrário, toda a gente ria muito, a começar pelos seus difusores nas capelinhas que detêm nos audiovisuais, alçando um paternalismo pretensamente "democrático" que tem tanto de blasé como de idiota.*

*Tal como é espantosa a ausência de denúncia ou indignação face a programas inconcebíveis como as amigas olgas, cenas dum casamento, perdoa-me, eu tenho dois amores e etc, consentindo-se tudo com a suficiência duns dichotes ecuménicos sobre a mediocridade dos outros.*

*Ou ainda espantoso é que, aparentemente, não se repare que a discussão política ou a intervenção cultural está afunilada numa dúzia de protagonistas, que mais não fazem que manter nas baías de quem lhes paga a criatividade e a circulação de ideias neste País.*

*Todos, muito democraticamente, convidando-se uns aos outros num circuito interno de amigos.*

*E sem perceberem que, afinal de contas, o que os distingue de Marco Paulo é a honestidade deste.*

■ HC

## Nota do Comité Central Sobre os despedimentos na Lisnave-Solisnor

Durante a reunião de terça-feira do Comité Central, foi distribuída a seguinte nota à comunicação social:

«O Comité Central do PCP chama a atenção para o facto de 24 horas após o acto eleitoral para o Parlamento Europeu, o grupo dos Mellos, com o apoio do Governo, ter avançado com um processo que visa um dos maiores despedimentos colectivos envolvendo cerca de 3 000 de trabalhadores da Indústria Naval (Lisnave - Solisnor), engrossando deste modo o

número de desempregados vítima de uma política anti-social.

«Esta ameaça de despedimento vem desmistificar a operação

ca governativa dita de combate ao desemprego assenta em mais e mais despedimentos.

«O Comité Central do PCP

**O PCP considera que esta ameaça de despedimento vem confirmar a demagogia do chamado Plano de Emprego lançado por Cavaco Silva nas vésperas das eleições.**

demagógica e eleitoralista do denominado Plano de Emprego desencadeado por Cavaco Silva, lançada nas vésperas das eleições e vem confirmar que a políti-

manifesta a sua solidariedade a todos os trabalhadores da Lisnave-Solisnor, apelando aos militantes comunistas, às estruturas sindicais e unitárias e aos traba-

lhadores da Indústria Naval para que desenvolvam a luta e a denúncia contra esta tentativa de despedimento encetada pelos Mellos e avalizada pelo Governo do PSD.

«O combate ao desemprego exige que se ponha fim à destruição do aparelho produtivo e que se comece por suspender os despedimentos em curso».



## TC declara inconstitucional

### Não se pode ser preso por não usar BI



O Tribunal Constitucional (TC) declarou inconstitucionais duas normas do diploma sobre a obrigatoriedade do uso do Bilhete de Identidade, nomeadamente a que prevê que um cidadão sem BI possa ser retido por um período até seis horas.

A decisão do TC, que considerou inconstitucionais as normas dos artigos 1º, número 1, e 3º, número 1, foi tomada por maioria.

O Tribunal Constitucional, que não se pronunciou sobre o uso obrigatório ou não do BI, considerou, no entanto, inconstitucional que alguém possa ser detido por um período até seis horas.

É inconstitucional "a possibilidade de uma pessoa, insuspeita da prática de qualquer crime, que se encontra em local público não frequentado habitualmente por delinquentes, ser con-

duzida ao posto policial mais próximo e aí permanecer por um período que pode ir até seis horas a fim de ser identificada por razões de segurança interna", lê-se no acordão do TC.

A decisão foi aprovada com sete votos a favor e quatro contra.

O juiz presidente, Cardoso da Costa, e a juíza Assunção Esteves apresentaram declaração de voto.

O diploma vai ser agora devolvido à Assembleia da República, que terá que modificar as duas normas "chumbadas" ou confirmá-las pela maioria (de dois terços) exigida constitucionalmente.

A fiscalização preventiva do diploma fora requerida pelo Presidente da República, que manifestou dúvidas quanto à constitucionalidade das normas agora "chumbadas".

## Segurança Social/Porto

### Sindicalistas denunciam situação caótica

Os representantes da União dos Sindicatos do Porto reafirmaram terça-feira a necessidade de medidas urgentes para resolver a "situação caótica" em que se encontram os serviços no Centro Regional de Segurança Social do Porto (CRSS).

Na reunião com a presidente do Conselho Directivo do CRSS - Porto, Filomena Bordalo, os sindicalistas referiram os 20 mil processos de pedidos de subsídios de desemprego que estão em atraso.

"Estes atrasos fazem com que os trabalhadores, após a entrega do requerimento, tenham de esperar em média três a quatro meses pelo respectivo subsídio, dando origem a situações dramáticas do ponto de vista humano e social", disse Jorge Pinto, da Direcção da União dos Sindicatos do Porto (USP).

A USP sublinhou que a "redução de mais de 300 postos de trabalho, em 1993, na Segurança Social do Porto, conduziu estes serviços para uma situação insustentável, tanto mais que o desemprego e, consequentemente, o número de pessoas que recorrem aos serviços de Segurança Social continuam a aumentar".

"Não se justifica que tenham dispensado tantos trabalhadores numa altura em que o volume de serviço aumenta", disse Jorge Pinto.

A presidente do Conselho Directivo do CRSS - Porto anunciou que estão a ser tomadas medidas para que novas pessoas sejam admitidas ao serviço de modo a solucionar todos os problemas de atraso de processamento dos subsídios de desemprego e de doença.

A responsável da CRSS - Porto justificou que "o processamento dos subsídios para desempregados e doentes ficou mais complicado com a entrada em vigor, em Janeiro, da nova legislação, uma vez que, agora, é a Segurança Social que faz a qualificação do desemprego".

Na origem dos atrasos de processamento dos subsídios estão, segundo Filomena Bordalo, a falta de recursos humanos, problemas relacionados com a informática e a falta de instalações, o que parece dar razão aos argumentos dos sindicalistas.

"São os três grandes problemas que preocupam o Conselho Directivo, as estruturas dirigentes de diferentes níveis da Segurança Social", acrescentou a responsável pela Segurança Social no Norte.

## Ponte 25 de Abril

### Portagem mais cara a partir de sábado

Os novos preços da portagem da Ponte 25 de Abril entram em vigor às zero horas de sábado, informou ontem a agência Lusa que cita uma informação dada por uma fonte da Junta Autónoma de Estradas (JAE).

Os novos preços, considerados como "ajustamentos", mas que representam aumentos de 50 por cento relativamente aos anteriores, são de 150 escudos para a classe A, 370 para a classe B, 550 para a C e 720 escudos para a classe D.

Nos termos de uma portaria conjunta dos ministros das Finanças e das Obras Públicas, publicada no "Diário da República" de três de Junho, os novos preços da portagem da Ponte 25 de Abril deviam ter entrado em vigor no dia imediato, isto é, no sábado, dia 4 de Junho, uma semana antes das eleições para o Parlamento Europeu, o que não aconteceu por alegadas "dificuldades técnicas".